

**Padrões da Comunicação de Ex-Cônjuges no Divórcio e  
Litígio**

**Simone Sara Batista**

Vannúzia Leal Andrade Peres

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Goiânia, 2015

# **Padrões da Comunicação de Ex-cônjuges no Divórcio e Litígio**

**Simone Sara Batista**

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como exigência parcial para obtenção de título de Mestre em Psicologia, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vannúzia Leal Andrade Peres.

MESTRADO EM PSICOLOGIA

Goiânia, 2015

B333p Batista, Simone Sara  
Padrões da comunicação do ex-conjuges no divórcio  
e litígio [ manuscrito]/ Simone Sara Batista.-- 2016.  
153 f.; 30 cm.

texto em português com resumo em inglês  
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade  
Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto  
Sensu em Psicologia, Goiânia, 2016.  
Inclui referências p.139-53

1. Divórcio. 2. Ação matrimonial - Aspectos psicológicos.  
3. Comunicação - Aspectos psicológicos. I.Peres, Vannúzia  
Leal Andrade. II.Pontifícia Universidade Católica  
de Goiás. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 347.627.2(043)

# **Padrões da Comunicação de Ex-cônjuges no Divórcio e Litígio**

**Simone Sara Batista**

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Banca Examinadora

Data da Avaliação: 14/09/2015

---

Dr<sup>a</sup> Vannúzia Leal Andrade Peres (PUC/Goiás)  
Orientadora

---

Dr. Cristiano Coelho (PUC/Goiás)  
Membro interno

---

Dr<sup>a</sup> Maria Aparecida Alves da Silva (UFG)  
Membro externo

---

Dr<sup>a</sup> Daniela Sacramento Zanini (PUC/Goiás)  
Membro suplente

Ao meu amor, João Jorge Nassaralla Junior.

## Agradecimentos

A realização desta pesquisa proporcionou-me crescimento e aprendizagem, o que só foi possível graças ao apoio de algumas pessoas essenciais para a concretização desse sonho, a quem agradeço:

- A Deus!
- Aos meus pais, que nos momentos de sufoco cuidaram da minha filha com todo amor do mundo e souberam compreender as minhas ausências nos encontros familiares.
- Às minhas amigas Paty, Gláucia e Aninha, que me ouviram e mostraram-se pacientes nas ocasiões em que eu não tinha nada mais para doar, além de me ajudarem nos momentos de descontração.
- À minha querida prima Neimy Batista, que conseguiu me ajudar com um amor imenso nos momentos em que mais precisei e em que me sentia sozinha.
- À minha pequena Lara, que com apenas nove aninhos teve maturidade suficiente para entender minha tensão e também minhas ausências, tanto física quanto emocional.
- À minha orientadora, professora Vannúzia Leal, que me instigou sabiamente a “pensar” e correlacionar fantasias e desejos; envolvida na criatividade, possibilitou-me a realização desta pesquisa.
- Ao meu namorado João Jorge, cuja inteligência fez com que eu alçasse voos mais altos, possibilitando-me transformações.

Obrigada a todos!

## Resumo

O objetivo principal desta dissertação foi o de refletir acerca do tema da comunicação entre ex-cônjuges no divórcio e no litígio, de acordo com o referencial teórico do construcionismo social e da metodologia qualitativa de análise de práticas discursivas. Procurou-se compreender as formas de se falar do litígio e da guarda de filhos, identificar os repertórios utilizados pelos ex-cônjuges sobre o divórcio e o litígio, e evidenciar como a comunicação influencia e é influenciada pelo litígio. O campo de pesquisa empírica foi o projeto Justiça Educativa de Famílias (JEF), desenvolvido na Clínica-Escola de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, cujos instrumentos foram o diálogo e a reflexão sobre o divórcio e o litígio. Os sujeitos deste subprojeto foram escolhidos de forma randômica: quatro ex-cônjuges com idades variando de 30 a 50 anos e com filhos de cinco a 20 anos. Durante seis sessões, os dados coletados por esta pesquisadora, juntamente com uma equipe formada por educadores (professores, mestrandos, doutorandos e psicólogos), revelaram o fenômeno social da comunicação entre os ex-cônjuges nas sessões, com suas implicações para o diálogo educativo sobre o divórcio, o litígio e a guarda de filhos. Essas sessões, com o consentimento dos participantes, foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra, para incorporar o banco de dados do campo da pesquisa. Este estudo chegou à conclusão de que a comunicação sobre o divórcio, no contexto conjugal, ocorre sob a influência de diversas vivências, bem como das experiências dos ex-cônjuges anteriores ao divórcio e da infinidade de circunstâncias econômicas, sociais e culturais a ele associadas.

Palavras-chave: representações sociais, comunicação dialógica, litígio, divórcio, intervenção psicológica.

Batista, S. S. (2015). *Padrões da comunicação de ex-cônjuges no divórcio e litígio*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

## Abstract

The main objective of this research was to reflect upon the communication standards of former spouses in divorce and in litigation. The theoretical framework was that of social constructionism. The focus of the methodological approach was centered on the analysis of discursive practices. Due to this, the specific objectives presuppose the understanding of the implications of direct communication between former spouses in dispute and the comprehension of the social representations that they express by means of dialogue in relation to divorce proceedings and child custody. So that, the communication affects and is affected by the litigation. The field of this empirical research was the project Families' Educative Justice developed by the Psychological Clinics of PUC-GO. The individuals who took part of the subproject were chosen by means of randomical way: former spouses whose age varied from 30 to 50 years old, with sons and daughters from five to 20 years old. Besides this researcher, a group of educators was composed by professors, psychologists and post-graduated students. During six meetings, the data which were collected by this researcher revealed the social phenomenum of communication between former couples when it was occurring. With the participants' agreement, these sessions were recorded by audio broadcasting and fully transcribed in order to register the data of this research. The conclusions were that the divorce, within the marital context, is influenced by various marital ways of living, as well as the past experiences of the former couple before the divorce and the infinity of economic, social and cultural circumstances.

Keywords: social representations, dialogic communication, litigation, divorce, psychological intervention.

Batista, S. S. (2015). *Communication patterns of former spouses in divorce and litigation*. Dissertation (Master in Psychology). Goiânia; Pontificia Universidade Católica de Goiás.



## Sumário

<b>Resumo</b> .....	vi
<b>Abstract</b> .....	vii
<b>Introdução</b> .....	09
<b>Capítulo 1: O percurso da pesquisa</b> .....	13
1.1 O encontro com o tema .....	13
1.2 Os pressupostos teóricos e epistemológicos .....	15
1.3 Os objetivos deste trabalho .....	18
1.4 O arcabouço do estudo .....	18
1.4.1 Os aspectos metodológicos .....	20
1.4.2 A pesquisa com grupos .....	21
<b>Capítulo 2: Contexto da família</b> .....	27
2.1 Relações conjugais .....	27
2.2 Conflitos e separações conjugais .....	37
<b>Capítulo 3: Linguagem e polissemia da comunicação</b> .....	64
3.1 Diferentes perspectivas da comunicação .....	64
3.1.1 Comunicação, segundo Bateson .....	66
3.1.2 Comunicação, segundo Watzlawick .....	73
3.1.3 Comunicação, segundo Merleau-Ponty .....	77
3.1.4 Comunicação, segundo Buber .....	83
3.1.5 Comunicação, segundo Maturana .....	87
3.1.6 Comunicação, segundo Marcondes Filho .....	92
3.2 Reflexões sobre temas constitutivos da comunicação: sujeito e emoção .....	98
3.3 Linguagem e diálogo: constituindo, construindo, co-constituindo e co-constituindo sentidos e significados .....	102
<b>Capítulo 4: Resultado e discussão</b> .....	105
4.1 Análise dos diálogos .....	105
4.2 Participantes do grupo (Nomes fictícios) .....	107
4.3 Repertórios e sentidos do padrão de comunicação de ex-cônjuges .....	108
4.4 Discussão dos resultados .....	115
<b>Conclusões</b> .....	127
<b>Referências</b> .....	134
Apêndices	
Apêndice 1: Transcrição Integral	
Apêndice 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	

## Introdução

Esta dissertação de mestrado sobre os padrões da comunicação de ex-cônjuges no divórcio e litígio pela guarda de filhos está integrada à pesquisa "Produções subjetivas de famílias em litígio pela guarda dos filhos: implicações para seu desenvolvimento social", coordenada pela professora Dr.<sup>a</sup> Vannúzia Leal Andrade Peres. O campo de pesquisa foi o Projeto Justiça Educativa de Família (JEF), cujo objetivo é o de “desafiar as famílias a gerarem novos sentidos subjetivos do litígio e a construírem alternativas criativas para a sua solução” (Peres, 2013, p 418). O projeto JEF é "fundado na metodologia e epistemologia qualitativa e na teoria cultural-histórica da subjetividade". Nas palavras de Peres (2013, p. 417):

[...] construí indicadores de que as famílias necessitam se confrontar diretamente, sem intermediários, com a tensão produzida na situação do divórcio e assumir a autoria do litígio. Para isso, devem ser desafiadas a dialogar sobre a singularidade da experiência e a gerar novos sentidos subjetivos em relação a ela, os quais integram novas necessidades, motivações e emoções. Somente assim poderão emergir como sujeito do processo do litígio e criar alternativas para o desenvolvimento simultâneo e recursivo de si mesmas e da sociedade.

Apesar de a perspectiva desta pesquisa ser diferente da fundamentação do projeto JEF, nota-se que os trabalhos se aproximam em relação ao desenvolvimento humano, sendo possível um diálogo entre as duas propostas. Esse percurso construído faz parte de um processo de desenvolvimento/evolução na busca do conhecimento. Cabe ressaltar que

não haverá aprofundamento da questão referente à diferenciação e aproximação das duas epistemologias, porque este não é o interesse desta pesquisa.

Segundo a perspectiva construcionista, não é a dinâmica de uma mente individual ou as características localizadas em um mundo externo que devem constituir o objeto de investigação, mas sim o fluxo da atividade comunicativa humana, uma vez que são os processos conversacionais que possibilitam a produção de conhecimento sobre nós mesmos e sobre o mundo em que vivemos (Guanaes, 2006). Portanto, o foco para compreensão da comunicação entre os ex-cônjuges se deu por meio do processo de interação entre eles. Ao escolher a perspectiva construcionista, buscou-se a desconstrução da comunicação entre ex-cônjuges tal como ela é, ou seja, problematizou-se a forma como ela é vista (Camargo Jr., Rohden e Cáceres, 2009).

Para Nogueira (2001, p. 146), "o padrão de comunicação atual no divórcio e litígio não é um fenômeno natural, sendo importante ressaltar na teoria o seu caráter antiessencialista". Como a essência nos fatos humanos é criada no contexto de suas interações, conforme os pressupostos do essencialismo, a teoria construcionista social deslocou o foco da atenção da pessoa para o domínio social. Isto significa que, diferentemente de outras teorias que naturalizam os fenômenos criados pelo próprio homem, o construcionismo critica os modelos tradicionais, problematizando-os com investigações em suas raízes sócio-históricas (Bock, 2004; Curado, 2008). Portanto, ao delinear esta dissertação, todos os tópicos ficaram abertos à desconstrução, considerando que o juízo de valor é algo social e historicamente construído, podendo ser questionado.

Hacking (2001), por sua vez, apresentou um ponto de partida que une todas as compreensões da postura construcionista, o qual pode ser resumido da seguinte forma: para que qualquer fenômeno social existisse, não precisaria ter existido anteriormente, ou

ser exatamente como é no momento presente. Como não está determinado pela natureza das coisas, não é inevitável.

Transpondo da teoria construcionista ao contexto do fenômeno social da comunicação entre ex-cônjuges, as seguintes formulações puderam ser assinaladas neste estudo: "não era necessário que a comunicação no litígio seja como é"; "a noção da comunicação do litígio tal como é, no momento atual, não está determinada pela natureza das coisas, não é inevitável"; "o padrão de comunicação é bastante ruim, tal como é, seria melhor que esse padrão fosse eliminado, ou pelo menos radicalmente transformado"; "na atual situação, supondo a existência desse padrão de comunicação, esta noção parece ser inevitável".

Peres (2014) destacou que, diante do número altíssimo de divórcios<sup>1</sup> que impacta diretamente as varas de família, é importante tratar a família como um todo. Questiona como será a sociedade no futuro se os ex-cônjuges não conseguirem entender que podem refazer sua vida, preservando seu papel de pai e de mãe e a relação com os filhos. Convém salientar que o projeto JEF considera ser possível construir uma sociedade melhor, razão pela qual oferece aos ex-cônjuges um espaço aberto para o diálogo, possibilitando uma oportunidade de reflexão e confronto com a realidade em que vivem. Nesse contexto, passa a participar das ações nas situações cotidianas, provocando transformações nos atores humanos (Latour, 2012).

Segundo o artigo "Justiça educativa para pais", publicado na *Revista Tribunal de Justiça de Goiás* (2014, p.31), no fim de cinco sessões, já pode ser observada uma mudança de comportamento nos participantes: "Eles conseguem fazer uma reflexão sobre a própria posição deles diante desse litígio e diante dos filhos. As crianças não estão sendo

---

<sup>1</sup> De acordo com o IBGE, o número de divórcios cresceu assustadoramente entre 2004 e 2014: 161,4%. Em apenas dez anos, os registros variaram de 130 mil para 341 mil.

vistas em primeira instância e, no entanto, é por isso que eles estão em conflito". Diante do exposto, quando se delineavam os objetivos do presente estudo, surgiram as seguintes perguntas: qual é o padrão de comunicação que os ex-cônjuges apresentam no projeto JEF? O que o litígio acarreta na comunicação? O que a comunicação provoca no litígio? Quais são os repertórios utilizados na conceitualização do divórcio, do litígio e da guarda de filhos?

Para responder a essas questões, a psicologia social construcionista, a metodologia, as práticas discursivas para análise dos diálogos entre ex-cônjuges, bem como dos repertórios e temas presentes no grupo interfamiliar, periodizando os mapas dialógicos, foram escolhidos como aportes teóricos.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro é destinado a apresentar o delineamento teórico e epistemológico, os caminhos iniciais percorridos pela pesquisadora e a decisão de abordar este tema. No segundo capítulo, revisa-se a literatura referente à perspectiva construcionista, que propõe uma reflexão crítica acerca da produção do conhecimento e do entendimento de determinados fenômenos. O terceiro capítulo aborda a importância da linguagem como ação; já o quarto capítulo 4 descreve os percursos metodológicos utilizados no presente estudo, à luz do referencial bibliográfico; o resultado da pesquisa, com a análise e discussão dos diálogos dos ex-cônjuges. Nas considerações finais, as práticas discursivas, que constituem o foco central das análises na postura construcionista, também foram enfatizadas nas representações sociais identificadas nos discursos analisados. Ao se considerar a linguagem como ação, segundo Spink e Medrado (2013), conclui-se aqui que é a partir delas que as pessoas produzem sentidos e se posicionam nas relações sociais.

## Capítulo 1: O Percurso da Pesquisa

### 1.1 O encontro com o tema

A construção do objeto desta pesquisa se constituiu a partir da observação na prática clínica e, concomitantemente, no aprofundamento teórico, referente ao sofrimento e resistência no enfrentamento dos conflitos dos relacionamentos familiares e conjugais. Vale registrar que, durante a pós-graduação *Lato Sensu*, a autora desta dissertação redigiu um texto intitulado "Negociação de conflitos conjugais", por meio da análise do filme *A história de nós dois*, no qual se chegou à conclusão de que a separação/afastamento foi determinante para os personagens olharem para si mesmos e para o outro de uma forma nova. Embora se percebessem como pessoas diferentes, poderiam coexistir e se aceitar como o reconhecimento dos paradoxos em suas vidas.

O curso de pós-graduação permitiu a esta pesquisadora adentrar mais no universo das relações familiares, por meio do atendimento a famílias e casais com diversos problemas, tendo como referência a teoria sistêmica, no modelo do ciclo de vida familiar e na teoria da complexidade. Vários temas (família, luto, obesidade, anorexia, abuso, etc) surgiram no contexto familiar, mas o que mais inquietava era a relação conjugal.

Ao inscrever no Programa de Mestrado, em busca de atender ao aprofundamento dos estudos e à formação como pesquisadora, a Universidade possibilitou a participação desta autora no projeto Justiça Educativa de Família (JEF),<sup>2</sup> desenvolvido na Clínica-Escola da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), proporcionando uma imersão mais profunda na questão de família.

---

<sup>2</sup> O projeto JEF, elaborado e coordenado pela professora Vannúzia Leal, é um espaço aberto para o diálogo entre grupos de ex-cônjuges, formados sem critério prévio, e educadores (graduandos, alunos de iniciação científica, mestrands e doutorands em psicologia e psicólogos voluntários).

Os educadores do projeto JEF observaram a importância de os ex-cônjuges participarem do mesmo grupo interfamiliar, porém a maioria deles se apresentava resistente, pois trazia consigo uma história "institucionalizada", na qual cabia ao outro (advogados, juízes etc.) a responsabilidade de resolução do seu conflito e não a eles próprios. Para Peres (2013), cabia ao JEF desafiar as famílias a gerar novos sentidos subjetivos do litígio e a construir alternativas criativas para elas. Era necessário, portanto, que os educadores participassem ativamente e criticamente do diálogo interfamiliar, por meio de perguntas e problematizações para a discussão dos temas emergentes. O envolvimento criativo dos educadores deveria ressoar nos membros das famílias, que se envolviam efetivamente no diálogo.

A dificuldade de comunicação entre os ex-cônjuges se apresentava logo no primeiro contato, quando demonstravam resistência e estranheza diante da proposta feita pelos educadores a um diálogo e à reflexão –em grupo –de temas referentes ao conflito. Esta foi a questão que mais intrigava, quando questionava o que comprometia a comunicação entre os ex-cônjuges, bem como a defesa em se assumirem como responsáveis no litígio para resolver seus conflitos. Isto despertou nesta pesquisadora o interesse em analisar os padrões da comunicação entre ex-cônjuges.

A comunicação direta entre ex-cônjuges, sem intermediários (advogados, juízes, família, amigos), no contexto de litígio, é entendida como algo difícil de colocar em prática, porque é necessário enfrentar a hostilidade, a raiva, as mágoas, enfim, um ambiente conflituoso, preenchido de fortes emoções e sentimentos. No projeto JEF, percebiam-se, a partir da sequência dos encontros, mudanças em relação ao padrão de comunicação e também ao litígio.

## 1.2 Os pressupostos teóricos e epistemológicos

Esta pesquisa fundamenta-se na perspectiva construcionista da psicologia social, de Berger e Luckmann (1976 *apud* Spink e Freeza, 2004), para explicar a vertente do construcionismo decorrente da sociologia do conhecimento. Seus pressupostos relacionam-se, sobretudo, aos processos de conservação e transformação social. Cabe alertar para o fato de que a realidade, socialmente construída a partir do senso comum, não é privilégio dos intelectuais. Esse conhecimento constitui verdadeiramente o tecido de significados que se tornam verdades objetivas por três mecanismos: tipificação, institucionalização e socialização. Em outra vertente, a da psicologia social, esses autores, que são porta-vozes dessa perspectiva no âmbito da disciplina, tendem a focalizar justamente o momento da interação, ou seja, os processos de produção de sentido na vida cotidiana.

Para Marra e Brito (2011), a ênfase recai sobre a maneira como as pessoas percebem sua realidade. Em face disso, ressaltam a necessidade do estranhamento do pesquisador para a adoção plena da perspectiva construcionista, possibilitando a compreensão do que não está aparente, do que é subjetivo. Essa postura se coaduna com a de Rey (2002), ao afirmar não ser possível acessar diretamente as informações, muitas vezes ocultas, a não ser por meio dos sujeitos.<sup>3</sup> É nessa interseção individual e social que os desafios na investigação da subjetividade ficam maiores, não sendo factível, segundo Rey, pensar na exclusão dos processos individuais e sociais em uma pesquisa, uma vez que formam a constituição subjetiva do indivíduo e da sociedade.

Referindo-se à investigação socioconstrucionista, Spink e Frezza (2004) preocuparam-se sobretudo com a explicação dos processos por meio dos quais as pessoas

---

<sup>3</sup> A subjetividade se mostra constituída de forma diferenciada no sujeito e na sua personalidade, bem como em seus diferentes espaços sociais de atuação.



descrevem, explicam ou dão conta do mundo em que vivem, incluindo a si mesmos. Por essa razão, os pesquisadores que empregam a epistemologia e a ontologia socioconstrucionista centram seus esforços analíticos na compreensão do sentido das ações e práticas sociais (Gergen e Thatchenkery, 2004), afastando-se das abordagens que enfatizam as estruturas mentais ou cognitivas.

Para Hacking (2001), adotar uma postura construcionista é, entre outras coisas, adotar uma forma desnaturalizadora de entender os fenômenos e sua construção; significa romper com as questões estabelecidas e essencializadas em nossa cultura. Diante disso, os questionamentos de uma pesquisa devem voltar-se primeiramente para seu significado de existência. Ou seja, deve-se buscar saber o real objetivo das verdades mantidas nas experiências construídas socialmente, além de compreender o objeto de estudo como pertencente a um mundo de ideias que não nascem no vazio. Segundo Spink e Frezza (2004), a adoção plena da perspectiva construcionista exige assim um esforço de desconstrução de noções profundamente arraigadas na cultura. O termo “desconstrução” é utilizado, aqui, para se referir ao trabalho necessário de reflexão que possibilita uma desfamiliarização<sup>4</sup> com construções conceituais que se transformam em crenças. Enquanto tais, colocam-se como grandes obstáculos para que outras possam ser construídas. Compreende-se que a desfamiliarização da objetividade, implícita na retórica da verdade, baseia-se na crítica da concepção de verdade como conhecimento absoluto, uma verdade absoluta. Portanto, a verdade é a verdade das convenções humanas, embora, nem por isso, menos impositiva.

---

<sup>4</sup> Neste trabalho será dada preferência ao termo “desfamiliarização”, porque dificilmente se “des-constrói” o que foi construído. Há espaço para novas construções, mas as anteriores ficam impregnadas nos artefatos da cultura, constituindo o acervo de repertórios interpretativos disponíveis para dar sentido ao mundo. Decorre daí a espiral dos processos de conhecimento, um movimento que permite a convivência de novos e antigos conteúdos (conceitos, teorias) e a ressignificação contínua e inacabada de teorias que já caíram em desuso.

Spink e Frezza (2004) citou Ibáñez para elucidar que não se propõe que se viva num mundo sem verdades. Sugerem apenas que elas sejam sempre específicas e construídas a partir de convenções pautadas por critérios de coerência, utilidade, inteligibilidade, moralidade. Enfim, de adequação às finalidades designadas coletivamente como relevantes. Essa mudança de perspectiva sobre a verdade não significa que se possa abrir mão dela incondicionalmente, no sentido de que não existem diferenças entre enunciados verdadeiros e falsos ou de que alguém possa estabelecer o que é verdadeiro de livre e espontânea vontade. O que a postura construcionista reivindica é a necessidade de remeter a verdade à esfera da ética e a de pontuar sua importância não como verdade em si, mas como relativa ao sujeito.

Outra questão importante sobre o construcionismo é o papel da linguagem como uma questão crucial para compreensão dos fenômenos apresentados. Observa-se, através da psicologia social, uma virada linguística, na qual a linguagem não apenas explica a realidade, mas a constitui. Essa visão concebe sujeito e objeto como construções histórico-sociais, estabelece uma crítica à ideia representacionista do conhecimento e da objetividade, problematizando aspectos sobre a realidade e o sujeito. Segundo Spink e Medrado (2013), a linguagem é uma prática social, dialógica, cujo foco de análise, no contexto das práticas discursivas, volta-se para linguagem em uso. Pode-se definir, assim, práticas discursivas como linguagem em ação, ou seja, como maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas.

Dessa forma, conforme Anderson e Goolishian (1995/1998), quando os construcionistas sociais propõem uma relação terapêutica dialógica, eles introduzem em uma postura reflexiva, ou que se dobra sobre si mesma. Esta perspectiva, segundo Hoffman (1995/1998), amplia a visão de circularidade para uma visão de infinito,

representado graficamente pelo símbolo “∞”. Nessa nova perspectiva, há espaço para o diálogo interno das pessoas, assim como uma intersecção onde as pessoas se encontram.

### 1.3 Os objetivos deste trabalho

Considerando o exposto, o objetivo geral deste trabalho é o de compreender o padrão de comunicação de ex-cônjuges no divórcio e litígio.

Já os objetivos específicos são os seguintes:

- compreender as formas de se falar do litígio e guarda de filhos;
- identificar os repertórios utilizados pelos ex-cônjuges sobre divórcio e litígio;
- reconhecer como a comunicação influencia e é influenciada pelo litígio.

### 1.4 O arcabouço do estudo

A Clínica de Psicologia da PUC-GO, onde se desenvolve o projeto JEF, foi o campo de pesquisa empírica desta pesquisa realizada entre agosto de 2013 e junho de 2014. Para tal foram selecionados quatro ex-cônjuges –com idades variando de 30 a 50 anos e com filhos de cinco a 20 anos –, escolhidos de forma randômica, encaminhados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por meio do II Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Era indiferente o fato de os candidatos possuírem ou não a guarda dos filhos. Sem qualquer critério prévio de nível socioeconômico diversificado, os grupos foram formados a partir da adesão das famílias encaminhadas.

O foco, nesses ex-casais e nos padrões de comunicação entre eles, foi o recorte necessário para a análise pretendida, enfatizando-se a dialogia na perspectiva do construcionismo social, isto é, os posicionamentos e a negociação de sentidos que as relações grupais possibilitam. Buscou-se ainda contextualizar, caracterizar e conhecer o

padrão de comunicação entre ex-cônjuges envolvidos no processo de litígio nos referenciais teóricos da história da família.

Como instrumento desta pesquisa, foram realizadas observações das discussões grupais do projeto JEF a fim de propiciar um espaço para o diálogo entre as famílias. Para tal, as observações foram precedidas de uma série de ações, próprias de pesquisas participativas, no que diz respeito à preparação das reuniões, à escolha do material de apoio a ser utilizado e à capacitação dos educadores.

Convém salientar que os encontros dos grupos foram definidos com frequência semanal, sendo realizados, conforme já se afirmou anteriormente, nas dependências da universidade. Cada grupo devia participar de cinco a seis encontros, com a duração de duas horas, o que correspondia a um mês e meio.

O plano de trabalho inicial foi elaborado com o planejamento dos encontros. Os temas que emergiram nos grupos eram discutidos com a professora orientadora, durante as sessões de supervisão destinadas à equipe de educadores. A partir dos temas coletados, a pesquisadora pôde fazer o recorte do tema deste estudo e a análise dos padrões de comunicação dos ex-cônjuges com base no construcionismo social. Os resultados foram organizados com base na análise dos encontros, na análise dos diálogos no grupo, como práticas discursivas. O primeiro passo foi a realização da transcrição literal das gravações e, logo depois, fazer a imersão no material, deixando assim, segundo Souza (2013), aflorar os sentidos, sem colocá-los previamente em classificação ou categorizações. Seguindo orientações próprias à ética em pesquisas, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 2) foi estruturado, lido e explicado já no primeiro encontro de cada grupo, ocasião em que foi assinado pelos participantes.

A pesquisa com enfoque na comunicação interpessoal se estabelece entre indivíduos de forma direta, sendo, portanto, investigado o conteúdo de comunicação. O

material para análise foi adquirido por meio de áudios e anotações realizadas durante a participação dos encontros de grupo no projeto JEF.

O próximo tópico abordará, com detalhes, os aspectos metodológicos desta pesquisa.

#### 1.4.1 Os aspectos metodológicos

O percurso metodológico desta pesquisa teve como pretensão apreender o fenômeno social no momento de sua ocorrência, para isso exigiu-se o emprego de recursos metodológicos diferenciados para que se pudesse alcançar a compreensão mais ampla e profunda possível sobre o tema. A metodologia utilizada nesta pesquisa –cujo objeto de estudo foi o processo de comunicação, análise do conteúdo e dinâmica, entre ex-cônjuges no contexto de litígio pela guarda de filhos –foi qualitativa por meio da análise de práticas discursivas.

A coleta de dados ocorreu, no ano de 2004, em uma das sessões realizadas entre ex-cônjuges e educadores (psicólogos voluntários, mestrandos, doutorandos e alunos da graduação) com o objetivo de refletir sobre o divórcio e o litígio, ampliando a compreensão sobre esses temas e ainda, por meio do JEF, proporcionando assistência psicológica às famílias que enfrentam essas transições.

Esta pesquisadora e outros membros da equipe de educadores coletaram os dados referentes ao fenômeno social da comunicação entre os ex-casais, um fenômeno relevante e dramático no momento de sua ocorrência, com as suas implicações para o diálogo educativo sobre o divórcio, o litígio e a guarda de filhos. Nesse momento, com o consentimento dos participantes, foi gravado em áudio e transcrito na íntegra, integrando o banco de dados do campo da pesquisa.

Inicialmente, para a organização e análise dos dados coletados, fez-se a descrição do todo, a partir da transcrição sequencial, e o recorte dos temas de maior interesse teórico, mantendo a distinção entre posições de pessoas, suas relações com o todo e a íntegra do discurso. As transcrições serão apresentadas em linhas, para explicitar e identificar o conteúdo a que o mapa de análise temática<sup>5</sup> se refere (Apêndice 1). Para a construção do mapa de análise temática, o material foi gravado, transcrito e informatizado, depois organizado por temas ou categorias conceituais, indicando a representação social ou processos de produção de sentido. O uso de mapas, na pesquisa com grupos, dependeu do foco, ou seja, dos repertórios. Posteriormente, fez-se a análise dos resultados e a conclusão do presente estudo.

O tópico a seguir aborda como é vista a pesquisa com grupos na literatura da área.

#### 1.4.2 A pesquisa com grupos

Ao longo da história, os grupos têm sido amplamente utilizados como estratégia de trabalho e de pesquisa em diversos campos disciplinares. Constituídos por pessoas em interação, os grupos possibilitam a existência de situações similares às do cotidiano, razão pela qual podem ser registradas com fins de pesquisa (Guanaes e Japur, 2005). A partir desse instrumento em uma perspectiva de análise que privilegia a dialogia, foi possível conhecer e compreender o padrão de comunicação dos ex-cônjuges no processo de divórcio e litígio.

Para Bakhtin (1994 *apud* Spink, 2014) para o entendimento da dialogia/interanimação dialógica como o princípio básico da linguagem. Trata-se de reconhecer que os enunciados estão sempre em interação e diálogo, seja nos textos

---

<sup>5</sup> No caso de grupos, a análise feita é a temática, que faz a síntese dos principais aspectos em termos de conteúdo.

escritos, verbais ou mesmo nos diálogos que as pessoas travam consigo mesmas. Nesse sentido, qualquer enunciado implica a presença de interlocutores –presentes, passados e futuros – que se materializam nas noções de vozes e de endereçamento. Isso significa que toda linguagem é dialógica e fruto de processos coletivos. Na abordagem de Bakhtin (1994), os conceitos de enunciados e vozes caminham juntos e ambos descrevem o processo de interanimação dialógica que se processa numa conversação. Em outras palavras, os enunciados de uma pessoa estão sempre endereçados a uma ou mais pessoas, as quais se interanimam mutuamente, mesmo quando os diálogos são internos. A análise com foco nas interações entre os participantes, no modo como se posicionam e são posicionados ao longo da sessão grupal, nas relações de poder que estabelecem entre si, nos repertórios linguísticos que circulam e nas práticas discursivas construídas nesse contexto.

No projeto JEF, Peres (2013, p. 419) ressaltou por que escolheu a estratégia de pesquisa de grupos:

Por que o grupo de famílias? Primeiramente porque é constituído de múltiplas subjetividades, o que tem representado para as famílias uma vivência diferenciada de contato com o problema vivido por elas de diferentes formas. Como um espaço aberto ao diálogo sobre as subjetividades, a justiça educativa deverá ajudar as famílias a se confrontarem nas suas diferenças e se posicionarem em relação a elas, de forma que possam emergir como sujeito do processo de constituição e desenvolvimento do litígio. E quanto aos educadores? Como se posicionam nesse processo? Como diria González Rey (2011), reconhecendo o caráter complexo da metodologia e o valor do processo do diálogo e da reflexão, sem tentar imprimir nas famílias as suas concepções. Os educadores participam ativamente do diálogo

interfamiliar para provocar a crítica, a avaliação de temas, de situações e das dificuldades dos membros das famílias, sem nenhum *a priori*.

A fim de participar ativamente do diálogo por meio de perguntas e problematizações para a discussão dos temas emergentes, a técnica sugerida por Peres (2013) aos educadores incita os participantes a se envolverem no debate e a refletirem sobre suas representações. O envolvimento criativo dos educadores ressoa nos membros das famílias que se implicam efetivamente no diálogo.

As representações sociais que referenciam este trabalho foram formuladas por González Rey (2006) como uma organização simbólica sobre a qual se desenvolvem as diferentes práticas e relações sociais dos membros de um grupo, instituição e comunidade, o que representa uma produção subjetiva. Constituem uma forma de produção de conhecimento que assegura a estabilidade do “mundo” no qual as pessoas acreditam, o que representa um processo de produção subjetiva que garante a identidade e a segurança das pessoas.<sup>6</sup> Com a teoria das representações sociais, o social deixou de ser percebido em seu caráter objetivo e externo em relação aos sujeitos envolvidos nas diferentes práticas sociais.

Para Brigagão *et al.* (2014), os grupos são espaços nos quais é possível assumir posições, compartilhar experiências, fazer negociações e coproduzir sentidos. Ou seja, no grupo, a multiplicidade de visões tem mais espaço para se manifestar e os participantes têm mais possibilidades de se posicionar diante dela. É um contexto interativo que

---

<sup>6</sup> Segundo Moscovici (2003), o medo do que é estranho é profundamente arraigado. Isso se deve ao fato de que a ameaça de perder os marcos referenciais, de perder contato com o que propicia um sentido de continuidade de compreensão mútua, sendo uma ameaça insuportável.



possibilita a circulação de repertórios oriundos dos três tempos definidos por Spink (2010, p. 34):

[...] o Tempo Longo é o domínio da construção dos conteúdos culturais que foram parte dos discursos de uma dada época. Permite que nos familiarizemos com os conhecimentos produzidos e reinterpretados por diferentes domínios do saber: religião, ciência, conhecimentos e tradições do senso comum, entre eles. O Tempo Vivido é o tempo de ressignificação destes conteúdos históricos a partir dos processos de socialização. É o tempo de vida de cada um de nós; tempo da memória na qual enraizamos nossas narrativas pessoais e identidades. O Tempo Curto é o tempo da interanimação dialógica e da dinâmica da produção de sentidos. É nesse tempo que se presentificam as diferentes vozes ativadas pela memória cultural do tempo longo ou pela memória pessoal do tempo vivido.

Todo grupo, assim como toda relação humana, está permeado por relações de poder. No entanto, Foucault (2003) apontou que o poder não é algo unitário e global; o poder produz saber, e estão diretamente relacionados. Nas entrevistas, as relações de poder podem ser percebidas de diversas formas: como as pessoas se apresentam e como se expõem. Para Brigagão et al. (2014), os grupos devem ser vistos como uma atuação de todos os envolvidos, nos quais participantes e o pesquisador posicionam a si mesmos nas discussões grupais.

Conforme Smithson (2000), as opiniões expressas nos grupos deveriam ser entendidas não como sendo previamente formadas, como opiniões estáticas que as pessoas trazem para os grupos, mas sim como construídas em situações sociais. Essas opiniões não devem ser tratadas como "pertencentes" a indivíduos dentro do grupo ou como opiniões de

todo o grupo, mas como discursos que emergem no contexto. Portanto, os grupos são situações sociais que permitem uma diversidade de argumentos e posicionamentos que, quando analisados, possibilitam ao pesquisador uma leitura ampla dos diversos argumentos usados em relação a um tema, a posicionamentos, a processos de produção de sentidos, de construção de conhecimentos e de opiniões individuais ou coletivas.

Brigagão et al. (2014) observaram que nas diversas estratégias de pesquisa, como entrevistas, questionários e grupos, é possível observar a circulação de repertórios sobre as normas sociais, conforme percebido também por Peres (2013), incitam os participantes a serem ativos no debate e a refletirem sobre suas representações. Muitas vezes os participantes respondem de acordo com o que imaginam ser aceitável para o pesquisador. Citaram Smithson (2000), para ressaltar que, nos grupos, a presença de argumentos baseados nas normas compartilhadas socialmente pode ser mais frequente devido à necessidade de aceitação pelo grupo ou de medos de desaprovação por parte dos outros participantes. Se, durante a realização da sessão grupal, o coordenador perceber a influência de um determinado padrão normativo, é importante intervir e apontar que os participantes são livres para não segui-las, ou até mesmo para criticá-las. Em geral, isso possibilita a oportunidade de falar abertamente sobre essas "normas" socialmente construídas e compartilhadas e muitas vezes de analisá-las criticamente. No construcionismo, os grupos são entendidos como uma prática discursiva que possibilita compreender o padrão de comunicação entre ex-cônjuges, tendo como objetivo final os sentidos<sup>7</sup> que os participantes atribuem a determinado tema tal como emergem de suas falas e não como categorias definidas *a priori*.

---

<sup>7</sup> Para Spink e Medrado (2013, p. 22), o sentido é conceituado como “uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das

Spink e Medrado, as autoras compreendem que a produção de sentidos não é uma atividade cognitiva intraindividual e simples reprodução de modelos predeterminados. Ela é uma prática social dialógica que implica a linguagem em uso, considerada um fenômeno sociolinguístico, uma vez que o uso da linguagem sustenta as práticas sociais geradoras de sentido. Para atender ao foco desta pesquisa – a comunicação entre ex-cônjuges –, considera-se que essas conversas são compreendidas como práticas discursivas, que, conforme Spink e Medrado (2013), apresentam, para uma melhor definição, três dimensões básicas: linguagem, história e pessoa.

A seguir, o capítulo 2 discorre sobre as várias reflexões sobre família para nortear o *corpus* desta dissertação.

---

relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos à sua volta”.

## Capítulo 2: Família, Casamento, Conflitos Conjugais e Divórcio

### 2.1 - Mudanças no contexto da família

De acordo com Paulo (2009) quando se pensa em família, imediatamente vem à mente um pequeno grupo social, composto por um casal e seus filhos. A imagem é tão forte no imaginário –e se encontra tão presente nos mais diversos recantos do mundo globalizado –que se tende a rejeitar ou ignorar qualquer outra forma de relação, até mesmo desprestigiando outros vínculos que porventura se formam com pessoas de fora desse quadro familiar. Nota-se conforme Oliveira (2009) que a concepção de família foi sendo construída historicamente e é fruto da trajetória de sua existência na sociedade.

Nas últimas décadas, Vecchio (2003) verificou que a cruzada dos "valores familiares" difamou as estruturas familiares alternativas, como aquelas construídas por lésbicas e gays, que são "fora da norma". Esforçava-se para reinscrever o modelo familiar tradicional, dominado pelos homens e servido pelas mulheres, como a única opção válida. Dentro do paradigma do "poder como dominação", em que qualquer diferença visível provoca uma batalha pela supremacia, não há lugar para uma conexão respeitosa e colaborativa entre as diferenças:

Todos fomos programados para reagir às diferenças humanas existentes entre nós com medo e repugnância às diferenças, e a lidar com essa diferença de uma das três maneiras seguintes: *ignorando-a* e, caso isso não seja possível, *copiando-a* se a consideramos dominante, ou *destruindo-a* se a consideramos subordinada. Mas não temos padrões para nos relacionar através de nossas diferenças humanas como iguais. (Lorde, 1984, p. 115)

Lévi-Strauss (1956) observou que é, de acordo com o contexto social, em cada sociedade e em cada época histórica, que a vida doméstica passa a assumir determinadas formas específicas, evidenciando que a família não é instituição natural, mas reforçando a compreensão de que ela é socialmente construída de acordo com as normas culturais. O autor demoliu definitivamente as fantasias sobre família enquanto fato substancialmente natural, fundado sobre uma essência biológica. Demonstrou, com seus estudos e pesquisas, que "a família biológica é uma abstração indeterminada, sem relação mais profunda com a realidade histórica". Família seria muito mais como uma "invasão da cultura no campo da natureza" do que algo biologicamente dado.

Para comprovar essa tese, Lévi-Strauss levantou diversos casos em que a família assume uma configuração bem diversa daquela com a qual se acostumou a conviver no mundo contemporâneo. Apontou a existência de famílias como as das tribos bantos, na África, em que vigorava a poligamia. Lá, o mesmo homem desposava várias mulheres, cada uma delas vivendo, com sua respectiva prole, em uma choupana diferente. Cabia ao marido sustentar as mulheres e os numerosos filhos.

A monogamia se tornou predominante nas sociedades humanas por razões de ordem econômica, moral e religiosa, derivadas do simples fato de que, geralmente, quando não são introduzidas no grupo circunstâncias especiais que alterem a proporção, existe um número equivalente de mulheres e homens, e o fato de se permitir que um homem tenha várias mulheres (ou o contrário), acaba condenando outros a viverem na solidão, sem alguém para compartilhar seu destino e garantir a manutenção de sua linhagem. Pode-se dizer que a contribuição de Lévi-Strauss à questão da família se deve ao fato de que ele não fala propriamente sobre a família, mas através dela. A família, para ele, interessa não pelo que ela diz sobre si mesma, mas sobre a sociedade, sobre aquilo que faz humano –e, portanto, social –o ser humano. Não se ateve à família como grupo social concreto, com

seus problemas específicos, mas ao que esta revela do mundo social, dentro da concepção estruturalista da sociedade como um sistema de relações. Nesse contexto, a família passa por profundas transformações, tanto internas, no que diz respeito à sua composição e às relações estabelecidas entre seus componentes –quanto às normas de sociabilidade externas existentes. Esse fato tende a demonstrar seu caráter dinâmico.

Bock (2001) percebe que a família, como a conhecemos hoje, não é uma organização natural, nem uma determinação divina. A organização familiar transforma-se no decorrer da história do homem. A família está inserida na base material da sociedade ou, dito de outro modo, as condições históricas e as mudanças sociais determinam a forma como a família irá se organizar para cumprir sua função social

Segundo Engels (1985), todas as grandes épocas de progresso da humanidade coincidem, de modo mais ou menos direto, com as épocas em que se ampliam as fontes de existência. O desenvolvimento da família realiza-se paralelamente, mas não oferece critérios tão conclusivos para a delimitação dos períodos. Como processo histórico construído e modificado de acordo com as transformações da sociedade, a família pode possuir as fases em seu desenvolvimento. Apesar de esse desenvolvimento ocorrer paralelamente às mudanças existentes, é difícil, levando-se em consideração somente à própria família, delimitar os períodos de sua existência.

Até o século XVII, a família não existia como sentimento ou como valor. Era vivida em público, não existindo quase nenhuma intimidade, pois a densidade social tomava todo o lugar da família:

A família antiga tinha por missão –sentida por todos –a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua cotidiana num mundo em que um homem, e mais ainda uma mulher, isolados não podiam sobreviver, e ainda, nos casos de crise, a proteção

da honra e das vidas. Ela não tinha função afetiva. Isso não quer dizer que o amor estivesse sempre ausente: ao contrário, ele é muitas vezes reconhecível, em alguns casos desde o noivado, mas geralmente depois do casamento, criado e alimentado pela vida em comum. Mas (e é isso o que importa), o sentimento entre os cônjuges, entre os pais e os filhos, não era necessário à existência nem ao equilíbrio da família: se ele existisse, tanto melhor. (Ariès, 1981, p. 10)

Duby (*apud* Ariès, 1981) definiu a família como o primeiro refúgio em que o indivíduo ameaçado se protege durante os períodos de enfraquecimento do Estado. Mas, assim que as instituições políticas lhe oferecem garantias suficientes, esquiva-se da opressão da família, e os laços de sangue se afrouxam. A história da linhagem é uma sucessão de contrações e distensões, cujo ritmo sofre as modificações da ordem política. Duby admite assim que a conjuntura tem influência na dinâmica familiar. Mesmo sem apresentar uma oposição entre família e linhagem, Ariès (1981) refletiu sobre a questão da linhagem como o único sentimento de caráter familiar conhecido na Idade Média.

Segundo Oliveira (2009) vale lembrar que a evolução do conceito da forma de organização da família medieval para a organização da família do século XVII e para o conceito de família moderna foi limitada aos nobres, burgueses, artesãos e lavradores ricos. Com a inserção da escola, da privacidade e com a manutenção das crianças junto aos pais, o sentimento de família passou a ser valorizado por instituições, especialmente pela Igreja. Assim, a família nuclear burguesa começou a se compor, e a vida familiar foi crescendo, estendendo-se a toda a sociedade.

Com as transformações da sociedade com destaque do capitalismo, a família também é sujeito dessa história socialmente construída, vivenciando todas as lesões do

monopólio do capital. Segundo Marx (2006, p. 45) a divisão do trabalho, fruto da Revolução Industrial, trouxe uma transformação profunda na sociedade.

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, a princípio, à distinção entre o trabalho industrial e comercial de um lado, e o trabalho agrícola de outro, e a consequente separação entre cidade e campo com a oposição de seus interesses. Seu desenvolvimento posterior conduz à separação entre o trabalho comercial e o industrial. Ao mesmo tempo, pela divisão do trabalho dentro dos diferentes ramos desenvolvem-se diferentes subdivisões entre os indivíduos que cooperam em determinados trabalhos.

Assim é possível compreender que a divisão social do trabalho influenciou as relações na sociedade sofrendo incluindo a família que está inserida nesse contexto social. É possível exemplificar com o caso da inserção da mulher no mercado de trabalho, o crescente número de trabalhadores informais, que não possuem garantia de emprego, assim como o grande número de desempregados. Todo esse contexto pode influenciar e modificar o cotidiano da vida em família.

Oliveira (2009) observa que com o ritmo acelerado do capital, a família pode reproduzir, em seu interior, o individualismo e a competição, frutos da modernização da sociedade, podendo, neste contexto, haver o predomínio do interesse individual sobre o coletivo, desfigurando o entendimento de que a família deveria ser local onde o coletivo predominasse sobre o individual.

De acordo com Porreca (2004, p. 13):

[...] a família, enquanto unidade de reprodução social e biológica, constitui-se também como unidade de cooperação econômica e de consumo coletivo de bens materiais e simbólicos. As possibilidades de consumo estão relacionadas à heterogeneidade dos atributos sociais de seus integrantes, como idade, grau de



escolaridade, ocupação, forma de inserção no mercado de trabalho, e repertório cultural, que, conjuntamente, conferem a cada um deles possibilidades diferenciadas de auferirem determinado rendimento.

Isso infere conforme o princípio de recursividade da teoria da complexidade de Morin (1996, p. 148), que a família é produto e produtor do sistema socio-econômico, político e cultural, pois tudo que é produzido volta sobre o que produziu num ciclo ele mesmo auto-constitutivo, auto-organizador e autoprodutor.

Para Romanelli (1998) as mudanças na sociedade são caracterizadas pela emergência de novos modos de relacionamento familiar, interpessoal, afetivo e sexual, assim como pelo aparecimento dos modelos culturais ordenados dessas relações. A partir da década de 1960,<sup>8</sup> houve uma gama de transformações econômicas e sociais, que tiveram como consequências a concentração da renda, a pauperização de grande parte da população, assim como o aumento da força de trabalho feminina e juvenil.

Segundo Durhan (1986) a família, passa a ser a unidade de cooperação econômica, na qual todos devem cooperar para seu mútuo sustento. Assim o trabalho da mulher passa a ser uma necessidade nas despesas domésticas, podendo gerar independência financeira e determinada posição profissional no mercado de trabalho. É certo, todavia, que o trabalho, ao mesmo tempo em que impulsiona a mulher a estar conquistando espaço na sociedade, pode também demonstrar que ela ainda continua com uma carga horária maior de atividades, pois além de executar as atividades profissionais no espaço do trabalho

---

<sup>8</sup> No Brasil, o crescimento econômico e político, impulsionado pelo desenvolvimentismo da Era JK com a disponibilidade de capital externo e a viabilização de projetos de infraestrutura, demarcou a modernização da economia do País. Contudo, esse processo de modernização trouxe como consequência a desigualdade social, com o empobrecimento de alguns setores da população.

profissional, continua executando as atividades do lar, enquanto mulher, mãe e dona de casa.<sup>9</sup>

Ao conquistar o mercado de trabalho, as mulheres passaram a deter certa independência. Nesse mesmo contexto, há uma procura pelas mulheres para a qualificação educacional, em todos os níveis de ensino, fator que pode, segundo Romanelli (1986), conferir a elas postos de trabalhos mais bem remunerados.

Conforme Singly (2000) a partir da segunda metade do século XX a família passou (e continua passando) por um processo de intensas transformações econômicas, sociais e trabalhistas. São muitos fatores que influenciaram para essas mudanças, como o processo de urbanização e industrialização, o avanço tecnológico, o incremento das demandas de cada fase do ciclo vital, a maior participação da mulher no mercado de trabalho, o aumento no número de separações e divórcios, a diminuição das famílias numerosas, o empobrecimento acelerado, a diminuição das taxas de mortalidade infantil e de natalidade, a elevação do nível de vida da população, as transformações nos modos de vida e nos comportamentos das pessoas, as novas concepções em relação ao casamento, as alterações na dinâmica dos papéis parentais e de gênero. Estes fatores, entre outros, tiveram uma influencia direta no sistema familiar, contribuindo para o surgimento de novos arranjos que mudaram a estética dessa instituição (Biasoli-Alves, 2004; Romanelli, 2002; Scott, 2004).

Segundo Oliveira (2009) a expansão do trabalho feminino até gerou certa autonomia à mulher, contudo sua emancipação nem sempre está relacionada à questão do trabalho executado, pois a própria concepção de trabalho feminino ainda é condicionada aos fatores que determinam as relações no mundo do trabalho e está, apesar de toda sua

---

<sup>9</sup> Segundo Romanelli (1991, p. 34), as mulheres "expressam a insatisfação com a divisão sexual do trabalho e pressionam o marido para assumirem parte das tarefas domésticas". A minoria, porém, consegue realizar concretamente tal divisão de tarefas domésticas, mas, em sua grande maioria, estas são executadas pelas mulheres, acentuando, dessa forma, a questão do acúmulo da jornada de trabalho da mulher.

inserção na produção, relacionada à questão da condição da mulher na sociedade. Atuando em diversificadas profissões, desde os níveis de produção em alta escala, até o trabalho intelectual e de gestão, a mulher é socialmente reconhecida como profissional do lar, mas, em muitos casos, pode passar despercebida, embora seja capaz de gerir as despesas e a organização da família.

Prá (1997, p. 43), entende o feminismo como um termo extremamente flexível, uma vez que compreende todo um processo de transformação”. Tal processo tem raízes no passado e é resignificado a cada nova geração de feministas, com seus desafios, contradições, avanços e recuos. Porém no reconhecimento de uma raiz comum a todos os feminismos: a luta pela superação das desigualdades entre homens e mulheres e pela autonomia e emancipação das mulheres. Esta raiz pode ser identificada em grupos e contextos históricos os mais diversos. As diferenças ocorrem por conta da interpretação das desigualdades presentes na realidade de cada grupo e nas propostas e estratégias adotadas para superar essas desigualdades e conquistar a autonomia, a emancipação desejada.

Para os estudos de gênero “não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e mulheres, apesar das inúmeras regras sociais calcadas numa suposta determinação biológica diferencial dos sexos”(Grossi, 1999). As identidades humanas são entendidas como “não-fixas” e passíveis de resignificação constante. As pesquisas de gênero se dedicam, pois, ao estudo dos sistemas culturais que dão significado às subjetividades e à compreensão das realidades empíricas diversas: “contextos específicos nos quais o sistema sexo/gênero operacionaliza relações de poder”(Piscitelli, 2004, p. 51).

Segundo Sarti (2007), a família, apesar de vivenciar todas as mudanças no plano da sexualidade (anticoncepção) e reprodução humana (reprodução assistida), ainda é o locus em que a noção da reprodução do ser humano é construída. Não é fácil dissociar essa noção quando a família está em meio a um aparato de definições instauradas por meio das concepções existentes na sociedade – jurídicas, psicológicas, religiosas, pedagógicas, dentre outras. Essas concepções trazem determinados modelos do que é e de como deve ser a família, especialmente alicerçados em uma visão que, na maioria das vezes, a considera como unidade biológica.<sup>10</sup>

Oliveira (2009) compreende que em cada momento histórico, em cada contexto, a família vem sendo construída e possui mobilidade e, por estar sempre em movimento tal como a sociedade, fica complicado tecer uma única concepção de família, pois depende do contexto em que está inserida.

Para Sarti (2000, p. 39), “a família não é uma totalidade homogênea, mas um universo de relações diferenciadas, e as mudanças atingem de modo diverso cada uma destas relações e cada uma das partes da relação”.

A diversidade dos ritmos de mudanças na família são verificadas uma vez que tais mudanças dependem da situação em que a família se encontra como também do contexto que está inserida. Outras questões que podem influenciar o ritmo das mudanças na família são relativas à cultura, à etnia, à região, à situação socioeconômica, dentre outras (Oliveira, 2009).

Há um paradoxo na construção moderna da família nuclear: é uma imposição modelar, mas não pode mais ser controlada, já que se advoga o direito à livre escolha. A esse paradoxo, segue-se outro: a liberdade é regulada pelo saber médico-psicológico,

---

<sup>10</sup> Segundo Bilac (2000, p. 31), “a variabilidade histórica da instituição família desafia qualquer conceito geral de família. Ao mesmo tempo, a generalização do termo ‘família’, para designar instituições e grupos historicamente tão variáveis, termina por ocultar as diferenças nas relações entre a reprodução e as demais esferas da vida social”.

prescrevendo normas do comportamento para todos os membros da família. Na convivência dessas duas alternativas, aparentemente opostas – a do controle pelo saber especializado e a da liberdade de escolhas –, constrói-se a possibilidade de não seguir um modelo único, tal qual o da família conjugal. Surge a imprevisibilidade: há inúmeras configurações familiares, que têm a liberdade de se tornarem mais visíveis do que antes. Supondo uma caracterização para esse momento, considerado como o da pós-modernidade, a família tende a ser pautada na ideia da diversidade e na ausência de único parâmetro norteador. Ainda há, entretanto, a ideia de família determinada por valores, os quais pautam as relações como: o sentimento de amor, a realização pessoal na convivência com o outro e, por consequência, a formação da identidade humana por meio da filiação e da transmissão intergeracional. Embora o modelo nuclear tenha sido questionado, a família não foi substituída por nenhum outro grupo ou instituição social. Enquanto isso, paralelamente, instaura-se a exacerbação do individualismo, o que leva à flutuação das identidades pessoais e das relações familiares.

Segundo Oliveira (2009) a configuração familiar tradicional – com a presença da autoridade patriarcal e a divisão dos papéis familiares – houve mudanças significativas nas relações entre homem, mulher, pais, filhos. Apesar de tantas alterações, a família ainda pode ter seu início no casamento ou nas uniões estáveis. Esses tipos de uniões são parte do universo familiar que podem determinar o relacionamento intrafamiliar e os direitos inerentes. Nesse sentido, é importante estudar tais uniões, em destaque a importância de uma sintética abordagem da história do casamento de forma a construir uma rede de idéias relevantes para a compreensão geral da discussão.

## 2.2- Casamento e Relações Conjugais

No Brasil colonial e imperial, somente era válido o casamento quando celebrado segundo o rito católico. Segundo Simões (2007, p. 179), “com a Lei n. 1.144 de 11/09/1861, o Estado passou a admitir o casamento segundo o rito religioso dos próprios nubentes. O Decreto n. 119-A de 17/01/1890 estabeleceu a separação entre a igreja e o Estado, que se tornou laico ou não confessional”. Após a Proclamação da República e o Estado laico, a Constituição de 1891 reconheceu o casamento civil perante autoridade leiga e, após a Constituição de 1934 até a atual, foi permitido o casamento religioso com efeitos civis, desde que mediante prévia habilitação. Diante dessas transformações, a Constituição Federal, em seu artigo 226, parágrafo primeiro, institui a família pelo casamento civil e, em seu parágrafo segundo, refere-se ao casamento religioso com efeitos civis. Já os parágrafos terceiro e quarto dispõem sobre o estado conjugal, considerando a união estável entre a mulher e o homem para efeitos de proteção do Estado, bem como a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, denominada família monoparental. Dessa forma, a Lei Máxima do País reconhece publicamente as uniões consensuais, mesmo não sendo oficializadas por meio do casamento.

O Código Civil, no artigo 1.723, declara que o casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer o vínculo conjugal e o juiz declara-os casados. Segundo Simões (2007, p. 180), "o casamento implica a formação da sociedade conjugal, que é o complexo de direitos e obrigações, inclusive em relação aos bens, que formam a vida em comum dos cônjuges".

Apesar de facultativo, um dos efeitos do casamento civil é a aquisição do sobrenome de um cônjuge pelo outro, sendo que, atualmente, não é somente a mulher que pode adquirir o sobrenome do esposo, mas este pode inserir em seu nome o sobrenome da

esposa. Usualmente, os filhos gerados na união são registrados com o sobrenome dos pais, identificando-os assim como filhos legítimos.

Quanto à união estável de um homem e uma mulher sem casamento, sob a forma de relação não oficializada –anteriormente denominada concubinato –, esta passou a ser reconhecida como sociedade de fato, e o homem e a mulher foram denominados de companheiros. Atualmente, o termo “concubinato” nomeia somente os relacionamentos extraconjugais e adulterinos.<sup>11</sup>

A união estável teve seu primeiro reconhecimento pela Lei 8.971/94, que definiu como companheiros o homem e a mulher que mantivessem união comprovada, mesmo sendo solteiros, separados, divorciados ou viúvos, por mais de cinco anos ou com filhos. Esses conceitos foram alterados pela Lei 9.278/96, que omitia requisitos de natureza pessoal, tempo mínimo de convivência e existência de prole, reconhecendo, dessa forma, a entidade familiar. Essas considerações também são realizadas no Novo Código Civil, quando trata da união estável no Livro da Família, não instituindo nenhum prazo mínimo de convivência entre o casal. Com relação aos direitos e obrigações entre os cônjuges, são equiparados ao casamento oficial. Para ser caracterizada como união estável, é necessário que exista uma prova de relação afetiva e material, como se estivessem na condição de casados. Isso significa que essa convivência vai além do envolvimento físico, pois abrange a questão espiritual e de fidelidade mútua. O diferencial é que, nesse caso específico, em se tratando de uniões estáveis, a lei não exige a convivência sob o mesmo teto enquanto requisito essencial; este entra como prova, não como fato imprescindível.

---

<sup>11</sup> As implicações ocasionadas pelo estado civil são visíveis no cotidiano da vida das pessoas que vivenciam essa experiência. Apesar das evoluções, há um pré-julgamento com relação ao estado civil das pessoas, em especial, as que não são casadas oficialmente.

Apesar desse reconhecimento e demais evoluções que estão ocorrendo na concepção das uniões estáveis, no artigo 226 da Constituição Federal consta que a lei deve incentivar a conversão da união estável em casamento. Porém, como há casos em que a lei prevê alguns benefícios aos casais em união estável, é possível verificar uma falta de estímulo à conversão da união estável em casamento. Pode ser que o casal opte por uma união, porque ambos os parceiros estejam vivenciando a experiência do amor. Sabe-se, porém, que para o relacionamento conjugal, não basta amar, é preciso viver a conjugalidade por meio do investimento nos cuidados mútuos, aprender a conviver. E esse é um desafio constante, mas se cultivado, exerce papel importante na vida a dois, assim como nos relacionamentos familiares.

No início do casamento ou da união estável, os parceiros ficam submetidos a um regime de sociedade de bens (Simões, 2007), que determinará, se houver uma separação, os critérios para partilha de bens. O casal, ao se unir, assume papéis formais e informais, tais como o de gerar recursos para a sobrevivência familiar e executar as tarefas domésticas, assumindo o que lhes couber dentro do relacionamento e na convivência cotidiana. Dessa forma, o casamento é um arranjo social que pode permitir ao indivíduo a reconstrução de sua identidade a partir do relacionamento com outra pessoa, redefinindo-se dentro da realidade construída.

Conforme Oliveira (2009) o casamento, no mundo contemporâneo, é referência de proteção, em que pode se tornar possível obter o afeto e a convivência familiar e as possibilidades da individualidade. Portanto, entende-se que é preciso estudar as relações estabelecidas entre os casais, buscando refletir sobre como eles vivenciam a conjugalidade.

As mudanças que ocorrem na sociedade dizem respeito, especialmente, à construção das relações humanas e da maneira como as pessoas estão cuidando de seus



relacionamentos. As trocas no interior da família precisam ser vistas, considerando o contexto social que afeta diretamente as relações, como se verá a seguir.

Segundo Rogers (1979) entender a vivência da conjugalidade é compreender não uma instituição ou uma estrutura, mas um processo, que constitui vários outros processos como a intimidade, a vida sexual, de trabalho, procriação, partilha de responsabilidade econômica e assim por diante, que formam o que se chama casamento, relação na qual os cônjuges se empenham.

A vida conjugal pode ser vista como um eterno processo dialético que atinge sínteses transitórias e reformuláveis. Assim a síntese é alcançada se houver a possibilidade de reconquista de um absoluto de casal. O absoluto é uma síntese, plena de significado, das diferenças entre duas pessoas. O absoluto do casal é um modelo único de ser casal, o que define a existência conjugal e estabelece seus limites (Caillé, 1994).

Para conceituar o modelo único de ser casal, Féres-Carneiro (1998) explica que o casal é composto por duas individualidades que formam uma conjugalidade. Segundo ela, cada um dos cônjuges traz consigo uma identidade, uma história pessoal, planos, sonhos, expectativas que, na relação amorosa, se juntam para estabelecer uma história a dois, um projeto de vida em comum, uma identidade conjugal. Segundo a autora, um dos maiores desafios para a constituição e manutenção do casamento é o estabelecimento de um equilíbrio entre os valores individuais de cada cônjuge e a vivência da conjugalidade, daquilo que é a realidade comum do casal, dos desejos e projetos conjugais.

A partir da década de 1960, houve um questionamento sobre os papéis preestabelecidos definidos por gênero, demonstrando transformação nas relações homem-mulher.

Entre muitos casais, pode-se perceber uma relação mais igualitária, caracterizada por uma maior confiança e reciprocidade. Porém, na sociedade, a resolução da equação

conjugal ainda não foi superada, visto que mulheres e homens buscam a liberdade de movimentos e pensamentos. É possível também, no contexto da vida matrimonial, a reflexão de sua própria maneira de ser, podendo contribuir para a construção da própria identidade.

Dessa forma, o casamento implica em uma reorganização interna de cada um dos cônjuges e uma reorganização para a construção de uma identidade conjugal (Féres-Carneiro, 2003).

Segundo Gueiros (2002, p. 109),

O casamento e a família sofreram influências das mudanças sociais mais gerais e, principalmente, do movimento feminista, e nas três últimas décadas do século passado observa-se, no que se refere ao casamento, uma tendência para o debate/embate de questões como: relações de gênero; redefinição dos papéis públicos e privados; comportamento sexual definido segundo o sexo; constituição da mulher como indivíduo e construção da individualidade e da identidade pessoal. Neste contexto, entende-se que as questões cruciais do casamento contemporâneo dizem respeito à dimensão da intimidade e às próprias questões advindas da perspectiva da valorização da individualidade e da necessidade de, ao mesmo tempo, criar-se vínculos de reciprocidade entre o casal [...].

Giddens (1992), ao dissertar sobre a transformação da intimidade nas sociedades ocidentais, lembra que, desde sua origem, o amor romântico caminha para a intimidade, para comportamentos íntimos, que levam os indivíduos a um encontro reparador com o ser amado à medida que o outro preenche um vazio; o ser fragmentado sente-se inteiro. Por

intimidade, Carpenedo e Koller (2004) referem-se ao sentimento de proximidade, conexão e união no relacionamento amoroso.

O amor romântico, enquanto meio para intimidade entre os indivíduos, era uma peculiaridade feminina na medida em que as questões da própria vivência íntima e os sentimentos eram trabalhados de forma constante na cabeça das mulheres, ao longo de décadas. Contudo, como resultado da emancipação da mulher e pela autonomia conquistada ao longo desses anos, o laço conjugal passou a ser apresentado e mantido de forma diferente, pois se objetiva uma relação de igualdade entre homens e mulheres; só desse modo convém manter-se em uma conjugalidade (Jablonsky, 2003).

Minuchin e Fishman (1990) referem que na formação da conjugalidade cada um dos cônjuges tem um conjunto de valores e expectativas, explícitos ou inconscientes, que vão desde vários aspectos da vida, como importantes decisões e valores, até coisas banais do dia-a-dia, como o horário de almoço. Assim, lembram que, para que a vida a dois seja possível, este conjunto de valores deve ser adequado com o passar do tempo; à medida que os companheiros abrem mão de parte de suas idéias e preferências, acabam perdendo um pouco de individualidade, mas ganham em pertinência.

Oliveira (2009) entende que em um relacionamento pode haver uma falsa compreensão do real significado do sentimento que é gerado pela convivência cotidiana com a outra pessoa. Alguns pensam que é sinônimo de submissão, como podem também estar relacionando esse sentimento com desejos de posse, ou com alguma espécie de egoísmo, tentando afirmar-se através da pessoa do parceiro. Segundo Anton (2000, p. 190),

[...] o amor pressupõe sim o conhecimento dos valores do amado, a admiração e o respeito por ele. Mas há uma certa medida neste encantamento, pois ele deve ter bases reais e

situar-se dentro dos limites do real. Amor e adoração não são sinônimos. Nem amor e paixão. Mesmo que tais sentimentos (paixão, adoração) se façam presentes num primeiro estágio, eles devem desaparecer em algum tempo. O amor subsiste às intempéries, pois implica na aceitação do outro, também em suas limitações, em seus senões.

Conforme Oliveira (2009) aceitar, contudo, não significa se resignar diante de atitudes egoístas e desrespeitosas dos parceiros. Antes de esposo (ou esposa), é necessário compreender que os casais precisam ser companheiros, buscando interação pelo diálogo e pela relação de reciprocidade e de respeito mútuo. A relação a dois não significa a perda de identidade, mas a busca do cultivo da individualidade e da unidade.

Anton (2000, p.196) observou que alguns casais, com o passar do tempo, vão se tornando cada vez mais amigos e encontrando prazer nas atividades em comum, ou em estar juntos.<sup>12</sup> A volta para casa torna-se assim uma "alegria", e "o lar se constitui num ambiente aconchegante, em que cada um pode se reabastecer, efetuando as trocas íntimas mais significativas".

O casal que consegue viver o amor conjugal resulta na expansão da amizade, no aprofundamento de seu íntimo, fazendo da sexualidade e das genitalidades símbolos significantes do todo na exclusividade. O amor enlaça e vincula corpo e alma, é uma amizade especial exclusiva entre dois (Petrelli, 1999).

No entanto, Anton (2000) percebe com o mundo globalizado, o afeto, a convivência familiar e o cuidado mútuo acabam perdendo espaço no cotidiano, razão pela qual as pessoas não conseguem ver no outro um ser social, um sujeito dentro da sociedade, passando a usufruir dos outros como se fossem objetos.

---

<sup>12</sup> Por meio da convivência diária, um pode se mostrar ao outro e deixar transparecer sua história, sua cultura e seus projetos. Sua individualidade deve existir naturalmente, assim como é preciso que se respeite a individualidade do outro.

Cabe fazer aqui algumas reflexões sobre a escolha do parceiro. Para Callil (1987), esta é mediada pelo aspecto psicológico, sendo que as motivações que impulsionam o indivíduo a escolher alguém para o casamento estão relacionadas aos aspectos inconscientes e não aos atributos individuais. Segundo o autor, nesses casos há encaixe das personalidades de cada um, que, na maioria das vezes, busca a complementaridade. Deve-se também considerar toda a historicidade presente na construção do sujeito enquanto ser social e, dessa forma, compreendê-lo na condição de sujeito histórico social.

O que é vivenciado no cotidiano das relações conjugais começa, segundo Callil (1987, p. 120), a ser descoberto desde a concepção:

Através da ampla gama de relacionamentos com pai, mãe, pai-mãe e irmãos, etc., a criança desenvolve um reservado acumulado de potencial relacional com estas figuras, que se tornam, então, modelos internalizados de relacionamento. Esses modelos estão a serviço de relacionamentos futuros, especialmente no casamento, paternidade ou maternidade.

Conforme Oliveira (2009) a relação entre os membros da família sofre influências da maneira pela qual cada membro vivenciou suas relações e emoções durante o percurso social. Existem experiências comuns que o casal vivencia que só poderão ser partilhadas entre ambos. O impacto que cada um pode causar sobre o outro é imenso, durante a vida conjugal pode existir a mútua socialização, a ajuda e as atividades cooperativas, assim como o companheirismo. Pode também ocorrer comportamentos conflituosos, agressivos e que trazem uma experiência distante da harmonia.

Não se pode deixar, contudo, de compreender que as experiências servem para as demais relações sociais que serão vivenciadas fora do núcleo familiar. É importante lembrar que as relações possuem variações e especificidades conforme cada família, as quais se desdobrarão em outras e possivelmente influenciarão as relações intrafamiliares e as relações sociais de uma maneira geral (Oliveira, 2009) .

No casamento o casal trás para a nova união conceitos de famílias diferentes, que necessitará de ajustes e adaptações, podendo estabelecer uma outra formação, se diferenciando de suas famílias de origem na tentativa conceber um novo modo de relacionamento (Krom, 2000).

Kinder e Cowan(1990), afirmam que em todos os casamentos existam dois “contratos” não-escritos. O primeiro é mais comum, pois trata das diretrizes tradicionais que estabelecemos com nosso parceiro durante algum tempo, respondendo a perguntas como: o que pensamos sobre a infidelidade, se teremos ou não filhos, onde iremos morar, e assim por diante. O segundo, geralmente, permanece secreto, e em grande parte inconsciente. Cada cônjuge, em sua própria mente, especifica padrões e comportamentos que espera que o outro preencha.

Esses padrões e comportamentos podem ser encaixados na definição de “Mito familiar”, de Neuburger (1999) que o considera um conjunto de crenças a respeito das qualidades e funcionamento do grupo familiar, a partir das quais se estabelecem regras de comportamento e o tipo de relação que se deve desenvolver com seus membros e com o mundo exterior.

Os mitos familiares podem influenciar diretamente as expectativas sobre o casamento, facilitando ou dificultando as negociações entre o casal, pois são desenvolvidas nas famílias de origem certos padrões emocionais que precisarão ser renegociados na relação a dois, e o diálogo entre ambos constitui uma experiência difícil. Isto acontece

quando o cônjuge espera que o outro aja, se comporte ou resolva as coisas da mesma forma como o pai ou a mãe (Krom, 2000)

A união conjugal propicia a junção desses mitos familiares e pode ser "benéfica" ou "nociva" ao relacionamento conjugal e familiar, dependendo da maneira pela qual as relações interpessoais vão acontecer. Ao casarem, os cônjuges buscam o que o outro não tem. Isso pode ocasionar um sentimento de frustração diante de uma situação contrária à esperada, podendo desencadear desilusão nas relações conjugais.

A união entre duas pessoas de gêneros diferentes, em uma convivência íntima e intensa, pode ocasionar em homens e mulheres muitas mudanças de concepções que já tinham sido construídas e que, muitas vezes, estavam enrijecidas pela delimitação do papel masculino e do papel feminino, podendo dificultar a expansão das novas atribuições no relacionamento a dois. Assim, o convívio a dois estabelece-se nas diferenças, que podem ser positivas – quando são entendidas como espaços favoráveis para as possibilidades de crescimento do casal – ou negativas, se o desafio existente no cotidiano da vida a dois se tornar impossível de ser superado, gerando frustrações diante das expectativas de cada cônjuge (Oliveira, 2009).

No entanto, para discorrer sobre as uniões é preciso ter um olhar amplo e refletir sobre a complexidade existente dentro da família e as questões referentes às relações de gênero faz parte desta trama familiar. É preciso entender o significado dessas relações no âmbito cultural e histórico, do que é ser mulher e homem na sociedade e como essas relações se reproduzem no cotidiano da vida familiar.

Conforme Scott (1992, p. 86),

"Gênero" foi o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Nos Estados Unidos, o termo é extraído tanto da gramática, com suas implicações sobre

as convenções ou regras (feitas pelo homem) do uso da linguística, quanto dos estudos de sociologia dos papéis sociais designados às mulheres e aos homens. [...] Embora os usos sociológicos de "gênero" possam incorporar tônicas funcionalistas ou essencialistas, as feministas escolheram enfatizar as conotações físicas de sexo. Também enfatizaram o aspecto relacionado do gênero: não se pode conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens, nem homens, exceto quando eles forem diferenciados das mulheres. Além disso, uma vez que o gênero foi definido como relativo aos contextos social e cultural, foi possível pensar em termos de diferentes sistemas de gênero e nas relações daqueles com outras categorias como raça, classe ou etnia.

Assim, conforme Oliveira (2009) a diferença sexual nas relações familiares é visível, sendo estas as responsáveis pela complementaridade, bem como pelos conflitos decorrentes de tais particularidades. O importante na relação familiar é entender que a questão de gênero perpassa por todos os lares, que pode ser um fator de crescimento e de diversidade na relação conjugal e que os conflitos decorrentes dessas diferenças nem sempre são negativos, podendo exercer papel importante no cotidiano familiar, que deve ser "cuidado" para não se tornar rotineiro.

Para Vicentini (1989, p. 48-52), o feminismo seria o responsável pela denúncia das desigualdades entre homens e mulheres, ancoradas em um fundamento arbitrário, não natural. Além de desvendar os fundamentos sócio-culturais do gênero, o feminismo estaria empenhado em uma prática política, preocupando-se em “demolir as bases da dominação de um gênero sobre o outro”.

Beck (1986), de uma forma muito interessante, afirmou que, para a sociedade capitalista ter sucesso, foi preciso incorporar alguns aspectos do feudalismo no seio da



sociedade. A família é um exemplo de estrutura que incorporou aspectos da sociabilidade feudal, tornando-se um núcleo feudal dentro de uma sociedade que se pauta pela igualdade, fraternidade e liberdade. Por que feudal? Pela distribuição de papéis entre homens e mulheres, que mantém a mulher numa situação de servidão. Obviamente, o autor se referiu à família prototípica da modernidade clássica, da sociedade industrial.

Na análise de Beck (1986), a família era como o núcleo feudal da sociedade industrial, no entanto, não bastou abrir a porta e dizer: “Mulheres, saiam para trabalhar!”. Isso não destrói necessariamente o que o autor referiu como núcleo feudal da modernidade clássica. Há duplas jornadas, triplas jornadas, e cria novas possibilidades de sobrevivência que são menos vinculadas e dependentes do homem.

Trabalhar dentro e fora do lar tem significado ímpar nas reflexões acerca das relações de gênero na vida cotidiana. A mulher adentrando no mundo do trabalho vive as mazelas desse próprio mundo de maneira diferente do homem. Mesmo ampliando suas atividades no cotidiano do lar, no cuidado com os filhos e em demais atividades que anteriormente eram atribuições exclusivas do universo feminino, a prioridade do homem é o mundo público, razão pela qual não se responsabiliza por não prover o lar e tampouco por não reconhecer o filho, nos aspectos morais e legais (Oliveira, 2009).

As discussões sobre a questão de gênero perpassam pela questão do feminino e do masculino e pelas influências desse conceito, em especial, quando detém o poder.<sup>13</sup> Admitir o gênero como precedente na constituição da identidade do indivíduo pode significar que este possui uma parcela de importância ímpar nessa constituição, é importante pensar na subjetividade do ser humano e que está cada dia se construindo e se constituindo.

---

<sup>13</sup> “Se o ‘gênero é uma maneira primordial de significar relações de poder’ (Scott, 1988, p. 42), nem homens nem mulheres podem situar-se fora dele. Obviamente, esta mobilidade pelas distintas matrizes de gênero permite a resignificação das relações de poder, o que constitui o objetivo prioritário das diferentes vertentes do feminismo” (Saffioti, 2002, *online*).

Apesar dos avanços na interpretação entre os gêneros, as transformações socioculturais existentes e de toda a gama de informações que norteia a sociedade moderna, não é possível afirmar que existe uma maneira igualitária de incorporação dos direitos e deveres da mulher e do homem. Eles vivenciam as diferenças entre os próprios gêneros (Oliveira, 2009).

Amâncio (1998) refere que, mesmo no século XX, a comunidade científica contribuiu para a “criação de uma mística que visava *empurrar as mulheres para casa*” (p. 22), salientando a teoria de Parsons (1956a,b) no campo da sociologia, a psicanálise na psicologia clínica (ambas sustentam o desempenho do papel tradicional da mulher, pela manutenção da estrutura familiar equilibrada e da própria sociedade no caso da primeira e pela saúde mental no caso da segunda) e Spock (1946) no campo da medicina (que destaca a necessidade dos cuidados maternos, sem qualquer referência ao pai). Assim, a ideia de que o papel da mulher se restringia à esfera doméstica e materna, ou pelo menos que era esse o seu desempenho fundamental, acabava por ser “fundamentada” por várias áreas científicas.

Deste modo, as diferenças entre o homem e a mulher não existem em si mesmas, tratam-se de produtos culturais e relacionais (Hare-Mustin & Marecek, 1994). O gênero não está na pessoa, no homem e na mulher, mas na interação, nas relações sociais (Burr, 1995). Por outro lado ainda, o masculino e o feminino são conceitos que ganham o seu significado não apenas nos padrões conversacionais e discursivos, mas também no seu contexto mais amplo (histórico, social e cultural). Atendendo a que a linguagem, na concepção construcionista, não é um espelho da vida, mas antes a construção da própria vida (Gergen, 2001), tendo um carácter de *performance*, a linguagem utilizada nos discursos que operam a construção social do gênero deve ser foco de análise, procurando-

se analisar o modo como este discurso do gênero foi sendo construído e como contribuiu para a manutenção de uma determinada ordem social (Nogueira, 2001).

É importante pensar sobre a relação de gênero no conjunto das relações sociais. Não é possível dissociar a questão de classe de relações interpessoais, pois estas estão dentro da estrutura e obedecem às normas que permeiam a sociedade por inteiro. A concepção de relações interpessoais, dissociada da estrutura de classes, representa uma visão que não contribui para esclarecer o porquê de a sociedade comportar violência intrafamiliar, doméstica, contra mulheres e de gênero. É preciso perceber as relações internas da sociedade, pois há o risco de perda da visão da sociedade como totalidade, e entender a sociedade em sua inteireza, com tudo o que ela contém: contradições, desigualdades, iniquidades (Saffioti, 2002).

Para a compreensão do significado que as uniões vêm tomando no cenário brasileiro, é importante afirmar que a vida conjugal perpassa pelo contexto social, assim como pela questão de gênero. Em meio às mudanças ocorridas nas últimas décadas, em especial, diante das constituições diversificadas de família e dos avanços na sociedade, há a diversidade de uniões conjugais, seja pelo casamento propriamente dito, seja pelas uniões consensuais existentes na contemporaneidade (Oliveira, 2009). A autora entende que as especificidades do cotidiano da vida familiar, mesmo que sejam repensadas a cada momento, podem incorrer no inesperado, no novo, surgindo situações de difícil resolução no contexto intrafamiliar. Há momentos, na vida dos cônjuges, que podem ocorrer crises por conflitos. Os casais podem não estar preparados para vivenciar tais situações, mesmo que positivas, pois os conflitos nem sempre são analisados somente em uma perspectiva negativa.

A crise na instituição "família" é um fato, em virtude do declínio do casamento, da banalização do divórcio, do crescimento da concubinação e das famílias unipessoais e

monoparentais. Entretanto, observa-se a transição de uma estrutura rígida de família nuclear para o surgimento de pluralidade de novos modelos familiares (Peixoto; Singly; Cichelli, 2000). Segundo Engels (1985, p. 22), a família passa por profundas transformações internas, no que diz respeito a sua composição e as relações estabelecidas entre seus componentes, e externas, referentes às normas de sociabilidade existente, fato que tende a demonstrar seu caráter dinâmico.

Esse universo familiar (conflitos conjugais e separações) será abordado no próximo item, pois merece uma atenção especial, visto que é o contexto que refere este trabalho.

Farrington e Chertok (1993) compreende o conflito como uma condição estrutural básica da sociedade, isto é, ele é parte inerente das relações humanas. Ainda, neste sentido, a existência humana é contraditória e o pensamento humano e a ação acontecem por um processo dialético: tese, antítese e síntese. As situações de conflito podem ser resultado da concorrência de respostas incompatíveis; ou seja, um choque de motivos, ou de informações desencontradas. O conceito básico de conflito aparece de maneiras variadas. Pode ser entendido como desacordo, choques e discordâncias entre interesses ou ideias.

Sprey (1971) entende que o conflito é um processo e não um comportamento, devido a sua natureza dialética. O percebe como uma confrontação entre indivíduos ou grupos sobre recursos escassos, entendimentos controversos, objetivos incompatíveis ou a combinação desses.

Lévi-Strauss (1967) na visão estruturalista que compreende a sociedade derivada da física, nota que os conflitos surgem pelo desequilíbrio das relações de forças e de poder entre casais ou grupos.

A hipótese, na visão de White e Klein (2002) em que verifica o conflito como um estado normal da sociedade, em que não prevalecendo a harmonia. Essa compressão do

conflito é entendida como crucial para o nosso entendimento conjugal pela perspectiva da teoria do conflito. De acordo com ela, quando você se casa, você está entrando em um acordo mais propenso ao conflito do que à harmonia, e, por fim, como a teoria do conflito é tanto endêmica quanto inevitável, a preocupação principal no estudo de grupos sociais, como a família, é como eles administram o conflito, sendo muito usadas em casamento com o objetivo de afastar da separação ou da situação de conflito.

O número crescente de separações conjugais na sociedade contemporânea pode, à primeira vista, parecer um contra-argumento da tese desenvolvida por Berger e Kellner (1970) de que o casamento contemporâneo é para os cônjuges a principal área de auto-realização social e a base dos relacionamentos na esfera privada. Todavia, na sociedade contemporânea os indivíduos se divorciam não porque o casamento não é importante, mas porque sua importância é tão grande que os cônjuges não aceitam que ele não corresponda às suas expectativas. Assim, é justamente a dificuldade desta exigência que o divórcio reflete e, quase sempre, os divorciados buscam o recasamento.

Oliveira (2009) afirma que a partir do momento em que as expectativas dos cônjuges não são satisfeitas, pode eclodir uma crise conflituosa na união. Dependendo da maneira pela qual vão enfrentar o desafio, eles se tornam incapazes de suportá-lo, enfraquecendo assim os vínculos familiares.

Feres-Carneiro (1998) acrescenta quando diz que todo fascínio e toda dificuldade de ser casal reside no fato de encerrar, ao mesmo tempo, em sua dinâmica, duas individualidades e uma conjugalidade, ou seja, de conter dois sujeitos, dois desejos, duas inserções e duas percepções do mundo, duas histórias e dois projetos de vida, duas identidades individuais. Na relação amorosa, porém, convivem com a conjugalidade, com o desejo conjunto, com a história de vida conjugal, com o projeto de vida de casal, com a identidade conjugal.

As tensões existentes entre as individualidades, tão presentes na relação conjugal, não poderiam deixar de se manifestar, pois a sociedade é marcada pelo individualismo, característica primordial do liberalismo, que se renova no neoliberalismo (Oliveira, 2009).

Os ideais contemporâneos de relação conjugal enfatizam mais a autonomia e a satisfação de cada cônjuge do que os laços de dependência entre eles. Por outro lado, constituir um casal demanda a criação de uma zona comum de interação, de uma identidade conjugal. Assim, o casal contemporâneo é confrontado, o tempo todo, por duas forças paradoxais a individualidade com a conjugalidade. Se por um lado, os ideais individualistas estimulam a autonomia dos cônjuges, enfatizando que o casal deve sustentar o crescimento e o desenvolvimento de cada um, por outro, surge a necessidade de vivenciar a conjugalidade, a realidade comum do casal, os desejos e projetos conjugais (Féres-Carneiro, 1998).

Assim numa sociedade onde o valor de referência é derivado do "eu", a família é importante, na medida em que ajuda cada um a constituir-se como indivíduo autônomo. No laço conjugal, assim como na família, a necessidade de interdependência e a negação desta necessidade criam tensões internas. É preciso ser "um" em sendo "dois" (Singly (1993).

De acordo com Whitaker (1995), a relação conjugal pode provocar uma alienação em relação ao passado, é como se os indivíduos ficassem presos aos antigos papéis e imagens de uma relação que não existe mais, tendo dificuldades de assumir novos papéis.

A redução do tempo disponível, as questões econômicas e o destaque profissional de um dos cônjuges também são apontados na literatura como tendo repercussões sobre o casal (Garcia & Tassara, 2003). A divisão de tarefas diárias e dos cuidados da casa e dos filhos torna-se também uma dificuldade no convívio comum entre os cônjuges, sobretudo em lares em que ambos trabalham (Bernstein, 2002; Zordan, Falcke & Wagner, 2005)

A vida pode levar a separações, transformações, perdas e ganhos a cada passagem do desconhecido para o novo. Casamentos e separações também podem acarretar períodos de rupturas, de adaptação às mudanças de estilo de vida, aos valores e aos hábitos do cotidiano. As trajetórias pessoais da vida do homem e da mulher podem impossibilitar a continuidade do relacionamento (Oliveira, 2009).

Jablonski (1998, p. 86), aponta “Quando o amor "acaba", ou melhor, se transforma, os casais se sentem traídos, tendendo a culpar seus pares ou a si mesmos pelo "fracasso", e não à cultura que lhe empurrou um modelo não muito compatível com a própria realidade”.

É difícil amar incondicionalmente. As condições que são colocadas constituem uma forma de critério de escolha ou, até mesmo, de opção de exclusão no próprio relacionamento. Quando uma condição é imposta, supõe-se que haja descompasso com o desejo pessoal, a vontade própria. Em uma relação, quando um coloca em primeiro lugar sua escolha, sua vontade, não pensando no outro, agrava-se a questão da harmonia. Há pessoas que lamentam mais o que perdem do que se alegram com o que ganham. Isso pode gerar conflitos e confusões, vez que não conseguem ver o lado sadio das coisas e ficam com suas lamentações, ressaltando mais as tristezas do que as alegrias e realizações (Oliveira, 2009).

Ribeiro (2000) acrescenta, o amor não é estável, na medida em que você pode ser surpreendido em estar amando e também deixar de amar, diante das atitudes do ser a quem se destina o referido sentimento. Assim, é com o casamento que não é eterno por si, mas, pode durar enquanto houver, por parte do casal, a busca pela concretização dos pilares que sustentam a união. Ribeiro (2000, p. 21), citando Nádia de Araújo, diz que um casal somente se mantém recasando-se, isto é, um mesmo par só continua sua relação por

sucessivos recasamentos (notem que estou falando do recasamento de um com o outro). Trata-se das renovações dos pactos, explícitos ou implícitos, que ligam um casal.

Segundo Vicente (2002) em relação ao vínculo percebe que é aspecto fundamental na condição humana, essencial ao desenvolvimento. Talvez, por esse motivo, fica tão difícil seu rompimento temporário ou definitivo. A pessoa não consegue agir, por existir o medo do sofrimento e da dor, ocasionados pelas rupturas que bloqueiam a decisão de se separar do cônjuge. Porchat (1992) analisou que as perdas criam um espaço vazio, difícil de suportar, suscitando a dor de estar só, impotência e, em muitos casos, sentimento de fracasso.

Oliveira (2009) acrescenta que muitos cônjuges permanecem em situações de vida, na esperança de ficarem protegidos e resguardados de maiores mudanças, arrastando pela vida um relacionamento infeliz. Essa infelicidade leva a construção da conjugalidade carregada de insatisfações.

Analisando outro contexto em que o cônjuge enfrenta seus medos e opta para o fim do matrimônio, Ribeiro (2000) compreende que em as situações conflitivas, que levaram à separação judicial, são identificadas a partir de quatro pontos estruturantes da vida conjugal, que são: sexo, projetos comuns, paz e troca enriquecedora. O autor assegura que projetos de vida e paz, tranquilidade e segurança militam em favor da manutenção do casamento, enquanto o sexo e a troca enriquecedora produzem conflitos menos administráveis. Efetivamente constata-se, em muitas situações que o exercício do “poder”, configurado na busca dos interesses egoísticos, deixa de lado os projetos comuns e a intenção de administrar o conflito para se ter paz.

A troca enriquecedora entre os cônjuges não era algo levado a sério em outros tempos, principalmente pela consideração do papel subalterno da mulher. Ribeiro (2000, p. 18) ressalta que, apesar da visão desse papel subalterno da mulher não quer dizer que o



homem sempre mandava. Muitas vezes, ele apenas parecia mandar, aparecia como quem mandava. Por trás da cena, muita mulher soube manipular a vaidade masculina. Todavia, na sociedade atual, a mulher não quer mais mandar na prática, pois quer uma presença visível, ser respeitada em público.

Sendo assim Ribeiro (2000) conclui que o fim do matrimônio se dá pela desestruturação dos eixos do casamento, posto que os conflitos se interligam e afetam a vida como um todo. Não é possível identificar o foco do conflito, porque ele não nasce, é inerente às relações. O que se pode dizer é que o conflito deixou de ser administrado e isso ocorre, principalmente, quando o amor deixa de existir.

Os vários tipos de dissolução da sociedade conjugal são denominados conforme artigo 1.582 do Código Civil, a forma de união estabelecida. Há cinco formas de encerrar o casamento: morte de um dos cônjuge; invalidação do casamento conforme previsto em lei; nulidade; anulabilidade, e divórcio.

O divórcio é a extinção do casamento, quando há o rompimento do vínculo matrimonial, o que acontece exclusivamente por vontade dos cônjuges. O fim do vínculo matrimonial encerra deveres conjugais, extingue o regime matrimonial, cessa os direitos sucessórios, não permite reconciliação entre os cônjuges e possibilita novo casamento dos cônjuges com outras pessoas (artigo 1.582 do Código Civil). Quanto ao tipo, o divórcio pode ser extrajudicial, consensual e litigioso. O extrajudicial geralmente é amigável, em comum acordo, ocorre em cartório de notas, não podendo existir filhos menores de idade; o consensual pode ser extrajudicialmente ou judicialmente, na existência de filhos menores de idade; e o litigioso ocorre em juízo, quando não há acordo dos cônjuges quanto à separação, por estarem em conflito quanto à divisão dos bens ou por possuírem filhos menores de idade (artigo 1.582 do Código Civil).

O regime de separação, inicialmente, deve ser observado se há pacto antenupcial celebrado entre os cônjuges. Caso não haja, a divisão dos bens deverão seguir os regimes adotados. Para que ocorra a separação por mútuo consentimento (separação consensual), é preciso que a união tenha mais de um ano, conforme estabelece o artigo 1.574 do Código Civil:

Dar-se-á a separação conjugal por mútuo consentimento dos cônjuges se forem casados por mais de um ano, e manifestarem perante o juiz sendo por ele devidamente homologada a convenção. Parágrafo Único. O juiz pode recusar a homologação e não decretar a separação judicial se apurar que a convenção não preserva suficientemente os interesses dos filhos ou de um dos cônjuges.

A separação litigiosa ocorre quando uma das partes não concorda com a ruptura da união, aliado ao descumprimento dos deveres do casamento, tornando insuportável a vida em comum. Pode ser requerida a qualquer tempo do casamento, conforme preconiza o artigo 1.572 do Código Civil, que dispõe sobre essa forma de dissolução:

Qualquer dos cônjuges poderá propor a ação de separação judicial, imputando ao outro qualquer ato que importe grave violação dos deveres do casamento e torne insuportável a vida em comum.

§1º A separação judicial pode também ser pedida se um dos cônjuges provar ruptura da vida em comum há mais de um ano e a impossibilidade de sua reconstituição.

§2º O cônjuge pode ainda pedir a separação judicial quando o outro estiver acometido de doença mental grave, manifestada após o casamento, que torne

impossível a continuação da vida em comum, desde que, após uma duração de dois anos, a enfermidade tenha sido reconhecida de cura improvável.

§3º No caso do §2º, reverterão ao cônjuge enfermo, que não houver pedido a separação judicial, os remanescentes dos bens que levou para o casamento, e se o regime dos bens adotado o permitir, a meação dos adquiridos na constância da sociedade conjugal.

Nery Junior & Nery (2003) referiram que, para a separação de fato, basta a comprovação de que os cônjuges "já não suportam mais a vida em comum", sendo esta condição impossível de se reconstituir. Essa separação normalmente precede a separação judicial e o divórcio. Na existência de violência, ameaças e agressões, pode-se realizar, primeiramente, como prevenção, a denominada medida cautelar, a separação de corpos. Normalmente, é mais rápida que a separação judicial e, de certa forma, torna-se proteção para o cônjuge agredido e ameaçado.

Os motivos previstos no art. 1.573 do código civil 2002 que podem caracterizar a impossibilidade da comunhão de vida, segundo a ótica do legislador, são: adultério, tentativa de morte, sevícia ou injúria grave, abandono voluntário do lar conjugal durante um ano contínuo, condenação por crime infamante, conduta desonrosa, ou outros fatos que o juiz considere que tornem evidente a impossibilidade da vida em comum.

Todavia, o que a lei aponta não são causas que tornam insustentável a vida em comum. Conforme Dias (2006):

Nenhuma das hipóteses elencadas na lei permite a tipificação de culpado. O que traz a lei são meras conseqüências. A causa é uma só. Comete adultério, tenta matar, agride, abandona, mantém conduta desonrosa que não ama mais. As atitudes

previstas pelo legislador são meros reflexos do fim do amor. O esgotamento do vínculo de afetividade é que leva alguém a violar os deveres do casamento (Dias, 2006, p. 97).

Após prévia separação judicial por mais de um ano, ou se for comprovada a separação de fato por mais de dois anos e o casal optar pela ruptura total do vínculo conjugal, conforme o artigo 226, §6º, do Capítulo VII da Constituição Federal, o casamento pode ser dissolvido pelo divórcio. Quanto à dissolução da sociedade de fato, o artigo 7º da Lei nº 9.278, de 19 de maio de 1996, estabelece que, "dissolvida a união estável por rescisão, a assistência material prevista nesta Lei será prestada por um dos conviventes ao que dela necessitar, a título de alimentos". Ressalta-se que algumas famílias, atualmente, nem sempre são constituídas pelo casamento oficial, mas pelas uniões consensuais.

Quanto à partilha de bens, a regulamentação legal está no Código Civil Brasileiro, que prevê, no art. 1.575: "A sentença de separação judicial importa a separação de corpos e a partilha de bens. Parágrafo único. A partilha de bens poderá ser feita mediante proposta dos cônjuges e homologada pelo juiz ou por este decidida".

A legislação preconiza que a divisão de bens será feita conforme o regime de bens escolhido para o casamento, se comunhão parcial de bens, separação de bens, comunhão universal de bens e do regime de participação final nos aquestos. No regime de comunhão parcial, os bens e dívidas adquiridos após a celebração do casamento passam a ser comum ao casal. No regime de comunhão universal, os bens presentes e futuros dos cônjuges e suas dívidas passivas passam a ser comuns entre o casal. No regime de separação de bens, a administração é exclusiva de cada um dos cônjuges, sendo que cada um se responsabiliza por seus bens e dívidas, mesmo após a união. No regime de participação final, cada

cônjuge possui patrimônio próprio e cabe-lhes o direito de metade dos bens adquiridos pelo casal na constância do casamento.

Quanto à dissolução da sociedade conjugal, na partilha de bens, há a seguinte regulamentação, no art. 1.725 do Código Civil Brasileiro: "Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens".

Várias jurisprudências discorrem a respeito da união estável, conforme descrito por Nery (2003, p.762): "De acordo com o art. 5o da Lei 9.278/96, caracterizada a sociedade de fato entre o casal, não há que ser exigida a prova do esforço comum para a formação do patrimônio, uma vez que o mesmo é presumido, ainda que, à época da aquisição do bem, a união estável fosse nascente".

As dificuldades de oficializar a separação conjugal com todas as divisões que a envolvem – pensão, partilha, visitas aos filhos – refletem as dificuldades que ambos possuem de se separar, a necessidade de manter o vínculo, ainda que seja por meio de briga. Durante a realização da partilha dos bens, é comum ver os cônjuges lutando por seus direitos, não pensando no outro, buscam seus próprios interesses, para conseguir alcançar seus objetivos. As decisões sobre pensões e divisão dos bens sofrem várias oscilações durante o clima de tensões. Cada um tenta tirar o máximo que puder do outro, que tenta dar o menos possível, enganando sobre seus reais rendimentos e pagando pensões irrisórias e insuficientes (Oliveira, 2009).

Nota-se que a separação judicial significa a total impossibilidade de o casal administrar o conflito e permanecer em união. No entanto, a separação não significa o fim dos conflitos. Eles ainda remanescem, o que instiga a demanda do judiciário para a solução de novos conflitos. Instaura-se nova lide, que, segundo Carnelutti (1958), é um conflito de interesses, qualificado pela pretensão de um dos interessados e pela resistência do outro.

Todavia, as novas lides, em regra, versam diretamente sobre uma questão objetiva: recursos, o que não significa que outros fatores não influenciem essa decisão de demandar o judiciário.

Quanto à guarda dos filhos, anteriormente ficava a cargo da mãe. Atualmente, com o Novo Código, os filhos ficam com quem possuir melhores condições de cuidar deles e de educá-los. Nesses casos, se a decisão não for de comum acordo do casal, há a necessidade da realização de estudo social e psicológico, em busca de intervenções no sentido de amenizar os problemas vivenciados pela criança. Diante da evolução nos conceitos de família, os referenciais paterno e materno exercem igual influência para o desenvolvimento da criança, com exceção das situações excepcionais, como, por exemplo, na fase da amamentação.

Segundo a Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, parte I, há igualdade entre o homem e a mulher. No artigo 226, parágrafo 5º, os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal devem ser igualmente exercidos pelo homem e pela mulher. Diante desse entendimento, a legislação brasileira traz a definição e regulamentação da guarda compartilhada.

Segundo Teixeira (2005) a compreensão é entendido como:

O que se constata é a presença marcante, no conceito ora esboçado, da possibilidade do exercício conjunto da autoridade parental, como aspecto definidor da guarda compartilhada, pois que possibilita que os genitores compartilhem as decisões mais relevantes da vida dos filhos [...]. A sagrada relação parental é desatrelada da definição dos rumos da conjugalidade dos pais, garantindo aos filhos a vinculação do laço afetivo com ambos os genitores, mesmo após o esfacelamento da vida em comum. Em verdade, o real mérito da

guarda compartilhada tem sido popularizar a discussão da coparticipação parental na vida dos filhos [...].” (Teixeira, 2005, p. 110).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, também traz dispositivos que convergem sobre a concessão da guarda compartilhada:

Art. 19 –Toda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio de sua família [...].

Art. 27 –Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir das determinações judiciais.

É possível enfrentar os desafios do mundo como sinal de própria inserção na sociedade em transformação. Sempre existiram e sempre existirão problemas e dificuldades a serem enfrentados. Portanto, é importante refletir sobre os vários períodos da vida, descobrindo lições únicas que precisam ser aprendidas.<sup>14</sup>

Outra questão a ser ressaltada é a questão das visitas, Oliveira (2009) entende que é um tema bastante complicado porque por lado alguns pais não visitam frequentemente os filhos para se vingar, de certa forma da ex-esposa. Em outro casos, é a mulher que, por ressentimento, cria inúmeras maneira de impedir o contato entre pai e os filhos, proibindo sua aproximação, ainda que esse direito esteja resguardado nas cláusulas da separação. Essa guerra de fogo provoca uma dor imensurável nos filhos, gerando também um sentimento confuso.

Oliveira (2009) afirma que os casamentos, as separações e desuniões desencadeiam repercussões no cotidiano de cada um. A construção do processo histórico individual

---

<sup>14</sup> Para Maldonado (2000, p. 253), “cada grande transição da nossa vida traz uma revisão de valores e de metas existenciais que, às vezes, entram em choque com antigas crenças e posturas e, sobretudo, com valores transmitidos nas duas primeiras décadas de nossa vida pela família, pela escola e pela Igreja”.

depende do passado, do presente e das escolhas e posicionamento ao longo da vida, como sonhos para o futuro, que se leva na dinâmica das passagens da vida.

Assim, estudar a família dá oportunidade de pensar os próprios conceitos que, com certeza, farão parte da análise deste estudo, especialmente no tocante ao olhar para a família na sociedade contemporânea, que será o tema abordado no próximo capítulo.



### Capítulo 3: Linguagem e Polissemia da Comunicação

#### 3.1 Diferentes perspectivas da comunicação

Neste capítulo, a comunicação será abordada sob diferentes perspectivas, com a exploração dos significados e com o desdobramento no comportamento e desenvolvimento humano, destacando os elementos subjacentes à compreensão da psicopatologia. Não se pode falar em comunicação sem falar em língua (linguagem) e na ciência que a tem por objeto –a linguística.

Para Davis (1990), a língua(gem) é uma atividade humana e irremediavelmente ideológica, devendo ser tratada como se nada mais fosse do que impor uma ideologia. A perspectiva de que as línguas são social e politicamente construídas é necessária não só para se entenderem as línguas e a linguagem, mas também para situações em que se devem mudar as próprias concepções ou a maneira que se pensa sobre elas. Convém destacar que as definições de língua têm consequências materiais para as pessoas, porque são sempre, implícita ou explicitamente, declarações sobre os seres humanos. Portanto, é necessário superar ideias e concepções sobre língua(gem) se se quer imaginar formas alternativas de conceituar o papel e o *status* dos indivíduos no mundo.

No tocante à linguística, sua história nasce, em 1916, com a publicação do *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure. Segundo Sarfati (2006, p. 247), "Sobre o plano fundador cognitivo da representação e da organização da disciplina, esse lugar não foi contestado: o gesto fundador é saussureano". Nem mesmo a história oficial da linguística é linear; correntes e teorias se opõem e se sobrepõem, sucedem-se e coexistem. O estruturalismo é apresentado nos manuais como a corrente dominante do século XX. Apesar de Saussure ser considerado o pai do estruturalismo, até metade do século XX os trabalhos dos neogramáticos dominavam. Na década de 1960, quando já sofria várias

críticas, o estruturalismo contraditoriamente estabeleceu-se de fato e ganhou espaço na Academia (a obra de David Crystal, de 1968, é um exemplo disso). Já se iniciavam os estudos da enunciação, de Benveniste; a análise do discurso, de Pêcheux, e a pragmática, de Austin (com a publicação de *How to do things with words*). Ainda assim, o estruturalismo se estabeleceu como a forma de se produzir conhecimento sobre a linguagem (Sarfati, 2006).

Nos estudos pré-saussureanos, a língua foi vista de forma idealista, como uma atividade mental na qual o psiquismo individual constitui a fonte da língua. A partir de Saussure, a língua se torna uma realidade abstrata, um sistema de regras estável e passível de descrição. Finalmente, nas correntes atuais, a língua se torna uma atividade social. Entender a enunciação ou as condições de produção é mais importante do que a língua nela mesma (Sarfati, 2006).

A linguística moderna construiu a noção de língua por meio de mitos sobre autonomia, sistematização e a natureza limitada da língua(gem), privilegiando o conhecimento linguístico supostamente especializado, em vez da compreensão diária da linguagem (Makoni e Pennycook, 2006, pp. 18-19). A linguística necessita de uma redefinição do que seja língua e linguagem por duas razões: 1) não se pode ter um estudo de uma entidade mal definida; 2) sempre haverá necessidade de redefinições. Apesar das diferentes visões, os/as linguistas acreditam de alguma forma que a língua existe. "O primeiro objetivo de uma redefinição linguística seria demonstrar que a linguagem não é um objeto" (Davis, 1990, p. 16).

Cabe acrescentar aqui que a linguística tradicional tende a tratar as línguas como entidades autônomas que preexistem seu uso pelos falantes, e as línguas existem, apesar do que os falantes pensam delas. A maioria dos linguistas tradicionais "sente uma necessidade

de consertar, codificar, sistematizar tais conceitos de segunda ordem para explicar como a comunicação funciona" (Davis, 2003, p. 3).

Mais interessante que estudar a língua como objeto – papel da linguística – seria observar como se interpreta e se constroem os atos de comunicação do dia a dia. As visões de linguagem são compartilhadas ou opostas pelas sociedades e o papel que desempenham traduz em experiências de vida e aprendizado (Davis, 1990, p. 17). É necessário também considerar o que os sujeitos pensam sobre língua(gem). A questão é que a linguística só faz sentido para o sujeito levar em consideração o que considera relevante em termos de comunicação. Como defende Davis (1990, p. 11), dizer que aquilo com que os sujeitos se importam em relação à linguagem não é um fato linguístico "é fabricar uma linguística que, apesar de segura em um pequeno nicho da instituição acadêmica, não é pertinente em si mesma".

Os próximos tópicos deste subtítulo expõem os conceitos de comunicação conforme Bateson, Watzlawick, Merleau-Ponty, Buber, Maturana e Marcondes Filho.

### 3.1.1 Comunicação, segundo Bateson

Ao estudar a comunicação, Gregory Bateson (*apud* Philippi, 2004) ficou fascinado pelas relações humanas e dedicou a vida ao conhecimento e compreensão das regras que regem as trocas de informação entre os indivíduos com base na observação de diferentes formas de comportamento humano e animal. Em 1952, com a sua equipe, decidiu estudar intercâmbios familiares em que se encontrava inserido o indivíduo esquizofrênico, mais especificamente sobre suas formas de comunicação (nesse caso, o duplo vínculo). No tempo em que mudanças nas ciências teóricas se delineavam, em torno de Bateson foi se desenvolvendo um grupo multidisciplinar interessado em compreender os processos de comunicação na esquizofrenia (Philippi, 2004). Esse mesmo autor relatou que, entre outros

estudiosos, no grupo de Palo Alto, na Califórnia (EUA), estavam Jay Haley (teórico da comunicação), Don Jackson (psiquiatra) e Virginia Satir (assistente social). Satir era humanista e enfatizava a necessidade da melhor expressão de sentimentos e estimulação do clima de aceitação mútua. O grupo estava preocupado em relacionar os possíveis conflitos entre a mensagem e sua qualificação, ao que chamaram de duplo vínculo. Naquele momento, ainda estavam propondo um modelo linear, pragmático, de causa e efeito, para compreender a comunicação da "família esquizofrênica". No entanto, já era um modelo relacional, apesar de focalizado na relação mãe-filho:

Dentro do grupo havia várias discordâncias, mas todos concordavam com a necessidade de um modelo sistêmico, como o de von Bertalanffy, para compreender a relação do organismo com seu meio ambiente. Von Bertalanffy desenvolveu um modelo sistêmico que criticava a visão mecanicista dos sistemas vivos, pois sabia que esses sistemas são criativa e espontaneamente ativos e podem usar muitos métodos para manter sua organização. É nesse sentido que a Teoria Geral dos Sistemas antecipou e influenciou o movimento ambiental. (Philippi, 2004, p 112)

Nas teorias de Bateson, o principal campo de estudo foi a estrutura familiar, para compreensão das patologias subjacentes à ambiguidade na comunicação. O estudo "Toward a Theory of Schizophrenia" ("Por uma teoria da esquizofrenia"), escrito em apenas 20 páginas, foi assinado por quatro grandes nomes: Don D. Jackson, J. Harley, J. H. Weakland e G. Bateson. O texto mostra a intensidade das inter-relações, mesclando mensagens complexas (verbais e comportamentais) nos seus níveis lógicos, evidentes ou mesmo mais abstratos (visível somente a um observador atento), os quais passam a

interferir no comportamento humano, esquizofrenizando ou não os indivíduos do seu universo interfamiliar (Philippi, 2004).

Esse grupo multidisciplinar de Palo Alto começou então a se organizar o que tem sido chamado de teorias sistêmicas construtivistas e construcionistas sociais (Grandesso, 2000), procurando romper com diversas epistemologias dominantes na época (Neubern, 1999) e superar diferentes dicotomias como: sujeito/objeto, individual/coletivo, psicológico/social, intrapsíquico/interpsíquico, objetivo/subjetivo, real/simbólico. Em busca de superar tais dicotomias, foi criando um novo espaço, que é intersubjetividade (Sudbrack, 1995).

Segundo Philippi (2004), a terapia familiar adotou o termo “epistemologia” como sinônimo para sistema de crenças ou visão de mundo, graças à influência de Bateson. A atenção passou a ser dada ao modo como as pessoas construíam suas suposições sobre seus problemas. Passando a ser o principal objetivo, o significado muda em relação ao contexto e ao tipo de relação estabelecida entre duas pessoas, em dado momento, em um sistema em constante processo de retroalimentação. A comunicação bem-sucedida consigo e com os outros implica correções feitas pelos outros e por si, tornando-se sinônimo de adaptação e vida.<sup>15</sup>

A comunicação é o contentor unificador de todos os conhecimentos, de todos os conteúdos, de todas as situações. É consagrada como único valor capaz de organizar a vida. Além dela, existe a entropia e a desordem, que poderão ser combatidas pelo conhecimento das leis que regem as interações sociais. A observação e o estudo das regras são definidos como o único caminho para atingir a visão do todo (Ruesch e Bateson, 1951, *apud* Philippi, 2004, p. 112).

---

<sup>15</sup> "A comunicação é um bálsamo que sara as feridas adquiridas nesta batalha chamada vida" (Ruesch e Bateson, 1951, *apud* Philippi, 2004, p.123)

Segundo Mariotti (1999), a teoria de Bateson do duplo vínculo é a situação que se estabelece quando uma pessoa se vê diante de mensagens simultâneas de aceitação (amor) e rejeição, e ambas estão envolvidas emocionalmente. Causa confusão o fato de tais mensagens serem simultâneas e contraditórias para quem as recebe. É um quadro frequente no meio familiar, ocorrendo em especial entre crianças e pais.

Bateson considerou que o duplo vínculo é de uma aplicação particularmente estreita na psicose. É a patologia do próprio sistema de aprendizagem, não daquilo que se aprende (neurose), mas do aparelho de aprendizagem. Nesse ponto, Carlos Sluzki (*apud* Mariotti, 2000) tem uma opinião diferente da de Bateson, considera o duplo vínculo como uma formulação geral da patologia dos sistemas sociais e não uma teoria específica da esquizofrenia. No seu entender, aplica-se a um grande número de desordens, por exemplo a diversos tipos de conflitos neuróticos e interpessoais. Para Mariotti (2000), Bateson entendia que os adultos jovens, que desenvolviam esquizofrenia, muitas vezes tinham história de relação de *double bind* na infância. Dentre as famílias estudadas, descobriu-se certo tipo de comunicação paradoxal, comunicação ambígua. Segundo observações, a vida do indivíduo esquizofrênico era uma constante ambiguidade.<sup>16</sup>

No livro *As paixões do ego: complexidade, política e solidariedade*, Mariotti (2000) estabeleceu a comparação entre a relação e o condicionamento da cultura pelo pensamento linear. Para o autor, o modelo mental dificulta ou impede a convivência com paradoxos. Entendeu que há situações nas quais a manutenção da própria vida depende dessa convivência e que conviver com os paradoxos, mais do que uma opção é um imperativo biológico. Se a pessoa não estivesse condicionada ao pensamento linear, com

---

<sup>16</sup> Mariotti (2000) relatou que as mensagens contraditórias acompanham a pessoa vida afora, como afirmou Bateson: "sem paradoxo não há comunicação". A sabedoria popular há muito já havia identificado o duplo vínculo, que tomou a forma de dois ditos: "Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come" e "morde e assopra".

sua estrutura binária do tipo "ou/ou", muito provavelmente não existiriam situações como as de duplo vínculo. Sendo perverso, obriga as pessoas a conviverem com a ambiguidade externa, que, por sua vez, mostra a dificuldade que têm para lidar com a ambiguidade da própria condição humana. No caso das crianças, a situação é bem pior, porque atinge o ego na idade em que está em formação.

Nesse sentido, Marcondes Filho (2002) expôs que a comunicação de massa e seus veículos – em especial, a televisão – vêm contribuindo para produzir uma civilização esquizoide, visto que a massificação das mensagens e a padronização das respostas impedem a diversidade mental criadora. Por sua vez, tendem a manter o condicionamento da cultura pelo pensamento binário, reduzindo realidades a duas possíveis equações; negando a complexidade e sequestrando a riqueza de opções alternativas.

Bateson (*apud* Marcondes Filho, 2002) observou que os psicoterapeutas, conscientemente ou não, provocam, com frequência, circunstâncias de duplo vínculo. Os pacientes, por sua vez, procedem da mesma forma. A diferença é que, em tais cenários, há sempre possibilidade de saída. Estas se caracterizam pela oportunidade que as pessoas atingidas tem de poder comentar e questionar as mensagens recebidas, ao contrário daquelas que não encontram saídas, sendo conduzidas a situações patológicas.

Como acentuou Bateson (*apud* Marcondes Filho, 2002), as relações interpessoais consistem em receber mensagens, comentá-las e retorná-las, sob a forma de metamensagens. Segundo ele, a esquizofrenia é a incapacidade de metacomunicação. O autor percebeu, portanto, que o contexto externo é imprescindível e é lá que se engendram atitudes, comportamentos, o desenvolvimento da vida. Relacionar-se com o outro e comportar-se socialmente é necessariamente comunicar; não comunicar é simplesmente impossível. Viver é estar comunicando, emitindo sinais, demonstrando participar do mundo.

Suas principais teses, no campo da comunicação, são as seguintes:

1) A comunicação é um processo mais analógico do que digital, ou seja, ocorre em vários níveis verbais e não verbais, e é exatamente nos não verbais que ela é mais eficiente. Assim, o processo humano de comunicação configura-se como um "jogo", com vários níveis ou tipos lógicos.

2) A comunicação é o mesmo que comportamento, realiza-se automaticamente, na medida em que a pessoa existe. Trata-se de um processo que não tem oposto; ninguém pode não se comportar, assim como não pode deixar de comunicar.

3) A esquizofrenia é uma incapacidade de identificar sinais metacomunicacionais.

4) Em uma relação entre dois agentes, não se pode falar apenas em "transferência de energia", ocorre muito mais uma "troca de informação".

5) Na mente humana não existem objetos ou eventos, mas somente perceptos e regras.

6) A essência da comunicação é a criação de redundâncias (Bateson *et al.*, 2004).

Para a epistemologia ecológica batesoniana, a necessidade de estabelecer uma conexão entre fatos, comportamentos, padrões, mente, natureza e ordem perpassa o estudo da comunicação verbal e não verbal entre os organismos com o meio ambiente. Para Bateson (2000, p. 417-31), o estudo desses dois tipos de comunicação atenta para um ponto essencial, qual seja: a noção de que a redundância e o significado se tornam parcialmente sinônimos quando estão inseridos em um mesmo contexto, na medida em que a mensagem transmitida/recebida pelos organismos, acerca de algum fenômeno externo, carrega a informação sobre os padrões ou redundâncias que especificam o fenômeno em questão. O autor afirmou que, assim como os demais mamíferos, os seres humanos se comunicam antes por gestos, posturas corporais e formas não verbais. A



comunicação é assim um processo que envolve diferentes planos e modulações. O mais elementar é o plano da linguagem verbal indicativa: "Este é um gato", "O gato está no capacho". Austin chamava essa declaração de constativa. Esse plano, porém, precisa ser "checado" por outros planos que acompanham a fala para ser efetivamente compreendido. Quer dizer, não basta saber que a coisa é dita, é preciso ver como ela é dita, se é como informação, advertência, ironia, gozação etc. Esses outros planos da linguagem, acima do plano meramente denotativo, são formas conotativas que podem estar dentro da linguagem (ironias, metáforas etc.) ou fora dela (expressões corporais, faciais, inflexões etc.).<sup>17</sup>

Bateson descreveu um processo caótico, em que os atores dão lances criando situações e outros respondem, cujo desenrolar é imprevisível por força da própria inconstância da ação dos participantes e de suas expressões verbais e não verbais. Para o autor, um grande número de pessoas tem, por isso, dificuldade em operar com os diferentes níveis comunicacionais. Uma resposta atravessada é antes uma agressão ao outro e não está associada ao sentido da mensagem. Por exemplo, se um colega de trabalho pergunta ao outro: "Como você conseguiu ir para casa ontem, em pleno horário de expediente?". E o outro responde: "De carro, ora!", a resposta foi usada antes como uma farpa à pergunta atrevida do colega (Marcondes Filho, 2007).

As pessoas sempre podem dizer: "Não entendo o que você quer dizer com isso", "Foi isso mesmo que eu entendi?". A sensação é sempre de uma certa nebulosidade, exatamente porque as falas jamais são diretas e suficientes. Para Bateson, exatamente por esse motivo, confia-se mais nos meios não verbais de postura, gestos, expressões faciais, entonação e contexto para comunicar níveis acima do meramente denotativo (Marcondes Filho, 2007).

---

<sup>17</sup> Nesse sentido, Bateson (*apud* Marcondes Filho, 2007) afirmou que a comunicação humana é, antes de mais nada, um tipo de jogo, mais do que um processo uniforme e lógico. As pessoas têm de saber associar a coerência de uma frase dita a uma determinada situação, à maneira como ela é falada, às intenções claras ou escondidas do falante para poderem se posicionar.

Nos *Metálogos*, que reúnem as conversas que Bateson (*apud* Marcondes Filho, 2007) desenvolveu imaginariamente com sua filha, ele refutou a ideia de que a linguagem é feita de palavras, dizendo, ao contrário, que ela é um sistema de gestos. A linguagem dos gestos é mais expressiva e rica do que a linguagem falada, razão pela qual se confia mais nela; muitas vezes, parar de falar diz muito mais do que continuar falando. É porque, no processo humano da comunicação, conforme Bateson, capta-se primeiro a conotação (como a coisa é dita) e só depois a denotação (a própria coisa). Por isso, tem-se dificuldade com os cegos, que nada transmitem através do movimento dos olhos. Por isso, também, ao falar a uma jovem "eu te amo", ela irá dar mais atenção ao componente cinético e paralinguístico do que à frase propriamente dita (Bateson *apud* Marcondes Filho, 2007). Sem fazer uso de concepções freudianas, Bateson afirma que todo comportamento poderia ser considerado comunicação, mas não em termos das intenções do indivíduo. A comunicação é, sobretudo, uma questão de interação e de regras para a interação.

### 3.1.2 Comunicação, segundo Watzlawick<sup>18</sup>

A obra clássica que contribuiu para o estudo da interação humana é *Pragmática da Comunicação Humana*, de Watzlawick, Beavin e Jackson, cujo objetivo era investigar os efeitos pragmáticos da comunicação sobre o comportamento, mediado pela comunicação. Esses autores valorizavam a relação interdependente do indivíduo com seu meio e seus pares, em que cada comportamento individual é afetado pelo comportamento dos outros. Para eles, a interação era uma série complexa de mensagens trocadas entre as pessoas, mesmo que o entendimento de comunicação fosse além das trocas verbais. Watzlawick,

---

<sup>18</sup> Paul Watzlawick e Bateson pertenceram ao grupo da Escola de Palo Alto, Califórnia, também conhecida como "escola invisível". As pesquisas de um grupo constituído de sociólogos, linguistas, psicólogos, psiquiatras e biólogos buscavam aprofundar uma epistemologia evolutiva e transdisciplinar em torno de um ponto comum, a comunicação.

Beavin e Jackson (1967) negaram que a comunicação só ocorresse quando houvesse intenção, quando fosse consciente e bem-sucedida. Isto é, quando ocorresse uma compreensão mútua, atividade ou inatividade, palavras ou silêncio, tudo possuía um valor de mensagem; influenciavam outros, e estes outros, por sua vez, não podiam não responder a essas comunicações e, portanto, também estavam comunicando. A afirmação "Não dá para não comunicar" baseia-se no fato de que todo comportamento, e não somente a fala humana, é comunicação. Falar ou ficar em silêncio, dirigir-se ao outro ou fechar-se em seu pequeno mundo, são todas formas de comunicar algo.

As principais teses desses teóricos pragmáticos são as seguintes:

1) A comunicação é comportamento, e o comportamento é comunicação. Como não têm opostos, é impossível não se comportarem, assim como é impossível não se comunicarem.

2) Só existem relações e padrões de relações que constituem a essência da experiência humana.

3) Comunicação é conflito, pois envolve um problema de interação.

4) A pontuação organiza os eventos comunicacionais e sua circularidade.

5) A retroalimentação permite que os componentes acomodem-se na patologia (Watzlawick, Beavin e Jackson, 1967).

Conteúdo e relação fazem parte da estrutura dos níveis de comunicação em que se fornecem referências para o estudo dos distúrbios de comunicação decorrentes da confusão entre conteúdo e relação. O desacordo pode surgir nesses níveis, pois as duas formas dependem uma da outra, trazendo à tona poder, *status*, disputas, que, se não forem explicitados e metacomunicados, surgirão problemas (Watzlawick, Beavin, Jackson, 1967). Cabe salientar que, na sociedade humana, em todos os níveis, as pessoas

confirmam-se entre si, pois o homem tem de se comunicar com os outros para ganhar consciência de seu próprio EU. Portanto, confirmação, rejeição ou desconfirmação são respostas possíveis em uma comunicação. A rejeição, embora penosa, pressupõe o reconhecimento limitado, uma forma de confirmação. Certas formas de rejeição podem ser até construtivas, já a desconfirmação é mais importante, tanto do ponto de vista pragmático quanto do psicológico. Quando encontramos a desconfirmação na comunicação patológica, não há mais interesse pela verdade ou falsidade, caso existam tais critérios –da definição de EU ou de P, mas negando a realidade de P, como fonte de tal definição. A rejeição equivale à mensagem "você não existe", bem como a confirmação e a rejeição do EU e do outro, se iguala aos conceitos de verdade e de falsidade, respectivamente, enquanto a desconfirmação corresponde ao conceito de indecisão, como ocorre nas famílias de esquizofrênicos (Watzlawick, Beavin e Jackson, 1967).

Watzlawick, Beavin e Jackson (1967) adotaram uma matriz teórica, segundo a qual todos os comportamentos sociais – e, portanto, as práticas comunicacionais no interior desses relacionamentos – são "jogos", quer dizer, sequências de comportamentos governados por regras e marcados pelo que chamam de relações e padrões de relações. Seres humanos, segundo essa escola, são repetitivos e viciosos, da mesma forma que os sistemas técnicos. Mas não são sistemas fechados, como afirmaram Luhmann, Maturana ou Heinz von Foerster (Watzlawick, Beavin e Jackson, 1967). Os sistemas sociais são pragmáticos da comunicação, sistemas abertos. Literalmente, segundo eles, seria impossível, na moderna biologia, estudar qualquer organismo, ainda que seja o mais primitivo, isolando-o artificialmente do meio. As patologias não são um problema exclusivo do doente (Watzlawick, Beavin e Jackson, 1967).

Em relação à característica repetitiva e viciosa do ser humano, mencionado por Watzlawick, para explicar esse comportamento, desenvolveu a teoria da redundância. A

analogia, para explicar o conceito, seria a programação de computadores, que consiste na ordenação de um número relativamente pequeno de regras (programa). Essas regras guiam o computador para um grande número de operações padronizadas e muito flexíveis. Acontece precisamente o oposto: se se observar a interação humana, no tocante à redundância, partindo da observação dos comportamentos, tenta-se postular as regras subjacentes a essas ações.

Watzlawick, Beavin e Jackson (1967), ao tratar da pragmática como efeitos comportamentais da comunicação, partiram, assim como Bateson, do pressuposto de que é impossível não comunicar. Para os autores, todo comportamento, não só a fala, é comunicação; e toda comunicação – mesmo as pistas comunicacionais em um contexto impessoal – afeta o comportamento. Os autores sugeriram que a impossibilidade de não comunicar faz com que todas as situações entre duas ou mais pessoas sejam interpessoais e comunicativas.

Em *Pragmática da Comunicação Humana*, Watzlawick, Beavin e Jackson (1967) utilizaram o termo comunicação analógica para se referir a toda comunicação não verbal. "O termo deve abranger posturas, gestos, expressão facial, inflexão de voz, sequência, ritmo e cadência das próprias palavras, e qualquer outra manifestação não verbal de que o organismo seja capaz, assim como pistas comunicacionais infalivelmente presentes em qualquer contexto em que uma interação ocorra" (p.55). As formas analógicas de comunicação referem-se ao processo primário do psiquismo, ou seja, ao inconsciente e suas manifestações. Já as formas digitais,<sup>19</sup> por sua vez, relacionam-se aos processos secundários: a elaboração linguística e verbal da comunicação.

---

<sup>19</sup> Para Anton (1998), a linguagem digital completa-se com a analógica, que é informal, instintiva e capaz de expressar, com muita propriedade, sentimentos e emoções. Inclui tom de voz, ritmo da fala, gestos e posturas, expressão facial, aproximações e afastamentos, todos os sons, todos os silêncios.

Nesse sentido, os autores referem-se à "dupla moldura": falas pessoais necessitam de uma moldura (das bordas) para dar sentido a um fundo de significação. Comunicação é, assim, ao mesmo tempo, "relação" e "conteúdo": a relação corporal ou visual dos gestos encaminha o conteúdo verbal da mensagem. A margem ou moldura (comportamento analógico: aquilo que não é código, ou seja, postura, jeito) enquadra o texto (o digital: fala expressa).

### 3.1.3 Comunicação, segundo Merleau-Ponty

A obra de Maurice Merleau-Ponty foi profundamente inspirada pelos trabalhos do matemático e filósofo alemão Edmund Husserl, considerado o pai da fenomenologia, que, apesar de negar sua doutrina do conhecimento intencional, preferia basear sua construção teórica na maneira de se portar do corpo e na captação de impressões dos sentidos. Acreditava no organismo como uma configuração integral a ser explorada, o que possibilitaria aos estudiosos entenderem o que se passa depois que ele é submetido a inúmeros estímulos. A aproximação entre os filósofos, no entanto, não deve ser vista como concordância. Merleau-Ponty criticou o conceito de redução husserliano (Merleau-Ponty, 1999).

Em outra perspectiva, os trabalhos de Merleau-Ponty enfatizaram a questão da comunicação como uma expressão do corpo, proporcionando a criação da existência do ser simultaneamente com o mundo e procurando compreender a experiência do sujeito falante. O filósofo entendia que, cada sujeito falante, pela força da expressão, rearticula a língua a partir de um estilo (maneira típica de habitar o mundo) que lhe é próprio, tornando possível a significação para além dos significados já sedimentados culturalmente (Merleau-Ponty, 1999, p. 81).

Acerca do tema da criação simultânea do homem e do mundo por meio da fala, Merleau-Ponty (1996a) explica que, do mesmo modo que o mundo dos objetos passa a existir a partir de sua denominação pelo sujeito através da palavra, o mundo subjetivo de pensamentos e sentimentos se concretiza na medida em que essas vivências são descritas e nomeadas verbalmente.

Segundo Furlan e Bocchi (2003), a proposta merleau-pontyana de abordar a linguagem em sua origem não configura recuo cronológico às etapas primitivas da comunicação. O retorno à origem da linguagem é, na verdade, um recurso metodológico, que visa problematizá-la por meio da volta à sua dimensão pré-reflexiva e fundamental. Segundo esses autores, Merleau-Ponty lançou mão de um dos princípios fundamentais do pensamento fenomenológico, que, desde os primeiros passos da fenomenologia, fora tão solicitado e recomendado por Edmund Husserl, cuja preocupação iminente era a necessidade de um recomeço, um retorno às coisas mesmas. Nesse sentido, Merleau-Ponty recuperou o movimento primordial do ato expressivo, o que corresponderia à língua em estado nascente, no instante em que se realiza como expressão. Reportou-se ao problema da linguagem enquanto língua falada ou vivida, tomando-a sob a perspectiva daqueles que a vivenciam, os sujeitos falantes. Assim, Merleau-Ponty está se referindo ao que é prioridade no estudo do problema linguístico: o ato da fala –o verdadeiro movimento de expressão.

Dinis (2003) apontou o que Merleau-Ponty considera necessário para a compreensão da problemática da linguagem: o retorno à sua origem ou recuperação de seu movimento expressivo primário, no qual, a uma só vez, ultrapassa e limita<sup>20</sup> o sentido esboçado na percepção. A percepção é o sentido que inaugura a abertura para o mundo, como a projeção de um ser para fora de si; a linguagem prossegue esta abertura de mundo

---

<sup>20</sup> Limita tem o sentido de explorar uma direção em detrimento de outras possíveis.

na medida em que retoma, transforma e prolonga as relações de sentido iniciadas na percepção. Para o filósofo, toda palavra carrega um sentido, veiculando significação. É pela fala que o pensamento se realiza, ou seja, não se trata de tradução de pensamento em linguagem, mas de expressão do pensamento pela fala. Em outros termos, não há representação. O pensamento, diz o autor, não existe fora da comunicação ou fora da fala. Posto isso, torna-se possível recuperar o pensamento de outrem, relação descrita por ele como *penser d'après autrui* (pensar a partir de outrem), ideia retomada de Husserl (Merleau-Ponty, 1966, p. 206-208). No entanto, cabe a ressalva: é preciso distinguir fala autêntica de fala secundária. Para Merleau-Ponty (1966, p. 207), somente a primeira pode ser identificada com a expressão existencial do pensamento. Dessa forma, há diferença entre as significações existenciais e as significações conceituais.

A diferença entre significações existenciais e conceituais, contudo, não indica que aquelas somente ocorreriam em suposto momento original de utilização da língua. O sentido expressivo não se esgota. No dizer de Merleau-Ponty (1966, p. 212), "nós descobrimos aqui, sob a significação conceitual das falas, uma significação existencial, que não é somente traduzida por elas, mas que as habita e lhes é inseparável". Assim, as significações conceituais e a linguagem convencional carregam o sentido expressivo e sua intenção significativa.

Ao descrever os aspectos constitutivos de Merleau-Ponty e definir "fala original" ou "fala primeira", Amatuzzi (1989) explicou que essa fala é formulada pela primeira vez. É uma fala nova, improvisada, surpreendente, pois elabora inquietações, pensamentos e sentimentos que estão presentes pela primeira vez. Essa primeira vez, no entanto, não deve ser entendida no sentido cronológico, mas no sentido da novidade da vivência.

Em contraposição ao conceito de "fala original", "primeira" ou "autêntica", Merleau-Ponty (1996) criou o conceito de fala "segunda" ou "banal", que, diferente da



primeira, corresponde à retomada de uma intenção significativa anterior, fazendo uso de significações disponíveis em arranjos talvez novos, mas que são de fato repetições.

Desse modo, como esclareceu Amatuzzi (1989, p.34), a "fala secundária", ou "fala falada", é o produto enrijecido e objetivo que resulta das falas originais. Cristaliza-se na língua disponível ou em seres culturais, são formas de discurso que, ao mesmo tempo e por ser exatamente isso, instrumentaliza outras falas.

Já a "fala original", ou "fala falante", é essencialmente, criativa. Um pensamento, antes nunca pensado vai sendo formulado na medida em que as palavras vão sendo ditas no aqui e agora. Desse modo, por meio de uma "fala primeira", o novo sempre emerge, a pessoa sempre se cria e se transforma. Como descreveu Merleau-Ponty (1996), na "fala original" existe uma identificação da fala com o pensamento e do pensamento com o sentimento, ambos vão se construindo e se manifestando junto com o processo de significação total do sujeito, no momento presente, por meio das palavras. Nesse sentido, a pessoa, enquanto sujeito da "fala primeira", torna-se sua própria fala, está plenamente identificado com ela. Na medida em que essa fala é sempre novidade, é conseqüentemente transformadora e criadora do próprio ser, ao mesmo tempo que também é transformadora e criadora do mundo (Merleau-Ponty, 1996).

A comunicação se dá, portanto, entre sujeitos falantes, dotados de certo estilo próprio, e não entre pensamentos abstratos ou representações. A partir de um silêncio primordial, coloca-se em movimento a fala (gesto do corpo próprio), que rompe esse silêncio pela expressão e com uma intenção significativa. Quando alguém dirige a fala a um interlocutor, este retoma essa intenção significativa por aquilo que Merleau-Ponty chamou de "modulação sincrônica da própria existência". A comunicação se realiza quando a conduta do interlocutor encontra, no caminho aberto pelos gestos de outrem, seu próprio caminho. O gesto da fala de outrem desenha em pontilhado um objeto intencional

com o qual se engaja e, pelo corpo, ajusta-se a ele e o recupera. Dessa forma, como explica o filósofo, a comunicação não é fundada em um sentido comum das experiências de cada um, mas respalda esse sentido comum (Merleau-Ponty, 1966, pp. 214-217).

É importante notar que, no que tange à linguagem, a fenomenologia, na leitura merleau-pontyana, não se distingue da linguística, mas "acrescenta ao conhecimento da língua a experiência da língua em nós" (Merleau-Ponty, 1960, p. 87). Preocupa-se com a relação dialética entre sincronia e diacronia, encarando a linguagem como um "equilíbrio em movimento" A língua, escreveu Merleau-Ponty, não é um sistema de significações claramente articulado e transparente. Antes, trata-se de um "conjunto de gestos lingüísticos convergentes que serão definidos menos por uma significação do que por um valor de utilização" (Merleau-Ponty, 1960, pp. 89-90). Entre as diferentes linguagens há um elemento universal: o fenômeno da expressão.

O significado de um texto, por exemplo, não é a soma de signos individuais, cada qual com o seu respectivo significado:

Se ao cabo ela [a língua] quer dizer e diz qualquer coisa, não é porque cada signo veicula uma significação que lhe pertence, é porque eles [signos] fazem todos alusão a uma significação sempre em sursis, quando os consideramos um a um, e na direção da qual eu os ultrapasso sem que eles jamais a possuam (Merleau-Ponty, 1960, p. 92).

Para Merleau-Ponty (1967), o sentido do discurso concreto não pode ser compreendido palavra por palavra, com a ajuda de um dicionário. As palavras de uma pessoa adquirem significação no contexto de seu discurso, de toda a sua presença e da relação que ali se estabelece. Não é totalmente errado dizer que o discurso de uma pessoa

está criando uma língua própria, ainda que seja com o uso de estruturas linguísticas objetivamente disponíveis. Cada pessoa, nesse sentido, tem uma língua própria. Cada conjunto de pessoas, definido em função de uma tradição comum, ações, coisas sofridas e reações – cada povo, enfim –, fala uma língua própria, que não se compreende a partir do dicionário de sua língua. Embora se possa entender o significado de todas as palavras de um discurso, é só pouco a pouco, a partir do conjunto da situação total do falante, de suas percepções e intuições originais, de suas opções básicas de vida, que se compreende o sentido desse discurso.

Dessa forma, a partir de uma intenção significativa, o sujeito retoma a língua estruturada para lhe atribuir valor para além dos significados aparentemente estabelecidos, graças à força expressiva posta em curso por um estilo de fala próprio desse sujeito falante. Este movimento do sujeito é, conforme Merleau-Ponty, um caso eminente de intencionalidade corporal. Nessa ação expressiva, "há uma significação 'linguageira' da linguagem que realiza a mediação entre minha intenção ainda muda e as palavras, de tal maneira que a minha fala surpreende a mim mesmo e me ensina meu pensamento" (Merleau-Ponty, 1960, p. 93).

A fala, comparável a um gesto, não pressupõe representação. A significação, de acordo com Merleau-Ponty (1960, p. 94), "anima a fala como o mundo anima o meu corpo: por uma presença surda que acorda minhas intenções sem se colocar diante delas". A intenção significativa para o falante e seu interlocutor é o "excesso daquilo que eu quis dizer sobre aquilo que é ou já foi dito" (Merleau-Ponty, 1960, p. 95). A expressão pressupõe uma ultrapassagem do significante pelo significado (Merleau-Ponty, 1960, p. 96).

Portanto, a ação expressiva do sujeito, por sua intenção significativa, pela intencionalidade do corpo, recorre a "instrumentos já significantes ou de significações já

falantes" (Merleau-Ponty, 1960, p. 97). Reorganiza-os então com seu estilo de fala para fundar novas significações que se tornarão disponíveis, com o tempo, uma vez instituídas novas ações expressivas. Pela ação expressiva do corpo pela linguagem, "ele [o sujeito falante] não exprime apenas para os outros, ele exprime para saber ele mesmo aquilo ao que ele visa" (Merleau-Ponty, 1960, p. 98).

A fim de ampliar a discussão do problema desta dissertação, embora seja uma temática diferente, mas dentro de suas distinções, Martin Buber parece aproximar-se mais da teoria da fala autêntica e secundária de Merleau-Ponty, que ocorreria entre o diálogo autêntico, conversação genuína e mero palavreado. O referencial teórico é provocador, porque foi forjado de "desencontro", no âmago da amarga experiência vivida por Buber. Pode-se dizer que todo o empenho de Buber em conhecer e aprofundar "o autêntico encontro" teve origem na sua história de vida.

### 3.1.4 Comunicação, segundo Buber

É difícil situar a filosofia de Buber dentro de alguma corrente filosófica. Para Von Zuben (1985), alguns autores o qualificam como existencialista, mas isso não constitui unanimidade. O próprio Buber se considerava um homem atípico, conforme Von Zuben, autoridade em Buber no Brasil, que preferia inseri-lo na filosofia da vida, devido ao caráter de compromisso com a vida concreta do filósofo judeu. A filosofia buberiana deve ser compreendida como uma filosofia do encontro, ou do diálogo. O fato antropológico primordial, para Buber, é a relação. Por isso escrevia parafraseando o prólogo do Evangelho de João: "No princípio é a relação" (Buber, 2001, p. 20). E relação, como diversas vezes lembrou o autor, é reciprocidade.

Buber distinguia a relação inter-humana e as relações sociais. Estas não implicam relação existencial de pessoa a pessoa. Na relação inter-humana, o mais importante é que

para cada um de dois homens, um se torne consciente do outro de tal forma que precisamente por isso assuma para com ele um comportamento que não o considere e não o trate como seu objeto, mas como seu parceiro no acontecimento de vida (Buber, 2001, p. 137-138).

Segundo Von Zuben (1985), a proposta buberiana para uma existência dialógica fundada sobre a relação inter-humana é "atípica" na medida em que é provocadora em sua simplicidade. Nada é mais simples, na verdade, conceber o homem como ser de relações. Porém, a originalidade de Buber reside na maneira pela qual ele dispõe tal concepção no conjunto de sua obra: a relação inter-humana, o diálogo, foi o elemento propulsor e catalisador de toda a sua concepção de homem, de sociedade, de política, educação, religião, terapia etc.

Buber apontou três principais problemas para a realização do diálogo, da relação inter-humana:

1) *A dualidade de ser e parecer* – o diálogo não acontece se aqueles que estão envolvidos nele são simples aparência, isto é, se estão preocupados com sua imagem, com o modo pelo qual desejam encontrar o outro. Os parceiros do diálogo devem "ser"; ou seja, devem apresentar-se sem reservas, como realmente são.

2) *O modo pelo qual se percebe os outros* – para Buber, perceber o outro é tomar dele um conhecimento íntimo, diferente da observação analítica e redutora que transforma o outro em simples objeto. Tal percepção, tal conhecimento íntimo, significa também para Buber, "tornar o outro presente.

3) *A dificuldade de realização do diálogo* – trata-se da tendência de "imposição", à qual Buber contrapõe a "abertura" (Von Zuben, 1985).

Buber (*apud* Von Zuben, 1985) definiu dois princípios para a existência humana: o princípio monológico (referente ao mundo do Isso, que pode ser qualquer ser considerado

um objeto de uso, de conhecimento, de experiência de um Eu) e o princípio dialógico (relativo ao mundo do Tu). De todas as esferas onde se realizam tais relações, a esfera do inter-humano é a mais genuína. Essa relação entre humanos se manifestou como uma convergência que implica presença e participação mútuas. A ação que a desenvolve é recíproca. A participação conjunta resguarda a alteridade e a individualidade dos participantes na relação. Embora a relação Eu-Tu não se reduza à esfera do humano, é nela que a reciprocidade das ações atinge o grau mais elevado. Na relação dialógica, a palavra da invocação recebe a resposta. É no face a face que o Eu e o Tu se presentificam. A presença passa a ser justamente o momento da reciprocidade. A presença recíproca é a garantia da alteridade preservada. Na atitude Eu-Tu não há relacionamento com o outro por qualquer meio, como função social; é mero papel que encobre a autêntica singularidade enquanto ser humano. É todo o ser que está presente. "Todo meio é obstáculo" afirmou Buber (p. 56). O Tu se dá na presença e não na representação de um Eu. A relação é uma ação imediata que acontece entre o Eu e o outro. Não há supremacia de um sobre o outro. O outro, quando é um Tu, não pode ser considerado como um objeto para própria observação e uso. Se isso ocorrer, já deixou de ser um Tu, tornando-se um Isso, um objeto de uso, de experimentação própria.

Segundo Buber (1982c, p.145-148), a maior parte daquilo que se denomina hoje entre os homens de conversação deveria ser designado com mais justeza e em sentido preciso de palavreado. Em geral, os homens não falam realmente um ao outro, falam na verdade a uma instância fictícia, cuja existência se reduz ao fato de escutá-lo. O simples falar, ainda que seja sincero, não é suficiente para caracterizar o diálogo. É preciso que seja um falar-ao-outro e não simplesmente um falar voltado para o outro. Mesmo assim, não se instaura o diálogo, se não houver a recíproca, a mutualidade. Se essa for alcançada, o inter-humano desabrocha na conversação genuína. Para o autor, somente quando o

indivíduo conhece o outro em toda a sua alteridade como a si próprio, como homem – experiência a partir da qual irrompe na direção do outro –, conseguirá romper sua solidão, em um encontro estrito e transformador. Insiste que o fato fundamental da existência humana não é nem o indivíduo nem o agregado. Essas categorias, consideradas em si, não passam de abstração.

O indivíduo é um fato da existência, só na medida em que ele se coloca em uma relação viva com outros indivíduos. A característica existencial do mundo humano é enraizada no voltar de um ser em direção do outro para comunicar-se dentro de uma esfera comum, transcendendo ao mesmo tempo a esfera especial de cada um. Essa categoria existencial é a categoria relacional do entre, que é estabelecida a partir da existência do homem, sendo primordial na realidade humana (Buber, 1982c).

Outra reflexão de Buber (1979), pertinente ao contexto desta dissertação, é o sentido dinâmico e transitório do objeto que foi perdido pelo homem, conformando-se com o mundo do Isso. Como algo a ser experimentado, faz malograr a realização desse sentido: em lugar de liberar o que está ligado a esse mundo, ele o reprime; em lugar de contemplá-lo, ele o observa; em lugar de acolhê-lo, serve-se dele. Então pode-se supor que as relações e os conceitos, bem como a representação de pessoas e coisas, se desligaram dos eventos de relação. As impressões e as emoções elementares, que despertaram o espírito do "homem natural", são derivadas de fenômeno de relação, pela vivência de um face-a-face, por estados de relação, pela vida na reciprocidade. Assim, pode-se malograr o próprio destino. A linguagem, no seio da qual o homem é homem, escraviza-o e desumaniza-o. No entanto, o homem deve estar atento para não se deixar tomar totalmente por atitudes Eu-Isso. Não se pode viver sem o Isso, mas aquele que vive só com o Isso não é homem. O homem deve estar sempre disponível e aberto ao encontro Eu-Tu (Buber, 1979).

Buber (1979) opôs este caráter coerente, tranquilizador, estável e seguro do mundo do Isso ao caráter incoerente, fugaz e inseguro e imprevisível do mundo do Tu. Na verdade, o homem é sempre seduzido por essa segurança e conforto proporcionados pelo mundo do Isso, onde, no nível da coletividade, o indivíduo vê diminuída sua responsabilidade e, conseqüentemente, sua liberdade. De fato, suas ansiedades, incertezas e inquietações diminuem consideravelmente. Porém, nem o indivíduo nem a sociedade podem participar da vida do espírito se permanecerem estranhos à dimensão do Eu-Tu, se não se tornarem disponíveis à invocação do Tu.

Para além das aparências e das falsidades inerentes ao mero "estar-ao-lado-do-outro", Buber (1962, p. 168) afirmou que o inter-humano realizará o diálogo como alicerce do "nós essencial". Esta realidade (o entre, o inter-humano), cuja descoberta se produziu na época atual, mostra o caminho, para além do individualismo e do coletivismo, para a decisão vital das futuras gerações. Aqui se manifesta o autêntico "terceiro", cujo conhecimento auxiliará a outorgar ao gênero humano a autêntica pessoa e a estabelecer a comunidade genuína.

### 3.1.5 Comunicação, segundo Maturana

Para Maturana (1998a, p. 80), a conversa é elemento central na relação que produz o conhecimento na ação educativa. "A palavra conversa vem da união de duas raízes latinas, 'cum', que significa 'com', e 'versare', que significa 'dar voltas', de maneira que conversar, em sua origem, significa 'dar voltas com'outro". A conversa constitui-se, assim, em um espaço relacional por excelência na ação educativa. Maturana (1998b) entendeu que autoconsciência não está no cérebro, pertence ao espaço relacional que se constitui na linguagem. A operação que dá origem à autoconsciência está relacionada com a reflexão na distinção do que distingue, que se faz possível no domínio das coordenações de ações



no momento em que há linguagem. Então, a autoconsciência surge quando o observador constitui a auto-observação como uma entidade, ao distinguir a distinção no linguajar.

A autoconsciência parece mais abrangente do que a concepção de autoconsciência, como consciência de si enquanto si mesmo. Passa a ser uma consciência de si na relação, já que nela se estabelece a identificação do outro como o legítimo outro. O conhecimento passa a ser compreendido como organização do vivo nas relações que vão vivenciando como fenômenos. O próprio ato de conhecer-viver se constitui em uma leitura da relação cognoscente-vivente. Por isso, nessa perspectiva, o conhecer-viver é elemento fundamental no processo de conscientização (Maturana, 1998b).

Na responsabilidade autônoma-relacional do sistema, como construtor de si mesmo, se estabelece uma novidade perene nas ações interativas na linguagem. Por isso, "o futuro de um organismo nunca está determinado em sua origem" (Maturana, 1999, p. 29). Tal perspectiva se ancora numa educação continuamente criada e criadora do conhecimento-vida.

O conhecimento compromete a adoção de uma posição de permanente vigilância contra a tentação da certeza. Isso acaba implicando uma atitude ética, pois a reflexividade permite olhar mais adiante, e só se pode chegar a esse raciocínio motivado pelo encontro com o outro como igual em um ato de amor. Conforme Maturana e Varela (Maturana, 2001), os fundamentos biológicos do fenômeno social são o amor e a aceitação do outro, pois sem eles não há socialização. Sem socialização, não há humanidade. Muitas vezes cegos, diante da transcendência dos próprios atos, finge-se que o mundo está aí independente de si mesmo. Assim, "eu sou maravilhosamente irresponsável sobre o que vocês escutam, mas sou totalmente responsável sobre o que eu digo" (Maturana, 2001, p. 75).

O explicar é uma reformulação, na linguagem, da experiência que se explica, aceita por um observador (Maturana, 1998). É interessante notar que a validade do explicar não depende apenas de quem fala, mas das pessoas que vão aceitar ou não a explicação. Uma criança pode aceitar a explicação de que foi trazida por uma cegonha, mas, em outro momento de sua vida, pode não aceitar mais tal explicação. E assim como ocorre na vida cotidiana, os cientistas, por sua vez, são pessoas que sempre tentam explicar, mas a validade da explicação deles também vai ser dada por outras pessoas.

No entanto, há dois modos fundamentais de escutar e aceitar as reformulações da experiência (Maturana, 1998, 2001). Em um dos modos, rejeitam-se perguntas sobre o observador e, no outro, as perguntas já são aceitas. Na vida cotidiana, age-se do primeiro modo e não se reflete sobre o observador e sua capacidade de conhecer, comportando-se como se fosse capaz de fazer referência a entes independentes de si. Coloca-se na condição de possuidores de um acesso privilegiado à realidade, como se houvesse apenas uma realidade. A esse caminho, Maturana chama de “objetividade-sem-parênteses”. Diz-ze que algo é válido porque é objetivo, não porque seja quem diz. A realidade são os dados objetivos, as medições, não quem fala. Os responsáveis pela validade do que se diz, e se diz que está equivocado, não é a pessoa que determina que há equívocos, mas a realidade (Maturana, 1998, p. 46). Assim, a objetividade-sem-parênteses não aceita a legitimidade do mundo do outro, acredita-se que se tenha a verdade ou a tolera, mas não se aceita o mundo do outro.

A objetividade-entre-parênteses é caracterizada como a segunda possibilidade, como outro modo de escutar e aceitar as reformulações de experiência quando se pergunta como se podem fazer as observações. Esse modelo parte do princípio de que, como seres vivos, não se pode distinguir ilusão de percepção. "Colocando a objetividade-entre-parênteses, me dou conta que não posso pretender que eu tenha a capacidade de fazer

referência a uma realidade independente de mim" (Maturana, 1998, p. 45). Desse modo, quando se aceita uma explicação, o que se aceita não é uma referência a algo independente de si, "mas uma reformulação da experiência com elementos da experiência que satisfaça algum critério de coerência que nós mesmos nos propomos explícita ou implicitamente" (Maturana, 1998, p. 47). Assim, há vários domínios explicativos. Não há uma realidade absoluta nem verdade relativa, mas muitas verdades diferentes. Pode-se entender que a noção de realidade, tanto num como em outro caminho, é uma proposição explicativa.

No caminho da objetividade-entre-parênteses, as diferenças existentes entre os interlocutores são aceitas, pois, ao considerar um ponto de vista, não o julga como verdade. Aceita-se uma explicação, já que ela faz sentido, mas isso não impede de aceitar a legitimidade do mundo do outro. As pessoas são responsáveis quando negam o outro e seu mundo. A objetividade-entre-parênteses permite refletir como a mudança na biologia, na dinâmica emocional, vai marcar o modo como se raciocina. Os sistemas racionais<sup>21</sup> se baseiam em premissas aceitas *a priori*, e a razão se funda nessas premissas. Se a biologia se altera, altera-se o raciocinar; mais ainda, muda-se de domínio emocional, muda o ato de raciocinar.

Para Maturana (1998, 2001) e Maturana e Varela (1987 e 1995), é a aceitação mútua que permite e constitui o social, o espaço da preocupação com o outro. É a emoção que denomina o amor, a disposição que se aceita o outro nessa convivência. Então, veem-se organismo e ambiente mudando juntos, e é nessa história de interações recorrentes que surge a linguagem. É no fluir da história com o outro que entra a linguagem.

Inicialmente, segundo Maturana e Varela (1987 e 1995), a linguagem surge no *homo sapiens* pela sua capacidade biológica de compartilhar alimentos, sendo a cultura

---

<sup>21</sup> "A aceitação apriorística das premissas que constituem um domínio racional, pertencem ao domínio da emoção e não ao domínio da razão, mas nem sempre nos damos conta disto" (Maturana, 1998, p.51), pois "não nos damos conta de que todo sistema racional tem um fundamento emocional" (Maturana, 1998, p. 15).

responsável por ter introduzido a competição. Nesse sentido, Maturana (2001) afirmou que suas preocupações éticas não dependiam da razão, pois somente quando se estava na emoção da aceitação do outro é que o ocorrido passava a ter importância para si. Cabe ressaltar, entretanto, que Maturana não considerou as relações de trabalho e os sistemas hierárquicos como sociais. É nesse contexto das relações sociais que também se compreendem os fenômenos da linguagem e da consciência, pois estas não são apenas fenômenos biológicos. Quando há interação, há linguagem, toca-se no outro. As palavras doces mudam os hormônios e a fisiologia, desencadeando mudanças estruturais. A linguagem toca o cérebro, que foi se estruturando ao longo da história da linguagem. O conversar tem consequência na fisiologia, apesar da pouca ou nenhuma percepção sobre esse fenômeno.

Para Maturana (2001), a linguagem não é constituída apenas de verbalizações, pois há muito mais dimensões que as verbalizações nas coordenações consensuais. É também na linguagem que surgem os objetos ou todas as entidades que se pode manejar. Surgindo os objetos, pode-se fazer história. Também se pode refletir sobre si mesmo, pois a linguagem permite distinguir entre fora e dentro. Então, para o autor, é na linguagem que surge o Eu, que também muda no operar da linguagem.

A linguagem não é uma fantasia discursiva, é um espaço de coordenação de ação, tendo a ver com a experiência. E “a experiência nos acontece, nos encontramos nela e nos encontramos na linguagem, e em seguida explicamos o que fazemos. De modo que, de certa maneira, a vida é uma poesia contínua. Infelizmente costumamos ser cegos a isso” (Maturana, 2001, p. 101).

Ainda segundo Maturana e Varela (1987, 1995), não é apenas o homem que se comunica, mas ele é o único que tem linguagem. Abre-se, portanto, um mundo em que não há limites para o que se pode descrever, imaginar, relacionar. Por um lado, o operar

recursivo da linguagem é condição *sine qua non* para a experiência mental e, por outro, as experiências fundadas na linguística se organizam com base no sistema nervoso. O operar da linguagem mostra, mais uma vez, que as pessoas são inseparáveis da trama de acoplamentos estruturais, já que a linguagem nunca foi inventada por um sujeito isolado na apreensão de um mundo externo. O que se tem em comum como seres humanos, então, é uma tradição biológica. Em função disso, não se estranha que o céu seja azul para todos os seres humanos. Das heranças linguísticas diferentes surgem os diferentes mundos culturais nos quais se pode viver como seres humanos, mas, dentro dos limites biológicos, essas heranças também são muito diversas.

Repensando o processo de comunicação, acoplada ao momento e às vivências atuais, o que intriga é o questionamento: até que ponto, há de fato comunicação?

### 3.1.6 Comunicação, segundo Marcondes Filho

Segundo Marcondes Filho (2002), o termo “comunicação” designa, em geral, o ato de transmitir e trocar signos e mensagens, referindo-se também à circulação de bens e pessoas.<sup>22</sup> Os estudiosos da comunicação ora se dedicam à pesquisa eminentemente linguística, ora à pesquisa dos sistemas de comunicação como grandes complexos de transmissão de informações, ora se voltam para comunicações espontâneas ou inconscientes. No entanto, todos os modelos citados são parciais, apesar de suporem a compreensão do processo comunicacional. São definições que pecam por se aterem ao plano formal da comunicação, constituindo-se em meras definições nominalistas que nada dizem sobre o processo humano de comunicar. O autor citou a personagem Gregório, na

---

<sup>22</sup> De forma mais ampla, aplica-se aos processos técnicos de transmissão e troca de mensagens que vieram com a imprensa, o rádio, a televisão, os satélites.

*Metamorfose*, de Kafka, que não morreu porque se transformou em barata, pois tinha perdido a possibilidade de comunicação com a família.

Para Marcondes Filho (2002), os mais ingênuos e muitos linguistas acreditam que para haver a comunicação basta a transmissão de A para B de uma mensagem, por meio de um código, através de um canal. Trata-se de B decodificar o que A emitiu e incorporar internamente essa mensagem por meio do processo dialógico. Essa corrente prende-se ao lado puramente formal da comunicação e da linguagem, considerando os seres humanos como meros sistemas técnicos que emitem, recebem e voltam a emitir. A comunicação real da sociedade, segundo Marcondes Filho (2004), está cada vez mais rara, remota, difícil e vive-se na ilusão da comunicação, na encenação de uma comunicação que, de fato, jamais se realiza em sua plenitude. As pessoas inventam, vendem, usam todas as máquinas possíveis para comunicar exatamente porque mal conseguem transmitir ao outro qualquer coisa, mal conseguem entender ou sentir junto com esse outro as coisas que ele ou ela sentem. Os equipamentos para facilitar a comunicação se multiplicam cada vez mais, entram progressivamente na vida, porque precisam substituir alguma coisa que dificilmente será preenchida: o distanciamento, a separação entre as pessoas, as muralhas que se erguem e que barram todos os demais. As pessoas estão mudas, apenas pronunciando repetidamente, viciosamente, as mesmas falas. Em verdade, quase não se fala.

O autor compreendeu a comunicação como processo social, acontecimento, combinação de múltiplos vetores (sociais, históricos, subjetivos, temporais, culturais), que se dá pelo atrito dos corpos e das expressões e deve ser trabalhada como um "tornar comum", como uma espécie de vínculo estabelecido entre dois seres que sinalizam um para o outro e tentam colocar em contato mundos que são próprios, peculiares, interiores a si mesmos. Ela não é ontológica, algo que "passe de um para outro", que se materialize em

mensagens ou se autonomize em entidades conceituais em si. Não sendo, em princípio, nada que possa ser separado, não permite nenhuma verdade, não podendo ser traduzida.

Para Marcondes Filho (2004), "A comunicação, em primeiro lugar, é algo que violenta o pensamento, como diz Deleuze. Ser violento aqui é nos forçar a pensar e as coisas que nos fazem pensar [...] são mais importantes que o próprio pensamento". É um processo que implica criação, implica algo de novo e, dessa maneira, modifica emissor e receptor. Ainda segundo o autor, o evento comunicacional não acontece necessariamente entre pessoas que se relacionam para essa finalidade, mas acaba necessariamente acontecendo na presença muda, nos olhares, no contato dos corpos. Há comunicação quando se consegue fazer com que o outro atinja a mesma faixa de frequência do próprio pensamento.

Conforme Merleau-Ponty (2001), o próprio pensamento e o do outro formam um tecido comum. Os propósitos de si e os do interlocutor são solicitados pelo estado da discussão e se inserem em uma operação comum, na qual nenhum de dos dois é criador. Há aí um ser em dois, e o outro não é mais um simples comportamento de campo transcendental; ambos são, um para o outro, colaboradores em uma reciprocidade perfeita. As perspectivas deslizam uma para a outra, as pessoas coexistem por meio do mesmo mundo.

Uma definição similar, proposta por Cruz (1998 *apud* Marcondes Filho, 2004), pode ser encontrada em entrevista com o terapeuta familiar Harry Goolishian, em que, Respondendo às perguntas "O que sustenta a efetividade de uma conversação terapêutica? Como se distingue, em termos de efetividade terapêutica, uma conversação com um terapeuta de uma conversação com um amigo?", Goolishian afirmava que era necessário distinguir entre falar e estar em uma conversação. Estar em uma conversação é sempre manter intercâmbios dialógicos em que se criam novos significados. É possível falar de

maneira tal que não se esteja em uma conversação: neste falar no qual não há diálogo, não existe necessariamente criação de significados. Quando se refere a conversações, está-se falando sempre de intercâmbios. Na situação de um vizinho que diz a outro: “Que bonito está o dia, hoje!”, o outro responde: “sim, hoje está bonito, mas ontem choveu muito”, não há intercâmbio de significados, não se criou nada de novo. Marcondes Filho (2004) compreendeu assim a comunicação: um acontecimento que modifica a si e ao outro. Não descreveu o acontecimento comunicacional nas trocas de *e-mails* ou em salas de bate-papo. No entanto, não é raro o relato de pessoas que se apaixonam e vivem momentos de grande intensidade emocional em frente a telas de computadores. Pode-se afirmar que há, nesses momentos, uma "comunicação real", como descrita por Marcondes Filho, ou o que prepondera é uma mistura de fantasia e narcisismo?

Ainda segundo o autor, comunicar é partilhar sentimentos, ideias. Comunica-se pelo olhar, pelo amor. A comunicação ocorre “entre espíritos”. Marcondes Filho (2002) sugeriu que o corpo está sempre emitindo sinais; é o que se compreende do processo comunicacional. A comunicação pressupõe a troca mais densa, com resultados novos entre os comunicantes e uma real interpenetração de consciências. A emissão de sinais seriam as formas analógicas,<sup>23</sup> no sentido que Bateson lhe confere.

Comunicação não é ontológica, no sentido de não ser algo estável, fixo, consistente; nela nada se transfere, ela não é "uma coisa", menos ainda, coisa única, que, como vai, é recebida. Por isso, "não sendo nada", não pode encerrar nenhuma verdade, não pode ser "traduzida", não há uma chave que diga o que a coisa significa, quer dizer, representa (Marcondes Filho, 2004). É natural que, para comprovar a própria presença no mundo, a pessoa tem de se fazer ver. Mas há coisas que não são visíveis e que comunicam,

---

<sup>23</sup> As formas analógicas referem-se ao processo primário do psiquismo, quer dizer, ao inconsciente e suas manifestações. Já as formas digitais têm a ver com os processos secundários, a elaboração linguística e verbal da comunicação. A comunicação analógica estaria nas origens da evolução, possuindo muito mais validade que a comunicação digital dos discursos, das frases, da pura denotação.



há seres que são visíveis e passam totalmente despercebidos, ou seja, comunicar encerra necessariamente a validação do outro ou das outras coisas (Marcondes Filho, 2002).

Comunicar efetivamente, para Marcondes Filho (2004), é antes um processo, um acontecimento, um encontro feliz, o momento mágico entre duas intencionalidades, sentir junto, o mais denso e profundo que se possa imaginar, que se produz no "atrito dos corpos" (tornando-se palavras, músicas, ideias). É um processo que se realiza em graus distintos de sucesso. A comunicação se realiza em flashes, momentos, cenas breves e passageiras, em situações-chave nas quais as condições ótimas de co-possibilidades tenham encontrado uma síntese favorável. Ela vem da criação de um ambiente comum em que os dois lados participam e extraem de sua participação algo novo, inesperado, que não estava em nenhum deles, e que altera o estatuto anterior de ambos, apesar das diferenças individuais se manterem. Ela não funde duas pessoas numa só, pois é impossível que o outro me veja a partir do meu interior, mas é o fato de ambos participarem de um mesmo e único mundo no qual entram e que neles também entra.

Nesse contexto, a comunicação, como descrita pelo autor, poderia até ocorrer em conversas não presenciais. Os tais momentos não se restringiriam a tempo e espaço determinados, uma vez que o mais importante seria o sentir e ser modificado pelo outro. No entanto, Marcondes Filho (2004), Bateson (2000) e Watzlawick (1967) relataram sobre a importância de tudo o que não é dito para a comunicação. Como interpretar uma mensagem quando não se vê, não se sente, não se conhece mais o emissor?

Será a comunicação apenas um momento transformador ou estará a sua origem, como bem definiu Maturana (1998), no amor, na presença física, na busca de formas de se viver em sociedade? Os sentimentos parecem estar além da fala. A sensação angustiante da solidão é superada pelo simples estar junto, seja em um velório, em um bar ou em uma

pescaria, quando a fala entra como algo puramente acessório. No entanto, depois de horas conectado com o mundo, as luzes se apagam e o quarto está vazio.

Marcondes Filho (2004) definiu que a comunicação não se reduz à linguagem, menos ainda à linguagem estruturada e codificada em uma língua. Ela ultrapassa e é mais eficiente que esse formato, realizando-se no silêncio, no contato dos corpos, nos olhares, nos ambientes. A comunicação, que tem origem no pensamento antigo, reaparece em Rousseau, Nietzsche, Foucault, Sartre, Merleau-Ponty, Derrida e Deleuze, isto é, eles vêem a comunicação muito além das formas de discurso, das linguagens, do eminentemente expresso e nominal.

As potencialidades comunicativas, segundo Marcondes Filho, são muitas. Há a presença do teatro de falas e de contrafalas (o que não se fala, o que se fala pela sua negação, pela sua exclusão); a comunicabilidade humana serve-se do explícito e do implícito (que muitas vezes se contradizem), do jogo de representações cênicas, assim como das alusões diretas e indiretas a outras cenas passadas e fora do alcance. Analisando a linguagem formal, o "texto" e o expresso, as falas convencionais e cotidianas estão muito longe de troca real, pois ritualizam a comunicação, formam máscaras em um teatro social e mais escondem do que realizam a comunicação. Esta, quando se realiza, apoia-se antes nas formas não linguísticas. Esse mundo em que tudo é "linguagem", em que tudo é "signo", é o mundo lógico, instituído, jogo de convenções que existe, e realidade para encobrir um outro, sutil, indireto, sub-reptício, pouco conhecido e explorado, ambiente de ar rarefeito em que a comunicação tenta sobreviver apesar de tudo. Para Górgias (*apud* Marcondes Filho, 2004), a experiência de vida é singular e incomunicável. Como dizia Foucault, o maior de todos os enclausuramentos é o do outro pela razão clássica: o discurso deve sua existência à necessidade de instituir qualquer coisa para conter o desejo, para domesticá-lo e submetê-lo.

Para se captar o mundo, jamais se pode prender apenas às palavras. Além de serem forma impessoal, neutra, vazia de sentimentos e de vivências pessoais, elas são um meio pouco confiável de comunicação. Pode-se falar tudo, nada é proibido, pela linguagem verbal tenta-se controlar o mundo em volta e empenhar para que ele tenha uma imagem boa de si. O mundo olha para a pessoa por muitos canais, o que se é de fato não é transmitido pela linguagem.

### 3.2 Reflexões sobre temas constitutivos da comunicação: sujeito e emoção

O indivíduo, que Maturana e Varela (1987 e 1995) apresentaram, não é nem determinado pelo meio, nem é uma entidade completamente independente deste último. Esses autores falaram de um indivíduo como uma entidade autônoma que encerra em si uma temporalidade. A distinção entre organismo e meio será produzida de maneira correlata à da operação de instituição da unidade. Esse ato de instituição da unidade é o próprio ato cognitivo. Desse modo, a cognição é sempre produtora, e o indivíduo que se produz é o resultado, nunca definitivo, de uma série de perturbações que ele próprio sofre como ser vivo. Assim, o processo de individuação é permanente: não se pode falar de um indivíduo produzido, mas sempre a produzir-se. Um indivíduo dependente de sua história, embora seus estados anteriores nada possam informar a respeito dos rumos que o sistema irá tomar, detém uma história de imprevisibilidades.

Morin (2001) desenvolveu uma teoria em que, ao mesmo tempo, uma lógica e uma epistemologia da complexidade levam à compreensão do conhecimento humano a partir da restituição do sujeito à ciência e vice-versa, já que a ciência clássica não oferece sustentação para a noção de sujeito. É um paradoxo desde o século XVII, pois, apesar de quase todas as línguas terem a presença da primeira pessoa do singular e de se sentir

sujeito e de ver os outros como sujeitos, o paradigma da ciência dissolve esse sujeito ou, no mínimo, divide-o.

A ciência ajudou e também dificultou a compreensão do humano. O homem permanece sendo "esse desconhecido", hoje, mais por conta de uma má ciência do que propriamente por ignorância. Sabe-se sobre o objeto, mas quem o conhece não se conhece. O pensamento complexo não acredita que se possa conhecer o objeto sem conhecer a si mesmo. O mais grave é que são as ciências humanas que oferecem a mais fraca contribuição ao estudo da condição humana no momento atual. Daí o paradoxo: quanto mais se conhece menos se compreende o ser humano (Philippi, 2004).

Um dos principais argumentos de Morin (2001) sobre a noção de sujeito é que a biologia atual organiza uma noção de autonomia, que não exclui a noção de dependência. É a própria ideia de sistema que permite falar de autonomia, porque do todo emergem propriedades que não existem em partes isoladas. O todo da primeira célula viva nasce de condições aleatórias que, enquanto existirem, serão capazes de autoprodução e de autorreprodução. Vale registrar o que permite essa reprodução não são apenas as condições do meio externo, mas também de sua própria organização, o que significa uma autonomia constantemente construída na relação com o meio, na troca de energia e de informação de modo contínuo. Sendo assim, o conhecimento é apenas tradução e reconstrução. Nesse sentido, Morin (2001) se considera um co-constitutivo. Analisou que a linguagem está no cruzamento dos aspectos biológico, humano, cultural e social. O espírito humano emerge do cérebro com e pela linguagem. Apesar da diversidade, as línguas obedecem a estruturas comuns. Assim,

A linguagem é uma parte da totalidade humana, mas a totalidade humana está contida na linguagem. [...] O homem faz-se na linguagem que o faz. A linguagem

está em nós e nós estamos na linguagem. Somos abertos pela linguagem, fechados na linguagem, abertos ao outro pela linguagem (comunicação), fechados ao outro pela linguagem (erro, mentira), abertos às ideias pela linguagem, fechados às ideias pela linguagem. (Morin, 2002, p. 37)

Como a proposta desta dissertação é trabalhar com a teoria da comunicação, é indispensável buscar qual é a percepção dos autores no que diz respeito à emoção. Hoffman (1995 e 1998) não acreditava que as emoções existissem dentro das pessoas como traços ou estados distintos ou que elas fossem comuns no mundo inteiro. A partir daí, alguns construcionistas perceberam as emoções como mais uma das partes da complexa teia de comunicação, não atribuindo nenhum significado especial a esses estados interiores. Não consideraram que todos os sentimentos deveriam ser expressos e não acreditavam que a repressão das emoções poderia produzir sintomas na vida posterior.

Já para Andersen (1995, p. 9), há emoções dentro das palavras, devendo escutar-se como as pessoas falam, além do que elas falam. Hoje, o autor não acredita que os movimentos, sentimentos e a linguagem estejam dentro das pessoas: "Nós é que estamos inseridos neles: nos movimentos, nos sentimentos e na linguagem. Não os modelamos, eles nos modelam". Também a aprendizagem e o sentimento ocorrem de determinada maneira.

Philippi (2004) e Penn (1999) deram atenção ao que se chamava de “voz corporal”, pois esta frequentemente comunicava mais que as próprias palavras. Da mesma forma, procuraram explorar as palavras que expressavam os sentimentos conflitantes, pois, quando alguém falava de raiva, podia estar também falando de tristeza, solidão. Propunham aos seus clientes que escrevessem, principalmente, cartas para outras pessoas. O registro por escrito ajudava os clientes a retornarem sua nova narrativa sempre que

achassem necessário. Para Penn (1999), a mudança de narrativa ia gerar a mudança na emoção.

Os efeitos da experiência vivida não são previsíveis, são explicações dadas por um observador. Nesse sentido, Maturana (1999, p. 265) aponta que "a realidade que vivemos depende do caminho explicativo que adotamos, e este depende do domínio emocional no qual nos encontramos no momento da explicação". As emoções são disposições corporais dinâmicas, que definem os diferentes domínios de ação. Logo, quando se muda de emoção, muda-se de domínio. Aceitando a biologia, percebe-se que não é o corpo que limita, mas é ele que possibilita a observação, a consciência e a linguagem. Ao aceitar a corporalidade, integram-se mente e corpo na questão do conhecimento. Então, para compreender o conhecer, tem de entender as condições biológicas e ontológicas constitutivas do observador, acabando-se por aceitar certos *a priori*, pois ainda se vivem as divergências como ameaçadoras à existência. Esta é uma marca da cultura, que confere ao racional uma validade transcendente e não considera o emocional.

Quando se pergunta qual a emoção está presente, faz-se uma distinção para perceber em que domínios de ação as pessoas estão. Então, as emoções surgem como disposições corporais que especificam domínios de ação. E isto é compreensível do ponto de vista biológico. As emoções são apreciações do observador sobre a dinâmica corporal do outro que especifica um domínio de ação. Nessas circunstâncias nada ocorre nos animais que não esteja fundado em uma emoção (Maturana, 2001, p. 46). Portanto, as diferentes emoções possibilitam e/ou interditam domínios de ações, tipos de comportamento: "Ao viver, fluímos de um domínio de ações a outro, num contínuo emocional que se entrelaça com nosso linguajar" (Maturana e Zöllner, 2004, p. 9).

A linguagem é a própria ação. O que se ouve igualmente marca a biologia humana, além de marcar as relações sociais. "Nosso entendimento é, sempre e de alguma forma,

emocionado. A compreensão sempre ocorre num estado de ânimo. A presença do homem no mundo é sempre emocionada" (Critelli, 1996, p. 93). Para Andersen (1996), as palavras não só informam, mas formam os significados que influem na maneira de viver e perceber o mundo e, nesse sentido, a linguagem é algo muito pessoal. Para ele, ao falar, a pessoa também se ouve, e as palavras tocam-na física e emocionalmente.<sup>24</sup> Assim, as palavras não são inocentes.

### 3.3 Linguagem e diálogo: constituindo, construindo, co-constituindo e co-construindo sentidos e significados

Maturana e Varela (1987 e 1995) e Morin (2001 e 2002, 1990 e 2001) apresentaram a linguagem como um processo de conhecer e de dar significados partindo do corpo, chamando-a de linguagem incorporada. O conceito de linguagem foi ocorrendo na história dos homens até mesmo pela necessidade de buscar e partilhar alimentos, mas só ocorreu em função da emoção, do amor, fundamental na história dos homens (Maturana e Varela, 1987 e 1995).

A linguagem surgiu pela necessidade do encontro, justamente porque, segundo os autores citados (Maturana e Varela, 1987 e 1995), não se precisa dela para brigar. Então, assim como a linguagem, a cognição também emerge da corporeidade, expressando-se na compreensão da percepção como movimento, aflora da enação e não com o processamento de informações. Não existe, portanto, a questão de dentro e de fora no pensamento e na linguagem, já que "o pensamento não é nada de 'interior', ele não existe fora do mundo das palavras" (Merleau-Ponty, 1945 e 1996, p. 249). Não existe experiência sem fala ou sem testemunho, pois "se a emoção escolhe exprimir-se pela afonia, é porque a fala é,

---

<sup>24</sup> Segundo Andersen, a linguagem é transmitida por vozes internas e externas. Para Bakhtin, as pessoas são as vozes que as habitam.

dentre todas as funções do corpo, a mais estreitamente ligada à existência em comum ou, como diremos, à coexistência" (Merleau-Ponty, 1945 e 1996, p. 222).

Os construcionistas sociais também focam a linguagem, não porque tudo é linguagem, mas por considerá-la como o que mais se compartilha com o outro; da relação entre as pessoas vão sendo construídos os processos de significação. Sempre se acredita que as pessoas estão contando uma história singular, utilizando toda linguagem que já é imposta pelo contexto social. Desse modo, a perspectiva pós-moderna assumida pelos construcionistas sociais renuncia ao conceito de identidade pessoal (Gergen, 1995 e 1998).

Além disso, procuram sair da metáfora do olhar para a linguagem, o que implica a conversação. O deslocamento da ação para o significado, na linguagem, provocou nos terapeutas sistêmicos uma menor urgência para controlar as famílias com o pretexto de ajudá-las (Nichols e Schwartz, 1995 e 1998). Ocorre assim uma migração para a narrativa, para o diálogo, para a conversação e para a compreensão. Nesse sentido, a importância dada à linguagem é significativa, já que ela dá acesso às várias possibilidades de se estar no mundo. Ou, como discutiu Gadamer (1986 e 1997), a linguagem é um centro em que se reúnem o eu e o mundo. No entanto, Perls e Goodman (1951 e 1997) alertaram para não ficar apenas na linguagem da representação, desconectada da experiência, mas sim na linguagem como ponto de encontro para se falar e se compreender o vivido.

As terapias sistêmicas construtivistas e construcionistas sociais acreditam na linguagem não apenas como representação, mas também como mudanças, pois permite o especulativo que trabalham as múltiplas possibilidades (Gadamer, 1986 e 1997). Para Loffredo (1994), a técnica proposta pela Gestalt-terapia parece perceber os aspectos patológicos da verbalização, na qual o processo de simbolização ou de representação pode estar desvitalizado. Em função disso, há uma tentativa de procurar integrar as sensações



corporais, as emoções e as verbalizações para possibilitar ao sujeito mais vitalidade e espontaneidade.

Não é uma fala sobre alguma coisa, mas a fala de um vivido. A atenção da Gestalt-terapia é a mesma referida por Merleau-Ponty (1972 *apud* AmatuZZi, 2001b), em que é necessário reencontrar a fala como palavra viva, em que há emoção, já que é nela que o sentido se formula pela primeira vez e passa a estar disponível para os outros. Para Merleau-Ponty (*apud* AmatuZZi, 2001b), o que existe por trás da palavra não é o pensamento, mas sim a intenção de significar, ou seja, a mobilização para falar, o desejo, pois, como asseverou Goolishian (s.d, *apud* Andersen, 1995, p. 10), "não sabemos o que pensamos antes de o dizermos".

O capítulo 4 apresenta os resultados e as discussões dos materiais apresentados, focalizando especialmente os repertórios produzidos e os temas presentes no grupo de ex-cônjuges no processo de divórcio e litígio pela guarda de filhos.

## Capítulo 4: Resultados e Discussão

Historicamente a sociedade brasileira estimula os adultos que estão se divorciando a lutarem vigorosamente por seus direitos e necessidades. Como já se mencionou anteriormente, o projeto JEF é uma alternativa para que os sujeitos envolvidos no litígio assumam sua responsabilidade no processo, de modo a buscar resolver por si só os conflitos e as questões inerentes ao divórcio, para que possam terminar seu relacionamento com dignidade e começar uma nova vida. Assim, através do diálogo e da reflexão, preparam-se os ex-cônjuges para futuros relacionamentos entre pais e filhos no que se refere à custódia e à tomada de decisões.

Este capítulo se propõe a analisar os diálogos entre os ex-cônjuges, os participantes do grupo e os repertórios e sentidos do seu padrão de comunicação para poder, assim, discutir os resultados obtidos nesta pesquisa.

### 4.1 Análise dos diálogos

Segundo Spink (2010), a análise está intimamente associada aos objetivos e aos referenciais teóricos usados na pesquisa, que variam de acordo com o tema investigado. Assim, os pesquisadores, cujo foco principal é a análise dos repertórios e temas presentes no grupo, geralmente priorizam os mapas dialógicos como estratégia analítica, instrumental, possibilitando preservar o contexto interativo e dispor ainda de uma série de vantagens adicionais. Esses instrumentos possibilitam dar visibilidade à interanimação dialógica, aos repertórios interpretativos, a rupturas, ao processo de produção, a disputas e negociações de sentidos, a relações de saber-poder e a jogos de posicionamento.

Os repertórios linguísticos, de acordo com Spink (2010, p. 26), são entidades teóricas muito mais fluidas e flexíveis do que as representações sociais, que são

trabalhadas como teorias, como formas compartilhadas de associar repertórios. Conseqüentemente, por definição, quem trabalha com representações sociais atua em um nível mais estrutural do que quem trabalha com práticas discursivas (ou com uma psicologia discursiva). Ao trabalhar com práticas discursivas não se procuram estruturas ou formas usuais de associar conteúdos, partindo-se do pressuposto que esses conteúdos associam-se de uma forma em determinados contextos, bem como de outras formas em outros contextos.

Os repertórios linguísticos serão trabalhados a partir de uma matriz que engloba três tempos: *tempo longo*, *tempo vivido* e *tempo curto*. Para Spink e Medrado (2013), esses três tempos subdividem-se em: *tempo histórico* (formações discursivas de diferentes épocas), *tempo vivido* (conteúdos derivados dos processos de socialização) e *tempo presente* (o aqui e agora, em que se torna possível a ruptura entre o instituído e o instituinte, possibilitando a atividade criativa e a construção de outros sentidos).<sup>25</sup>

Mesmo que o interesse não seja o de compreender os sentidos, percebe-se a sua intrínseca ligação às práticas discursivas. Segundo Spink e Medrado (2013), o sentido é uma construção social, em empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos à sua volta. Portanto, dar sentido ao mundo é uma força poderosa e inevitável na vida em sociedade.

Dois passos iniciais fundamentam a elaboração do mapa dialógico: 1) a transcrição sequencial (TS); 2) a transcrição integral (TI). Para Nascimento, Tavanti e Pereira (2014),

---

<sup>25</sup> Numa interlocução interessante com pesquisadores da área de história social, o tempo longo tende a apoiar-se em pesquisas utilizadas na revisão bibliográfica. Não sendo historiadores, seria extremamente complicado fazer uma pesquisa histórica para depois entender a linguagem em uso. As conversas são produzidas a partir de diferentes tempos. É o princípio da longitudinalidade; ou seja, conversar implica atentar aos diferentes tempos que se presentificam.

a TS é a primeira aproximação com o material a ser analisado, auxiliando na definição dos temas para uso no mapa. Ela é feita a partir da identificação das falas e vozes presentes no áudio. Procura-se identificar: quem fala; em que ordem cada pessoa fala; sobre o que fala; quais as qualificações de quem fala. É possível também observar quem se detém mais em um determinado assunto e como uma fala – do entrevistador ou de outra pessoa participante no grupo, na oficina ou no debate em torno da elaboração de um documento – provoca a fala de outra pessoa, como se "pegasse o gancho". Por exemplo, com o uso de um argumento contrário, com concordância sobre o que foi dito ou com acréscimo de alguma informação. Pode-se ainda perceber a quem a fala é endereçada e quais os repertórios linguísticos usados para falar de determinado assunto.

A interanimação dialógica (Bakhtin, 1994) é assim a dialogia que se dá na interação entre as pessoas que, ao conversarem sobre algum assunto, expressam suas ideias, opinam, depõem, argumentam e contra-argumentam. Dessa forma, há um jogo de posicionamentos em que alguém se posiciona em relação à fala do outro e alguém é posicionado a partir da fala do outro; é o posicionamento interativo-reflexivo, como denominado por Davies e Harré(1990).

Na sequência, caracterizam-se dos participantes do grupo.

#### 4.2 Participantes do grupo

Cabe ressaltar inicialmente que os nomes apresentados nesta seção são fictícios, a fim de preservar os fundamentos éticos e científicos pertinentes. O sigilo, a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes desta pesquisa garantem a não utilização de informações em prejuízo das pessoas.

*Participantes (ex-cônjuges):*

- a. Patrícia –estudante, 16 anos, participou da sessão junto com a mãe (Joice).
- b. Joice –funcionária pública, 38 anos, mãe da Patrícia.
- c. Cláudia –professora de pós-graduação, educadora física, 39 anos, mãe de dois filhos. O ex-cônjuge André estava também presente no encontro.
- d. André–engenheiro, mestrado no exterior, descendente de alemão, pai de dois filhos. Foi casado com Cláudia, que estava presente na sessão.

*Colaboradoras da pesquisa (psicólogas e educadoras do projeto JEF):*

- a. Raquel –mestranda, 31 anos;
- b. Fabiana –doutoranda, 41 anos;
- c. Fernanda –graduada, 24 anos.

A próxima seção deste capítulo se ancora nos repertórios e sentidos do padrão de comunicação dos pesquisandos, apoiando-se sobremaneira nos mapas de análise temática.

#### 4.3 Repertórios e sentidos do padrão de comunicação de ex-cônjuges

O foco da revisão histórica sobre família, conjugalidade e separação apresentada no capítulo 2 foi entendido como concepção de família historicamente construída e fruto da trajetória de sua existência na sociedade. Para Lévi-Strauss (1986), de acordo com o contexto social, em cada sociedade e em cada época histórica, a vida doméstica passa a assumir determinadas formas específicas, evidenciando que a família não é instituição natural, mas reforçando a compreensão de que ela é socialmente construída de acordo com as normas culturais.

Segundo Spink e Medrado (2013, p. 47), os repertórios são definidos como "conjunto de termos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem". São utilizados

para construir versões das ações, eventos e outros fenômenos que estão à nossa volta. Uma das finalidades do diálogo em grupo é a de entender a circulação dos repertórios de um determinado grupo em um dado momento histórico e social (Aragaki et al., 2014). Tais repertórios<sup>26</sup> sempre estão posicionados em algum lugar, em um determinado tempo, mesmo que isto não esteja claro. Pode-se acompanhar, por meio dos repertórios, atribuídos ao litígio como os participantes dessa pesquisa se interagem e se comunicam nesse contexto. Spink (2010) recomenda fazer uma análise sequencial como uma das primeiras etapas da análise da comunicação em grupos ou em qualquer material mais complexo. No caso dos grupos, a análise feita é a temática,<sup>27</sup> que é uma síntese dos principais aspectos em termos de conteúdo.

O Quadro 1 é uma transcrição sequencial da segunda sessão grupal desta pesquisa. Na transcrição, a primeira coluna foi reservada para aqueles que falam, nomeados como interlocutoras; na segunda coluna – sobre o que fala –, indicam-se ações e argumentos usados na conversa grupal; e, na terceira, foram relacionados os temas identificados pela pesquisadora. Inicialmente, para a organização e análise dos dados coletados, fez-se a descrição do todo, a partir da transcrição sequencial, e o recorte dos temas de maior interesse teórico, mantendo a distinção entre posições de pessoas, suas relações com o todo e a íntegra do discurso. As transcrições foram apresentadas em linhas, para explicitação e identificação do conteúdo a que o mapa de análise temática se refere (Apêndice 1). O material foi gravado, transcrito e informatizado, depois organizado por temas ou categorias conceituais, indicando a representação social ou processos de produção de sentido. O uso de mapas, na pesquisa com grupos, depende do foco, ou seja, dos repertórios.

---

<sup>26</sup> O estudo dos repertórios interpretativos fornece condições para entender a variabilidade e dinâmica dos conceitos em questão, com vistas a identificar a polissemia de sentidos nos discursos produzidos.

<sup>27</sup> Pode-se fazer também a análise de sequências de temas, que é voltada à compreensão da dinâmica do grupo, mas não será o foco deste estudo.

**Quadro 1.** Mapa de análise temática: transcrição sequencial (segunda sessão grupal)

Interlocutoras	Sobre o que fala	Tema
Cláudia	Fala que as pessoas se divorciam para se verem livres de um relacionamento e terem paz.	Divórcio
Fernanda (educadora)	Levanta algumas questões para reflexão: comunicação e comunicação entre pai e filha.	
Joice	Esclarece que o problema de comunicação é entre pai e filha.	Comunicação entre pai e filha.
Fernanda (educadora)	Pergunta como ela pode contribuir para resolver o problema.	
Joice	Fala de comunicação ruim com o ex-cônjuge, de traição, raiva, brigas; a pensão da filha é ela mesma que tem de resolver com o pai.	Comunicação entre ex-cônjuge. Brigas. Traição. Pensão alimentícia.
Fernanda (educadora)	Pergunta se a filha mantém bom relacionamento com o pai.	
Patrícia	Responde que é muito difícil; acusa o pai de não pagar pensão e de distanciamento. Fala que o pai entrou na justiça para pedir a guarda.	Relação pai e filha. Distanciamento da relação. Pensão alimentícia. Pedido de guarda.
Raquel (educadora)	Pergunta o que acha que está acontecendo.	
Patrícia	Diz não saber e sugere que pode ser a nova mulher dele	Um dos ex-cônjuges com um novo relacionamento.
Raquel (educadora)	Pergunta por que esse seria o motivo.	
Patrícia	Diz não saber.	
Joice	Acrescenta que a nova mulher do pai maltratou a filha. Relacionamento com a nova família.	

Joice	Acusa o ex-cônjuge de ter pedido a guarda da filha por motivo de retaliação. Não comparece às visitas.	Pedido de guarda. Visitas.
Fabiana (educadora)	Pergunta a todos do grupo o qual o motivo de o ex-cônjuge pedir a guarda judicialmente.	
Joice	Responde porque a filha não quis ir mais para casa dele.	Relacionamento intrafamiliar.
Fabiana (educadora)	Insiste em esclarecer o que isso significava. Pergunta se ele quer ver a filha.	
Joice	Responde que o motivo é retaliação com ela.	Sentimentos de vingança, raiva, mágoa.
Fernanda (educadora)	Indaga se a atitude do pai não é contraditória, pede a guarda e não comparece às visitas. O que estará acontecendo? Pergunta se alguém pode falar a respeito disso e que retaliação seria aquela.	
Cláudia	Fala que a relação pai e filha está baseando só na questão financeira. Sugere experimentar algo diferente. Diz que não adianta conversar de pensão dessa forma.	Relação pai e filha (financeiro) Valores. Crenças. Construções e criatividade. Pensão alimentícia
Patrícia	Responde que não tem jeito.	Sentimento de impotência
André	Fala dos seus sentimentos de pai diante do contexto. Estão lhe tirando o direito de ficar com os seus. Sugere dar uma nova chance ao pai.	Sentimentos do pai diante da falta de convívio com os filhos. Guarda de filhos. Visitas aos filhos.
Patrícia	Responde que já tentou e não adianta.	Sentimento de impotência



Ivone	Acusa o ex-cônjuge de entender que a filha quer aproximar dele somente para obter dinheiro e explica que é por isso que a filha se distancia.	Problema de ordem financeira. Relação pai e filha.
Fernanda (educadora)	Indaga a dificuldade da comunicação pai, mãe e filhos, em que o motivo da tensão prevalece no lugar do afeto. Por que não conseguimos resolver os nossos problemas e delegamos ao Estado?	
Joice	Demonstra situação emocional	Sentimentos
Cláudia	Apresenta mágoa	Sentimentos
Fernanda (educadora)	Pergunta como vamos fazer para resolver isso.	
André	Fala que já passaram por processos psicoterapêutico e perícia, mas não resolveram o problema.	Processos de intervenção.
Fernanda (educadora)	Pergunta o que acontece para a comunicação ser tão difícil.	
André	Fala da relação conjugal e de o motivo da separação ter sido interferências familiares na educação dos filhos. Relata que procuraram a justiça para resolver seus problemas, mas o acordo judicial das visitas não está atendendo aos seus interesses.	Relação conjugal Cultura. Valores. Crenças. Educação dos filhos. Acordo judicial da visita de filhos.
Raquel (educadora)	Pergunta como se sente.	

André	Conta do seu sentimento de não poder participar mais da vida dos seus filhos. Fala que sempre cuidou sozinho dos filhos pequenos e agora depois que separou ele não é mais um bom pai. As crianças sofrem muito com isso.	Representação social. Papéis sociais.
Cláudia	Conta que, enquanto moravam em SP (sem a família perto), foram cúmplices e parceiros durante o relacionamento conjugal. Conseguiram ser criativos nos papéis de pai e mãe para atender seus objetivos. Mas quando tiveram de relacionar com seus familiares começaram os problemas conjugais. Julga as famílias muito diferentes em relação à educação e cultura. Relata afastamento emocional dentro do casamento e acusa o ex-cônjuge de ter namorado outra mulher, estando ainda em sua casa. Sentiu-se desrespeitada. Em relação às visitas dos filhos, fala que depois de muitas tentativas conseguiram estabelecer um modelo de uma forma bem dividida e detalhada. E os problemas que talvez tenham sobre isso seja só por falta de uma comunicação.	Conflito conjugal. Cultura. Diferenças culturais. Comunicação. Acordo de visitas. Traição. Sentimento de mágoa. Papéis sociais.
Cláudia	Acusa o ex-cônjuge de se colocar como vítima da situação. Isso foi a motivação da ação de alienação parental.	Posicionamento. Valores e crenças. Alienação parental.

Fernanda (educadora)	Indaga se será possível colocar um ponto final.	
Joice	Sugere para os ex-cônjuges colocarem um ponto final na história, começar uma nova história sem mágoas.	Reconstrução. Sentimentos.

**Quadro 2.** Análise temática: representações sociais do discurso (segunda sessão grupal)

Papéis Sociais	Valores sociais, culturais e econômicos	Conflito conjugal	Relação pai e filhos	Divórcio	Sentimento	Pensão/ financeiro
L61 a L62 Joice	L44 a L45 Joice		L5 a L7 Fernanda (educadora)	L1 a L4 Cláudia	L 100 Patrícia	L24 a L27 Patrícia
L147 a L150 André	L135 a L138	L175 a L177	L8 a L11 Joice	L201 a L210 Cláudia	L117 a L119	L41 e L56 a L57 Patrícia
L220 a L223 Andrea	L180 a L183 Cláudia	L186 a L190 Cláudia	L12 a L13 Fernanda (educadora)		L146 André	L83 a L89 Cláudia
L292 a L295 Joice		L190 a L195 Cláudia	L 20 a L 22 Joice		L283 a L284 Joice	
L302 a L303 André		L231 a L235 André	L83 a L89 Cláudia			
L304 a L305 Joice e André		L357 a L358 Cláudia	L83 a L89 Cláudia			
L307 a L316 André			L104 a L106 André			

L317 a L318 André			L289 a L292 Joice			
L336 a L339 Cláudia			L296 a L297 Joice			

A próxima seção deste capítulo se apoia em recortes dos diálogos mantidos nas sessões do projeto JEF para poder discutir assim os resultados à luz da literatura da área.

#### 4.4 Discussão dos resultados

Esta pesquisa se compromete com os eventos cotidianos. Os conceitos e temas parciais que foram analisados ajudam a compreender as possibilidades de ação em um lugar ou contexto específico, não sendo necessariamente generalizáveis, além desse horizonte. Os meios de comunicação nos estudos não são objetos específicos de investigação, mas componentes do campo. A preocupação crescente com a intersubjetividade e com a discussão construcionista sobre linguagem e ação levou a uma perspectiva na qual os horizontes e os lugares eram compreendidos como produtos sociais e não como realidades independentes. O "campo" começou a ser visto não como lugar específico, mas como a situação atual de um assunto, a justaposição de sua materialidade e socialidade (Law e Mol, 1995). Nessa ótica, não é o campo que tem o assunto, mas, segundo Bourdieu (*apud* Ortiz, 1983), é o assunto que tem um campo.

Outra questão também importante neste contexto é o ato de contar histórias, que é importante também na vida cotidiana. Quantas vezes, quando querem relatar uma experiência importante, uma inovação ou uma ação social, as pessoas sentem-se mais confortáveis narrando o processo? Quantas vezes, quando não se sabe como elaborar o texto de uma investigação, recorre-se à segurança da expressão "conte como aconteceu"? Segundo Spink (2003), as pessoas contam histórias e se tornam as histórias que contam.

Os contadores de histórias contam sobre valores, heróis, heroínas, passado e presente, para poderem vir a ser as histórias que são contadas. Ao analisar os enunciados do grupo à questão específica do litígio, o contexto reflete a necessidade de as respostas serem permeadas por histórias, incluídos nelas temas e contextos diversos (conjugalidade, família, economia, cultura etc). Veja o recorte do seguinte diálogo:

Fernanda (educadora): *Conta pra gente o que está acontecendo que tanto dificulta essa comunicação.*

André: *Bem ..., o que aconteceu é que o processo é bem longo e começou com uma série de circunstâncias que eu não aceitava. Nós morávamos em São Paulo e nós viemos pra cá; eu não queria vir. Eu já tinha avisado que não seria interessante porque a nossa vida profissional já estava toda lá, e as crianças já estavam adaptadas lá, então eu aceitei, mas [foi] ela que quis...*

Segundo Griffin (1992), as pessoas esquecem que são histórias, porque não estão acostumadas a associar suas vidas privadas com eventos públicos. Tudo o que se ensina em casa ou na escola foi tingido pela negação e, assim, fica-se tão familiarizado com isso que não se consegue enxergar. É difícil enxergar a vida fora da história. Os segredos de família se misturam aos segredos dos políticos e dos bombeiros. Há tantos fios na história que se passa a suspeitar que cada um deles siga infinitamente à frente e toque todas as coisas e pessoas. Não existe nada sozinho. Tudo tem algo ao seu lado, e os dois são realmente um.

Portanto, os temas encontrados (divórcio, comunicação entre pai e filha, distanciamento, pensão alimentícia, pedido de guarda, visitas, diferenças culturais, etc.) estão envolvidos em histórias nos discursos dos ex-cônjuges. Percebe-se que o campo da

comunicação é um processo contínuo e multitemático, no qual as pessoas e os eventos entram e saem dos lugares, transformando-se em versões que são feitas e utilizadas por pessoas em diálogos. Veja a sequência do diálogo dos ex-cônjuges (André e Cláudia):

André: *Quando a gente morava em São Paulo, ela tinha que [dar] curso em vários finais de semana. Inclusive [era eu] que ficava com os meninos nos finais de semanas sozinho e eles eram bebês; durante dois anos, [era] eu que cuidava deles sozinho. Agora porque separou, eu já não sou um bom pai. [...] No final de semana inteiro, eu ficava de sexta... Eu estou falando, eu estou falando agora, espera aí! Ela viajava, eu não estou exagerando não, eu fiz a contabilidade, metade dos finais de semana durante um ano são 56 finais de semana, ela ficava 26 fora de casa, eu cuidando das crianças, 26. Isso foi durante dois, três anos,[em que] eu ficava com as crianças. Ela viajava sexta à tarde, ao ponto dela deixar leite do seio na geladeira e eu dava para as crianças, para os meninos e ela voltava domingo à noite. Isso foi assim: foram metade dos finais de semana. O que acontece é que nos finais de semana eu tive que trocar fralda...*

Cláudia: *A gente viveu “muito” bem, a gente tinha um relacionamento excelente, maravilhoso, de companheirismo de parceria... [...] Agora do jeito que você fala parece que eu sou a mãe que inadvertidamente eu ia sustentar a gente numa parceria que nós vivíamos, meu peito vazando leite, o meu pé desse tamanho. Eu deixava dezoito mamadeiras prontas, acordava de madrugada, meu peito estourou para deixar sustento para os meninos e buscar sustento para nós, mas foi de muito bom grado que eu fiz isso por nós... [...] Mas o que motivou esta ação de alienação*

*parental foi o seguinte: o André – não sei porque – [assumiu] a postura de ser vítima de todos os fatos. Eu imagino que isso pra ele seja muito ruim...*

Esse diálogo apresenta a mesma situação vista de forma diferente na mudança do contexto. No primeiro contexto, na conjugalidade do casal, os papéis desempenhados eram vistos como uma parceria e cumplicidade. Já no contexto do divórcio, o evento foi usado como uma situação em que existe a vítima e o algoz. Spink (2003) deixou bem claro: ninguém fala sozinho. Todo enunciado é resposta ao enunciado que o procedeu. O discurso está, portanto, atravessado pela dialogicidade. É o que se chama de interanimação dialógica. O enunciado tem um autor (e, portanto, expressividade) e um destinatário, que pode ser participante – interlocutor imediato, presente em um diálogo do cotidiano –, ou um coletivo diferenciado de especialistas em alguma área de comunicação cultural específica, de um público mais ou menos diferenciado, um grupo étnico, contemporâneo, de pessoas de mentalidade semelhante, de oponentes e inimigos, de um subordinado, de um superior, de alguém que lhe é inferior, familiar, estrangeiro e daí por diante. E pode ser também outro indefinido, não concreto.

A análise da fala do ex-cônjuge "André", mencionada anteriormente, é permeada pelos papéis sociais (pai e mãe), e expressa, portanto, a partir das suas representações sociais. É possível compreender que ele busca por um reconhecimento pelo cuidado que destinou aos seus filhos, em vez de se sentir feliz pela oportunidade de interação com os filhos, já que é o motivo de sua mobilização para o litígio.

O estudo da comunicação no divórcio/litígio é um campo-tema que já foi declarado psicologicamente relevante pela quantidade de vezes que ocorre. Há, inclusive, o risco de assumí-lo como óbvio –com fatos independentes e autônomos –, esquecendo-se de que são

construções sociais. Talvez seja o diferencial deste objeto de estudo: a tentativa de compreensão dos temas como uma construção social.

Ao analisar os conceitos bakhtinianos, fundamentos usados para refletir sobre a construção do conhecimento na vida social, adotou-se uma posição socioconstrucionista acerca dos discursos e das identidades sociais (Moita Lopes, 2002). Seu construto teórico se baseia em uma visão constante de incompletude, fluidez e uma atitude dialógica perante os discursos analisados, na qual se reconhecem as inúmeras ideologias que os perpassam, a sua especificidade perante uma situação material de produção específica e, portanto, a impossibilidade de submetê-los à análise por meio de uma teoria acabada, sem perder de vista a sua complexidade.

A fluidez nos discurso é percebida através dos posicionamentos dos pais presentes e presentificados nos diálogos, como se pode observar nas seguintes falas:

*André: Eu quero ter mais contato com os meus filhos e infelizmente eu não estou tendo esta oportunidade. Está sendo cerceada essa oportunidade.*

*Joice: Ele entrou na justiça pedindo a guarda e a juíza até achou estranho demais uma moça de 16 anos o pai brigar por guarda. A juíza achou estranhíssimo.*

O passado está no presente pelas muitas falas e em tempos diferentes. Essas não são homogêneas, mas heterogêneas; às vezes são consensuais, às vezes conflitivas. As diferentes regras institucionais, construídas em momentos diferentes, podem fazer com que a vida diária pareça confortável e inevitável. Elas, entretanto, não são necessariamente seguidas, e quando as segue, nem sempre se faz de maneira cega. Os questionamentos dos pais citados explicitam a postura de reivindicar seus direitos de exercer a paternidade, visto que histórica e culturalmente era importante para a criança somente em relação à mãe e ao



filho. É a presença simultânea, conforme Bloch (1977), de diferentes repertórios de análise e de argumentação que permitem que aquilo que é visto às vezes como inevitável (ou dominante) seja derrubado.

Segundo Lorde (1984, p. 115), todos fomos programados para reagir às diferenças humanas existentes entre nós com medo e repugnância às diferenças, bem como para lidar com essa diferença de uma das três maneiras seguintes: ignorando-a e, caso isso não seja possível, copiando-a, se a considerar dominante, ou destruindo-a, se a considerar subordinada. Mas não há padrões para relacionar através das diferenças humanas como iguais.

Essa questão está evidenciada no discurso dos pesquisandos:

*Cláudia: Ele é descendente de alemão; são pessoas muito boas a família dele, mas com uma cultura diferente, a maneira como eles foram criados é diferente. Eu sou de família mineira, muita gente, a gente é mais afetivo e eles são mais independentes... [...] enfim aí começaram as situações de conflito por ter que conviver socialmente, ele não gostava que a minha família fosse na nossa casa e nem a família dele fosse na minha casa, então foram vários episódios que foram agravando a situação...*

A partir da análise dos resultados deste estudo, infere-se que, na comunicação dos ex-cônjuges, os discursos e os temas estão perpassados pela questão cultural da prevalência da hegemonia. Então, uma psicologia que negue essa relação do indivíduo com sua cultura, ou que afirme que o indivíduo tenha uma lógica própria e independente da cultura, não auxilia na percepção que o indivíduo tem de si mesmo. Ao contrário, ela impede que o indivíduo perceba o que é difícil, para ele, ser senhor de si mesmo,

colaborando ainda mais para sua alienação (Crochik, 1998). Assim, apoiando-se em Lévi-Strauss, este estudo não se atém à família como grupo social concreto, a seus problemas específicos, mas ao que esta revela do mundo social dentro da concepção estruturalista da sociedade como um sistema de relações. E, nesse sistema, entra a linguagem, que é a própria ação. O que se ouve igualmente marca a biologia humana, além de marcar as relações sociais. "Nosso entendimento é, sempre e de alguma forma, emocionado. A compreensão sempre ocorre num estado de ânimo. A presença do homem no mundo é sempre emocionada" (Critelli, 1996, p. 93). A emoção foi analisada como um tema na comunicação entre ex-cônjuges, na qual os educadores provocavam reflexões que os faziam perceber o quanto estavam envolvidos em suas emoções. Veja o seguinte diálogo:

Fernanda (educadora): *Eu fico pensando nisso, porque é tão difícil se comunicar com pai, mãe, filhos, porque a tensão prevalece em uma discussão que deveria ser afeto sobre o vínculo. A gente não consegue discutir um assunto, resolver um assunto que na verdade é nosso e que eu estou delegando ao Estado para resolver?*

Joice : *Emocional, eu acho.*

Cláudia: *Muita mágoa.*

Portanto, este estudo permite afirmar que a diversidade dos conflitos que emergiram durante a vivência da separação potencializaram-se diante dos discursos institucionalizados e defensivos, bem como da atitude de não se colocar de forma verdadeira/autêntica diante do outro, escondendo-se através do que queria passar a ser e não que realmente era. Diante desse contexto, a comunicação autêntica<sup>28</sup> poderá ser de

---

<sup>28</sup> Para Buber (1982c), a linguagem só é autêntica no contexto do encontro, quando se fala para alguém, ouve-se sua resposta, posiciona-se face a ela, gerando outra resposta, e assim por diante. É só no dinamismo

grande importância para a elaboração dos problemas inerente ao processo de divórcio litigioso.

Conforme Amatuzzi (1989), cada conjunto de pessoas é definido em função de tradição comum, ações, coisas sofridas e reações. Cada grupo social, enfim, fala uma língua própria, que não se compreende somente a partir do dicionário da sua língua, do dialeto, da linguagem. Tudo determinado pelo conjunto de elementos envolvidos na comunicação. Dessa forma, a partir do discurso, foi possível verificar que os sofrimentos e as vivências no processo de litígio podem criar uma língua própria, como também cada pessoa inserida nesse contexto possui sua língua própria. É a compreensão dessa linguagem singular que interessa a este estudo.

De acordo com Peres (2009), o valor da comunicação não reside somente na informação ou no intercâmbio de ideias que ela propicia, mas na possibilidade de o sujeito expressar a sua singularidade, definir-se ao entrar em contato com a expressão singular do outro, da forma mais profunda possível, realizando uma comunicação intersubjetiva. No entanto, desde o início de sua existência, o indivíduo se encontra envolvido em uma teia de relações, que engloba a comunicação, e em um complexo processo de aquisição de regras de comunicação. Portanto, há somente uma noção básica daquilo consiste esse corpo de regras. Assim, a comunicação é, sem dúvidas, um dos primeiros fenômenos que promove o relacionamento entre o indivíduo e o mundo. É a primeira condição humana que estará sempre presente nas relações interpessoais do indivíduo enquanto um ser que interage com seu meio social.

Trabalhar com comunicação inclui uma questão ética, pois somente o ato comunicativo pode tornar cada homem próximo de outro homem. Somente um saber

---

dessa sequência que ocorre o encontro como ato consigo mesmo, momento que também se é conhecido e conhecedor. E isso é indissociável do ser do outro ou do ser da comunidade.

comum – ou seja, uma identificação entre as pessoas – aproxima as consciências e realiza a comunicação, bem como o amor e a ética. Destarte, profundamente ética é a fenomenologia de Husserl, que propõe uma unidade intersubjetiva, que se estende da unidade entre duas pessoas até a unidade ideal da humanidade. Essa unidade não significa nem uniformidade, nem tampouco unanimidade. Assim, por mais unida que seja uma família, não se espera que todos os seus membros pensem da mesma forma, mas que se motivem uns aos outros.

Ademais, ao propor uma unidade por meio do múltiplo ou da pluralidade, Husserl convida tanto à reflexão sobre o que obsta a constituição de uma intersubjetividade mais autêntica, mais verdadeira, quanto ao chamado pelo amor cristão "a entrar em relação com os homens, a se abrir a eles e a abri-los a eles próprios, etc. – tudo isto segundo uma possibilidade prática cujos limites são éticos e, sendo assim, eles próprios fixados pelo amor ético" (Husserl, 1973/2001 *apud* Villela- Petit, 2001, p. 142).

No tocante a este trabalho, houve aproximações significativas relacionadas a essa temática, possibilitando um adensamento sobre o universo do divórcio e litígio. Assim, segundo Féres-Carneiro (1998), na sociedade contemporânea, os indivíduos divorciam-se não porque o casamento não seja importante, mas porque seu valor é tão grande que os cônjuges se recusam a não corresponder às suas expectativas.

Segundo Bauman (2004), na conjugalidade, os compromissos do tipo "até que a morte nos separe" parecem, cada vez mais, uma armadilha que se deve evitar a todo custo, pois se transformam em contratos do tipo "enquanto durar a satisfação", temporais e transitórios por definição. Ao ser influenciado por projetos de impacto pragmático – e assim passíveis de ruptura unilateral – um dos parceiros pode perceber melhores oportunidades e maior valor fora da parceria do que nas tentativas de salvá-la a qualquer

custo. Assim, existe a necessidade de um meio termo comum, ao qual a sociedade atribua novos significados para o laço conjugal de acordo com as atuais condições da cultura.

Ressalta-se que os casais que não se sentem ouvidos ou entendidos, que não conseguem expressar seus sentimentos e desejos, que se submetem ou violentam por causa da comunicação, que se pautam mais pelo que não é dito, que não confiam nas palavras, são alguns dos inúmeros exemplos de problemas de comunicação nas relações humanas (Cervený, 2004).

Em relação ao desenvolvimento humano por meio da comunicação, nota-se que a linguagem da pessoa ensina a si mesmo, na interação da pessoa com o mundo, no seu discurso. Percebe-se um sentido que transcende o emprego das palavras, dos vocábulos e expressões idiomáticas próprias da cultura e da língua em que se exprime. É um estilo singular, único, incomparável a qualquer outro, que pode ser essa a maneira de estar no mundo. Para AmatuZZi (1989, p. 34), "na realidade, a fala falada é o produto enrijecido e objetivo que resulta das falas originais, que se cristaliza na língua disponível ou em seres culturais, formas de discurso, mas que, ao mesmo tempo e por ser exatamente isso, instrumentaliza outras falas".

Considera-se relevante entender também as condições de um diálogo autêntico, que seria a forma ideal de se expressar e de se ouvir (Buber, 1999), pois a palavra proferida é uma atitude efetiva, eficaz e atualizadora do ser do homem. Semelhante a esse conceito, Marcondes Filho (2004) afirmou que há um momento no processo comunicacional em que se dá o estalo, o impacto de quem constata o "a-há", um momento em que o outro, enfim, percebe, sente o que se está dizendo, entende e vive como o outro, complementa o que se diz e participa do mesmo mundo. São arrebatados e misturam-se ao outro.

Assim, o processo de comunicação compreendido por Marcondes Filho também foi pertinente a este estudo. O autor o descreveu como um acontecimento, um encontro feliz, um momento mágico entre duas intencionalidades que se produz no "atrito dos corpos". Daí se tornam palavras, músicas, ideias, também como corpos, que vem da criação de um ambiente comum em que os dois lados participam e extraem dessa ação em algo novo, inesperado. Esse “algo”, que não estava em nenhum deles, altera o estatuto anterior de ambos, apesar de as diferenças individuais se manterem. Não se fundem duas pessoas em uma só, pois é impossível que uma veja a partir do interior da outra. Portanto, ambos participam de um mesmo e único mundo no qual entram.

Destarte, a comunicação é um processo social, um acontecimento, uma combinação de múltiplos vetores (sociais, históricos, subjetivos, temporais, culturais), é um vínculo que se estabelece entre dois seres que sinalizam um para o outro e tentam colocar em contato mundos que são próprios, peculiares e interiores a si mesmos.

Ressalta-se que assumir a autoria do litígio é também perder a tendência das pessoas de tentarem responsabilizar o outro e se colocarem como vítimas nesse contexto. Assim, a diversidade de conflitos que emergem durante a vivência da separação, bem como o fato de não se apresentar de forma verdadeira/autêntica diante do outro, se potencializa diante de discursos vazios e defensivos, ou se esconde por meio do que queria “ser, não ser, mas o que realmente é”. A comunicação autêntica pode ser um elemento-chave no enfrentamento e superação dos desafios inerentes a esse processo. Em especial, em situações em que “se eu não tiver a quem falar e quem me ouça totalmente, eu não me expresso e, conseqüentemente, não atualizo o meu ser”(Amatuzzi, 1989).

Percebe-se que os casais constroem um sistema de significados baseados na cultura e confirmam isso em suas fantasias, discursos e rigidez dos papéis, sem se darem chances a outras oportunidades. Alguns casais separados jamais rompem seus elos, pois seguem

criando dificuldades mútuas, impedindo de se reconduzirem à própria vida com real autonomia. Com base nessa perspectiva, Peres (2013, p.416) afirma:

O litígio é a expressão do vivido e do sentido pelos ex-cônjuges nas experiências do casamento e do divórcio, em relação recursiva e contraditória com as representações da sociedade [...]. Dito de outra forma, o litígio na família pela guarda de filhos é um processo que expressa a complexidade do viver humano, não podendo ser reduzido às representações sociais sustentadas por crenças e mitos que o institucionaliza, tanto a serviço da ordem médica quanto da ordem judicial. Essas ordens perpassam pela história de desenvolvimento do sujeito, porém nunca a determina.

Por último, este estudo mostrou-se importante na compreensão do contexto do divórcio, ao analisar, na perspectiva do construcionismo social, sua complexidade e repercussão na vida das pessoas envolvidas.

## Conclusões

Este estudo – cuja metodologia usada foi de cunho qualitativo, com análise das práticas discursivas – teve como objeto o processo de comunicação, a avaliação do conteúdo e dinâmica em um grupo de ex-cônjuges no contexto de litígio pela guarda de filhos.

O grupo pressupôs a participação de ex-cônjuges – cuja seleção foi de forma randômica – e de educadores (professores, mestrandos, doutorandos e psicólogos), os quais argumentaram e produziram opiniões de caráter individual ou coletivo sobre os temas relacionados ao litígio.

A coleta de dados ocorreu na segunda sessão grupal, realizada na Clínica-Escola de Psicologia da PUC-GO, onde o projeto JEF construiu um espaço aberto para o diálogo e para uma imersão mais profunda na questão da família. Com isso, podem-se minimizar os conflitos marcados por hostilidades, raiva, mágoas.

O foco desta pesquisa se ateve aos padrões de comunicação usados nos diálogos entabulados entre os ex-casais. Além de tentar apreender o fenômeno social no momento de sua ocorrência – o que exigiu o levantamento teórico –, fez-se necessário também o emprego de recursos metodológicos diferenciados, para que se pudesse compreendê-lo da forma mais ampla e profunda possível.

Em face dos pressupostos e considerações deste estudo, foi possível chegar às seguintes conclusões:

- Na sociedade contemporânea, há uma disparidade entre o discurso e a realidade vivenciada pelas pessoas. Apesar de muitas uniões não se fundamentarem no amor, este continua sendo um sentimento importante, um instrumento de sonho para determinados homens e mulheres. A mudança está na maneira de vivenciar e nomear o amor, cuja



manifestação está vinculada a seu tempo e contexto. Daí as mudanças na maneira de manifestar o amor ao ser amado (beijos, abraços, carícias) foram sofrendo transformações ao longo da história.

- Muitas pessoas se sujeitam a condições para conviver com o outro, mesmo que verdadeiramente não exista a conjugalidade.

- Como a união ocorre entre duas pessoas, não adianta somente um querer mudar a situação, enquanto o outro continua com os mesmos costumes.

- Cada crise, ou passagem para o novo, pode resultar em mudanças de aspectos importantes na pessoa e em seu modo de ser. Quando a harmonia se sobrepõe, as pessoas passam a enxergar novas perspectivas de vida e a caminhar de forma decidida.

- A ruptura conjugal pode trazer à tona outras separações vivenciadas desde a primeira infância até a perda de um ente querido. A dor da separação pode ser intensa ou não, dependendo da assimilação das perdas acumuladas durante a vida. A ruptura pode englobar perdas de amigos, de filhos, de estilo de vida, de perfil socioeconômico, da autoestima e do sentido da vida.

- Muitas vezes, os cônjuges não conseguem romper com a união e tendem a manter suas vidas separadas dentro do próprio lar, onde passam a conviver como amigos, como irmãos. Suas características de casal tornam-se distantes por falta de coragem, de recursos próprios ou, até mesmo, por comodismo diante de determinadas situações.

- A decisão de assumir a separação pode causar impactos na vida pessoal e abalar, às vezes, a estrutura emocional, fato que pode obstar a separação. Há o desejo da separação, mas sobrevém o medo de concretizar a decisão.

- Para consumir a separação, existem muitos tipos de tomada de decisão: desde o nível do sonhado, do planejado, do conversado, do concretizado, até que se passe a viver

em casas separadas, ou efetivem a separação judicialmente. Os sonhos e as expectativas do casal podem se romper juntamente com o fim da união.

- Algumas fases são percebidas: o início da insatisfação conjugal; a perda da esperança de superar o declínio do casamento; a decisão para a separação; e, finalmente, a separação, que pode até mesmo durar vários anos.

- Apesar das leis que oficializam a separação, muitas pessoas não estão preparadas para enfrentar grandes mudanças. A separação pode ser vista como fracasso, pois há pressão familiar e da própria sociedade contra o término do casamento.

- Ao decidir pela separação e oficializá-la, o casal passa a assumir a situação de não estar juntos, ou seja, de estar separados. A legalização pode envolver aspectos importantes na vida pessoal, como a mudança de identidade refletida na mudança de estado civil.

- Para a pessoa que decidiu separar-se judicialmente, existem leis que regulamentam a separação judicial, o divórcio, a dissolução da sociedade de fato. A decisão da separação é parcial. A pessoa que solicita a separação poderá ser considerada culpada, enquanto a outra assume a condição de vítima. Existe aquele que deixa e o outro que é deixado.

- Ao tomar consciência do processo de separação, a pessoa pode passar por etapas semelhantes a qualquer outra passagem do desconhecido para o novo, mas com o sentimento diferente. Há a sensação de que algo de ruim está acontecendo, por mais que a vontade de se separar já esteja instalada há muito tempo. A questão cultural vai além do controle individual, pois a concepção da sociedade sobre pessoas "separadas" é carregada de conceitos preestabelecidos e moralistas, na maioria das vezes acusatórios e discriminatórios.

- Quando a separação é concluída, a pessoa defronta-se com a etapa de adaptação à nova situação com todas as mudanças que o processo envolve. Há chances de arruinar-se com o sentimento de culpa por ter deixado a outra pessoa, ou a possibilidade de ter uma vida realizada, que pode ser equiparada à felicidade.

- No processo de dissolução do vínculo conjugal, ao sair de casa ou de ser deixado, as expectativas e as apreensões parecem tomar conta da pessoa, e a ansiedade vem à tona, com reações e sentimentos diversificados.

- Para a maioria das pessoas, os primeiros dias depois da separação podem ser impactantes, mesmo que a relação entre os cônjuges seja conflituosa, desgastante, surgindo posteriormente o sentimento de alívio.

- Com a separação, existem alterações de aspectos importantes na vida da pessoa, que podem ser intensificadas quando, além da ruptura da convivência, as mudanças forem radicais. O exemplo é a queda do nível financeiro que pode modificar o padrão de vida – cujas características possibilitavam algumas regalias, tais como empregada, carros, eletrodomésticos sofisticados – para outro padrão. Daí as necessidades passam a ser revistas. Nas famílias consideradas economicamente sem condições de arcar com seu sustento, é possível que a dificuldade financeira aumente, excluindo ainda mais a pessoa do acesso aos bens necessários para a sobrevivência.

- No processo de separação conjugal, há a separação das partes envolvidas e a separação com partilha dos bens do casal. Algumas pessoas deixam tudo para o outro, como forma de livrar-se de um incômodo, mas é rara a pessoa que tenha real consideração pelo outro no momento da partilha.

- Apesar de todas as dificuldades, a guarda compartilhada oferece o meio de efetivação do poder familiar, ainda que a separação conjugal tenha se consumado.

- Muitas vezes, em especial quando se trata de famílias economicamente necessitadas, o processo de separação não encontra registro de bens para partilhar. Nesse caso, os filhos passam a ser alvo de brigas, seja pelo motivo da recusa ao pagamento da pensão alimentícia, seja pela solicitação da guarda ou das visitas.

- Para algumas pessoas, separar-se do cônjuge significa também separar-se da família (filhos, sogros, cunhados, tios, dentre outros). Essa atitude pode não só levar a muitos desencontros, desavenças, mas também pode gerar nos filhos um sentimento de vazio, de desprezo por parte dos pais. Separar-se do cônjuge não significa separar-se de tudo o que ligava os dois, dos amigos, dos parentes. Isso acontece justamente pela crença de que, ao se desligar cada vez mais das pessoas que faziam parte do cotidiano do casal, a separação possa ser amenizada pelo distanciamento. Esse, entretanto, não é o melhor caminho para enfrentar a realidade. Caso seja essa a forma escolhida para a desvinculação do outro, a pessoa certamente acabará chegando frente a frente com a realidade e, assim, será mais difícil conseguir superar o desafio.

- Se as incompatibilidades conjugais são irreversíveis, os problemas são constantes na vida a dois, e o casal vive em um clima de tensão constante, com opressão, mal-estar. Esse ambiente é extremamente pesado para o casal e os filhos. Assim, em muitos casos, a separação representa alívio em vez de trauma.

- À medida que ganha espaço social de validação como alternativa viável de vida, a separação torna-se uma atitude melhor do que arrastar um casamento destrutivo, pois as situações traumáticas, impostas pelo próprio contexto social, tendem a diminuir.

- Há pessoas que, mesmo estando separadas, continuam casadas pelo desejo de vingança, o que faz com que elas envolvam os filhos diretamente nas batalhas. Pais denigrem-se mutuamente na frente dos filhos, que ficam no meio do conflito e são usados, geralmente, como competição pelo afeto. Como consequência, os filhos podem carregar

consigo problemas que vão desde o comprometimento da autoestima até a visão corrompida das imagens do pai e da mãe.

- Muitas vezes, com o desejo dos filhos de que os pais voltem a viver juntos, surge o desejo de vê-los mais frequentemente. É interessante ressaltar que não é somente a separação em si que é traumática, e nem sempre ela é tida como tal; é necessário que os filhos sintam que pai e mãe, mesmo sem viverem juntos, continuam assumindo a responsabilidade de cuidar deles com amor e atenção.

- A questão das visitas é bastante complicada: por um lado, alguns pais não visitam frequentemente os filhos para se vingar, de certa forma, da ex-esposa. Por outro lado, é a mulher que, por ressentimento, cria inúmeras maneiras de impedir o contato entre o pai e os filhos, proibindo sua aproximação, ainda que esse direito esteja resguardado nas cláusulas da separação. Diante dessa guerra de fogo, a dor dos filhos é grande: sentem-se confusos com relação ao desejo de estar com os pais e, ao mesmo tempo, querem ser leais e amorosos com a mãe que, muitas vezes, sofre com a traição. Esse sentimento é muito negativo para as crianças.

- A questão é a seguinte: é possível separar-se do cônjuge quando a convivência se torna insuportável ou quando se chega à conclusão de que a pessoa com quem se pensou viver o resto de sua vida não é a ideal. Entre pais e filhos, porém, a questão é diferente, mesmo quando não se tem os pais ou os filhos que gostariam de ter. O processo de desvinculação é mais difícil, ou até impossível.

- O estudo dos repertórios interpretativos possibilitou entender como os padrões de comunicação de ex-cônjuges no divórcio e no litígio pela guarda de filhos fornecem condições para identificar a polissemia de sentidos nos discursos produzidos nas sessões grupais com ex-cônjuges, como as desenvolvidas pelo projeto JEF.

Para finalizar, fica claro, portanto, que o divórcio se insere no contexto familiar, sob influência de diversas experiências conjugais e familiares, sendo fundamental atentar para as experiências anteriores ao divórcio e, ainda, observar a infinidade de circunstâncias econômicas, sociais e culturais. Espera-se que este trabalho amplie a compreensão sobre divórcio e litígio e ainda revele a importância da assistência psicológica às famílias nessas fases de transição.

## Referências

- Amâncio, L. (1998). *Masculino e feminino – A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Amatuzzi, M. M. (1989). *O resgate da fala autêntica*. Campinas, SP: Papyrus.
- Andersen, T. (1987). The reflecting team: dialogue and metadialogue in clinical work. *Family Process*, v. 26, n. 4, pp. 415-428.
- Andersen, T. (1991). *The reflecting team: dialogues and dialogues about dialogues*. New York: W.W. Norton.
- Andersen, T. (1995). Reflecting processes, acts of informing and forming: you can borrow my eyes, but you must not take away from me. In: Friedman, S. *The reflecting team in action*. New York: The Guilford Press.
- Anton, I. L. C. (2000). *A escolha de cônjuge: um entendimento sistêmico e psicodinâmico*. Porto Alegre: Editora ArtMed.
- Ariés, P. (1981). *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- Ariés, P. (1986). *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- Bakhtin, M. (1994). Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes. pp. 277-326.
- Bakhtin, M. (1997). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- Barreto, L. H. D.(2003) Considerações sobre guarda compartilhada. *Jus/A Navigandi*, Teresina, ano 7, n 108, 19 out. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4352>
- Bateson, G. (2000). *Steps to an ecology of mind*. Chicago: The University of Chicago Press. [Edição original 1972].

- Bateson, G., Jackson, D. D., Haley, J., Weakland, J. H. (1984). A caminho de uma teoria da esquizofrenia. In: Bateson, G. e outros. *Schizophrenie und Familie*. Frankfurt/M, Suhrkamp, pp. 11-43. Extraído de: "Towards a Theory of Schizophrenia". Behaviour Science, vol . 1, pp. 251-246. Trad. Ciro Marcondes Filho.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. São Paulo: Jorge Zahar.
- Beck, U. (1993). *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage, 1993. [Published in Germany in 1986].
- Berger, P., & Kellner, H. (1970). Marriage and the construction of reality. Em P. H. Dreiazel. (Org.), *Recent sociology*, New York: The Mac Millow Company.
- Bernstein, A. C. (2002). Recasamento: Redesenhando o casamento. In P. Papp (Ed.), *Casais em perigo: Novas diretrizes para terapeutas* (pp. 295-323). (D. A. E. Burguño, Trans.) Porto Alegre: Artmed.
- Biasoli-Alves, Z. M. M. (2004). Pesquisando e intervindo com famílias de camadas diversificadas. In: C. R. Althoff, I. E., R. G. Nitschke (Orgs.). *Pesquisando a família: olhares contemporâneos*. Florianópolis: Papa-livro. pp.91-106.
- Bilac, E. D. (2000). Família: algumas inquietações. In: Carvalho, M. C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez.
- Bock, A. M. B., Teixeira, M. L. T., Furtado, O. (1995). *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. 8.ed. São Paulo: Saraiva.
- Bock, A. M. B. (2003). *A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia*. Petrópolis: Vozes.
- Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. L. (2003). *A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia*. Petrópolis: Vozes.
- Bowlby, J. (2004). *Separação: angústia e raiva*. Vol II. São Paulo: Martins Fontes.



- Brigagão, J. I. M., Nascimento, V. L. V., Tavanti, R. M., Piani, P. P., Figueiredo, P. P. V. (2014). Como fazemos para trabalhar com a dialogia: a pesquisa com grupos. In: Spink, M. J. et al. (Orgs.). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Eldenstein de Pesquisa Social, pp. 73-96.
- Brito, L. M. T. de. (2008). *Paternidades contestadas: a definição de paternidade como um impasse contemporâneo*. Belo Horizonte: Del Rey.
- Brown, F. H. (1995). A família pós-divórcio. In: Carter, B.; McGoldrick, M. (Orgs.). *As mudanças no ciclo de vida familiar*. Porto Alegre: Artmed.
- Buber, M. (2001). *Eu e tu*. 8. ed. São Paulo: Centauro.
- Buber, M. (1982). *Do diálogo e do dialógico*. Trad. Marta Ekstein de Souza Queiroz e Regina Weinberg. São Paulo: Perspectiva.
- Buber, M. (1962). *Le problème de l'homme*. Traduction par Jean Loewenson-Lavi (Philosophie de l'esprit). Paris: Aubier.
- Bueno, C. M. B. P. (2004). *Aves raras na profissão: a presença masculina na psicologia e no Serviço Social*. 2004. 202 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) –Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca.
- Caillé, P. (1994). *Um e um são três: o casal de auto-revela*. São Paulo: Summus.
- Callil, V. L. L. (1987). *Terapia familiar e de casal*. 2 ed. São Paulo: Summus.
- Camargo Jr., K. R., Rohden, F., Caceres, C. (2009). *Ciência, gênero e sexualidade*. *Biblioteca Digital CLAM*. Texto apresentado no Diálogo Latino-Americano sobre Sexualidade e Geopolítica, Rio de Janeiro, 24-26 ago. Disponível em: [http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/detalhes.asp?cod\\_dados=973](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/detalhes.asp?cod_dados=973).
- Carpenedo, C., Koller, S. H. (2004). Relações amorosas ao longo das décadas: um estudo de cartas de amor. *Revista Interação em Psicologia*, v.1, n. 8, pp. 01-13.
- Caruso, I. (1982). *A separação dos amantes*. São Paulo: Diadorim: Cortez.

- Cezar-Ferreira, V. A. M. (2007). *Familia, separação e mediação: Uma visão psicojurídica*. 2. ed. São Paulo: Método.
- Cruz, H. M. (1998). *Funções da linguagem: Uma contribuição às terapias construcionistas*. Trabalho apresentado no III Congresso Brasileiro de Terapia Familiar e I Encontro Latino Americano ABRATEF, de 29/07 a 02/08.
- Curado, J. C. (2008). *Gênero e sentidos do trabalho social*. Campo Grande: UCDB.
- Del Priore, M. (2006). *História do amor no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto.
- Dinis, N. F. (2003). Na busca da percepção perdida: caminhos merleau-pontyanos em Clarisse Lispector. *Revista de Letras*. n. 59, Curitiba. 2003, p. 47 - 59. Disponível em [http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/detalhes.asp?cod\\_dados=1578](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/detalhes.asp?cod_dados=1578)  
Acesso em 08 de outubro de 2014.
- Ducati, D. C. P. (2005). O luto pela separação nas relações amorosas. In: Casellato, G. (Org.). *Dor silenciosa ou dor silenciada? Perdas e lutos não reconhecidos por enlutados e sociedade*. Campinas: Livro Pleno.
- Durham E. R. (1986). *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac & Naif.
- Edwards, D. (2004). Psicologia discursiva: teoria da ligação e método como um exemplo. In: Iñiguez, L. *Manual de análise do discurso em Ciências Sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Engels, F. (1985). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Farrington, K.; Chertok, E. (1993). Social conflict theories of the family. In: Boss, P. G.; Doherty, W. J.; La Rossa, R.; Schumm, W. R.; Steinmetz, S. K. (Ed.). *Sourcebook of family theories and methods: A contextual approach*. New York: Plenum, p. 357-381.
- Ferber, R. (1979). Comments on papers on life cycle analysis. *Advances in Consumer Research*, Ann Harbor, v. 6, pp. 146-148.

- Féres-Carneiro, T. (1998). Alienação parental: uma leitura psicológica. In: Apase (Org.). *Síndrome de alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos*. Porto Alegre: Equilíbrio. pp. 73-80.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 11, n. 2, pp. 379-394
- Foucault, M. (2003). *Vigiar e punir*. 27. ed. Petrópolis: Vozes.
- Garcia, M. L. T., & Tassara, E. T. O. (2003). *Problemas no casamento: Uma análise qualitativa*. Estudos de Psicologia (Natal), 8, 127-133.
- Geertz, C. (1978). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gergen, K. J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, v. 40, pp. 266-275.
- Gergen, K. J. (2001). *An invitation to social construction*. Sage Publications: London.
- Gergen, K., Tchatchenkekery, J. T. (2004). Organization science as social construction: postmodern potentials. *The Journal Applied Behavioral Science*, v. 40, n. 2, pp. 228-249.
- González Rey, F. (2006a). As representações sociais como produção subjetiva: seu impacto na hipertensão e no câncer. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 8, n. 2, pp.69-85.
- González Rey, F. L. (2006b). O sujeito que aprende: desafios do desenvolvimento do tema da aprendizagem na psicologia e na prática pedagógica. In: M. C. V. R. Tacca. *Aprendizagem e trabalho pedagógico*. Campinas, SP: Átomo: Alínea.
- González Rey, F. L. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira.
- Grandesso, M. A. (2000). *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Grossi, M. P., Heilborn, M. L., & Rial, C. (1999). Entrevista com Joan Wallach Scott. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, v. 6, n. 1, pp. 114-124.
- Guanaes, C. (2006). *A construção da mudança em terapia de grupo: um enfoque construcionista social*. São Paulo: Vetor.
- Guanaes, C., & Japur, M. (2005). Sentidos de doença mental em um grupo terapêutico e suas implicações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]*, v. 21, n. 2, pp. 225-258.
- Gueiros, D. A. (2002). Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. *Revista Serviço Social e Sociedade*. n. 71, ano XIII.
- Giddens, A. (1992). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Ed. Unesp.
- Hacking, I. (2001). Por qué preguntar de qué? In: I. Hacking. *La construcción social de qué?* Barcelona: Paidós. pp. 17-68.
- Hare-Mustin, R., & Marecek, J. (1994). Asking the right questions: Feminist psychology and sex differences. *Feminism and Psychology*, 4, 531-537
- Harway, M., & Wexler, K. (1996). *Treating the changing family*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Heller, A. (2004). *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra.
- Hoffman, L. (1981). *Foundations of family therapy*. New York: Basic Books.
- Hoffman, L. (1985). Beyond power and control: forward a “second order” family systems therapy. *Family Systems Medicine*, v. 3, n. 4, pp. 381-396.
- Hoffman, L. (1988). A constructivist position for family therapy. *The Irish Journal of Psychology*, v. 9, n. 1, pp. 110-129.
- Iamamoto, M. V. (2006). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 10. ed. São Paulo: Cortez.

- Jablonski, B. (1998) *Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir.
- Kaslow, F. W., Shwartz, L. L. (1995). *As dinâmicas do divórcio: uma perspectiva do ciclo vital*. Campinas: Editorial Psy.
- Krom, M. (2000). *Família e mitos: prevenção e terapia – resgatando histórias*. São Paulo: Summus.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social*. São Paulo: Edusc.
- Lévi-Strauss, C. (1956). A família. In: Shapiro, H. L. *Homem, cultura e sociedade*. São Paulo: Fundo de Cultura.
- Lévi-Strauss, C. (1962). *O totemismo hoje*. Lisboa: Edições 70, 1986. (Perspectivas do Homem, 26).
- Lévi- Strauss, C., Lefort, C., Lefebvre, H., Heusch, L. de; Segag, L., & Barthés, R. (1967). *O método estruturalista*. In: Lévi- Strauss, C. (Org.), tradução de Escolar, C. H. Zahar Editores: Rio de Janeiro.
- Lorde, A. (1984). *Sister outsider*. Freedom, CA: Crossing Press.
- Makoni, S., & Pennycook, A. (2006). *Disinventing and reconstituting language*. Clevedon, UK: Multilingual Matters.
- Marcondes Filho, C., & Bateson, G. (2002). *O espelho e a máscara: o enigma da comunicação no caminho do meio*. São Paulo: Editora Unijuí: Discurso Editorial.
- Marcondes Filho, C., & Bateson, G. (2004). *Até que ponto, de fato, nos comunicamos?* São Paulo: Paulus.
- Marcondes Filho, C., & Bateson, G. (2007). *Revista ExIst0.com.*, São Paulo, n. 12, jan/abr Disponível: <http://www.eca.usp.br/nucleos/filocom/existocom/index.html>.
- Mariotti, H. (2000). *As paixões do ego: complexidade, política e solidariedade*. São Paulo: Athena.

- Marra, A. V., & Brito, V. G. P. (2011). *Construcionismo social e análise do discurso: uma possibilidade teórico-metodológica*. Texto apresentado no XXXV Encontro da ANPAD, de 4 a 7 de setembro, Rio de Janeiro.
- Martinez, N. Z. (1999). O papel da paternidade e a padrectomia pós- divórcio. In: *A guarda compartilhada (online)*. Disponível em: <http://www.pailegal.net>. Acesso em: 10 maio 2002.
- Marx, K. (2006). *O capital: crítica da economia política*. Livro I, v. I, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Maturana, H. R. (1993). Uma nova concepção de aprendizagem. *Dois Pontos*, v. 2, n. 15.
- Maturana, H. R. (1998a). *Da biologia à psicologia*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Maturana, H. R. (1998b). *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Maturana, H. R. (2001). *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Org. e trad. Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Maturana, H. R., & Varela, F. (2001). *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena.
- Maturana, H. R., & Zöller, G. V. (2004). *Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano*. São Paulo: Palas Athena.
- Merleau-Ponty, M. (1960). *Signes*. Paris: Gallimard.
- Merleau-Ponty, M. (1945/1967). *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard.
- Merleau-Ponty, M. (1996a). *Fenomenologia da percepção*, São Paulo: Martins Fontes.
- Merleau-Ponty, M. (1996b). *Le visible et l'invisible*. Paris: Gallimard.

- Merleau-Ponty, M. (1998). *Notes de cours sur l'origine de la géométrie de Husserl*. Paris: PUF.
- Minuchin, S., & Fishman, H. C. (1990). *Técnicas de terapia familiar*. Porto Alegre: Artes médicas.
- Morin, E. (2001a). *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2001b). *Ciência com consciência*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Nasio, J. D. (1997). *O livro da dor e do amor*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Nazareth, E. R. (2004). Família e divórcio. In: Cerveny, C. M. O. (Org.). *Família e divórcio*. São Paulo: Casa do Psicólogo. pp. 25-37.
- Nery Junior, N., & Nery, R. M. A. (2003). *Código Civil: anotado e legislação extravagante*. 2 ed. Rev. e ampl. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- Neubern, M. (1999). *Fragmentos para uma compreensão complexa da terapia familiar: Diálogos epistemológicos sobre as emoções e a subjetividade no sistema terapêutico*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade de Brasília, Brasília.
- Nogueira, C. (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: perspectiva feminista crítica na psicologia social*. Tese (Doutoramento) – Universidade do Minho, Braga.
- Oliveira, N. H. D. (2009). *Recomeçar: família, filhos e desafios [online]*. São Paulo: Editora Unesp: Cultura Acadêmica.
- Paulo, B. M. (2009). Em busca do conceito de família. *Revista Brasileira de Direitos das Famílias e Sucessões*, v. 12, pp. 31-69.

- Peck, J. S., & Manocherian, J. (1995). Divórcio. In.: Carter, Betty e McGoldrick, M. *As mudanças no ciclo de vida familiar*. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Peixoto, C. E., Singly, F., & Cichelli, V. (Org.) (2000). *Família e individualização*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Peres, V. L. A. (2012). O desenvolvimento da afetividade no cenário social familiar. *ECOS: Estudos Contemporâneos da Subjetividade*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, pp.186-199.
- Peres, V. L. A. (2013). *Justiça Educativa de Família*. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 23, n. 4, p. 415-424, out./dez.
- Peres, V. L. A. (2014). Justiça Educativa para Pais: Família Unida mesmo separada (entrevista). *Revista Tribunal de Justiça de Goiás TJGO*, v.18, ano 5, pp. 28-33.
- Petrelli, R. (1999). *Para uma psicoterapia em perspectiva fenomênico-existencial*. Goiânia: Ed. UCG.
- Philippi, M. (2004). *Co-construindo pontes entre a Gestalt-terapia e as terapias sistêmicas construtivistas construcionistas sociais: subjetividade e intersubjetividade em questão*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília.
- Piscitelli, A. (2004). Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Cláudia de Lima e Schmidt, Simone Pereira. *Poéticas e Políticas Feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres.
- Porchat, I. (1992). Pensando a dor da separação conjugal. In: Porchat, I. (Org.) *Amor, casamento, separação: a falência de um mito*. São Paulo: Brasiliense, pp.103-126.
- Porreca, W. (2004). *Famílias recompostas: casais católicos em segunda união*. 124 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Prá, J. R. (1997). O feminismo como teoria e como prática política. In: Strey, M. N. (Org.). *Mulher: Estudos de Gênero*. São Leopoldo: Unisinos, pp. 39-57.



- Prá, J. R., & Carvalho, M. J. (2004). Feminismos, políticas de gênero e novas institucionalidades. *Labrys Estudos Feministas*, Brasília, jan./jul.
- Rasera, E. F., Guanaes, C., & Japur, M. (2005). Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a psicologia. *Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação*, Ribeirão Preto, v. 15, n. 30, pp. 21-29.
- Rey, F. L. G. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira.
- Ribeiro, R. J. A família na travessia do milênio. In: Pereira, R. C. *A família da travessia do milênio*. In: Congresso Brasileiro de Direito de Família, 2., 2000. Anais... Belo Horizonte: IBDFAM, 2000. p. 15-24.
- Rogers, C. (1979). *Novas formas do amor*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Romanelli, O. O. (1991). *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Romanelli, G. (1998). O relacionamento entre pais e filhos em famílias de camadas médias. *Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação*, Ribeirão Preto, v. 8, n. 14/15, pp. 123-136.
- Romanelli, G. (2002). Autoridade e poder na família. In: M. C. B Carvalho (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez. pp. 73- 88.
- Ruesch, J., & Bateson, G. (1951/1987). *Communication: the social matrix of psychiatry*. 3. ed. New York: W. W. Norton & Company.
- Saffioti, H. I. B. (1997). Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais: Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais*, n. 2, São Paulo.
- Saffioti, H. I. B. (2001) Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu [online]*, Campinas, v. 16, p. 115-136.
- Saffioti, H. I. B. (2002). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Labrys: Periódico na Internet*. Disponível em: [http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1\\_2/heleieth1.html](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/heleieth1.html). Acesso em: 08 mar. 2005.

- Sarti, C. (2000). Família e individualidade: um problema moderno. In: Carvalho, M.C.B. (Org). *A família contemporânea em debate*. 3. ed. São Paulo: EDUC : Cortez.
- Sarti, C. (2007). Famílias enredadas. In: Acosta, A. R.; Vitalle, M. A.F. (orgs.) *Família: redes, laços e políticas públicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez.
- Scott, J. (1992). História das mulheres. In: Burke, P. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp.
- Scott, A. S. V. (2004). A família como objeto de estudo para o historiador. In: C. R. Althoff, I. Elsen, R. G. Nitschke (Orgs.). *Pesquisando a família: olhares contemporâneos*. Florianópolis: Papa-Livro. pp. 45-54.
- Seibt, T. H. (1996). Nontraditional families. In Harway, M. *et al. Treating the changing family*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Simões, C. (2007) *Curso de direito do serviço social*. São Paulo: Cortez.
- Singly, F. (1993). *Sociologie de la famille contemporaine*, Paris: Nathan.
- Singly, F. de (2000). O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: C. Peixoto, F. de Singly, V. Cicchelli (Orgs.). *Família e individualização*. Rio de Janeiro: FGV. pp.13-19.
- Sluzki, C. E., & Ransom, D. C. (org.) (1976). *Double bind: the foundation of the Communicational Approach to the Family*. New York: Grune & Stratton.
- Smithson, Janet. (2000). Using and analyzing focus groups: limitations and possibilities. *International Journal of Social Science Methodology: Theory and Practice*, v. 3, n. 2, pp. 103-119.
- Souza, R. M., Ramires, V. R. R. (2006). *Amor, casamento, família, divórcio... E depois segundo as crianças*. São Paulo: Summus.
- Spink, M. J., Frezza, R. M. (2004). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In: Spink, M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez.

- Spink, M. J. (2010). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Disponível em: [http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK\\_Linguagem\\_e\\_producao\\_de\\_sentidos.pdf](http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_Linguagem_e_producao_de_sentidos.pdf). Acesso em: 13 out. 13.
- Spink, M. J.; Medrado, B.(2013) Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: Spink, M. J.(Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (Edição virtual).
- Sudbrack, M. F. O., Costa, L. F. (1995). *Terapia familiar construtivista e drogadição na adolescência: o tratamento da demanda no ambulatório do PRODEQUI*. Trabalho apresentado no XI Congresso Brasileiro de Alcoolismo e Outras Dependências (ABEAD).
- Teixeira, A. C. B. (2005). *Família, Guarda e Autoridade Parental*. Rio de Janeiro: Renovar.
- Vecchio, D. K. (2003). Derrubando o privilégio do homem branco dentro da terapia de família. In: *Novas abordagens da terapia familiar: raça, cultura e gênero na prática clínica*. São Paulo: Roca.
- Vicente, C. M. (2002) O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: Kaloustian, S. M. (Org.) *Família brasileira: a base de tudo*. 5. ed. São Paulo: Cortez, Brasília: UNICEF.
- Vicentini, Ana Maria Vicentini. *Mudar a referência para pensar a diferença: o estudo dos Gêneros na crítica literária*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 70, ago. 1989.
- Villela-Petit, M. P. (2001). A intersubjetividade de um ponto de vista fenomenológico. *Psicologia Clínica*, v. 13, n.2, pp.131-143.
- Von Zuben, N. A. (1985). *Publicado em Reflexão*. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, n. 32. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/vonzuben/nostalg.html>.
- Von Zuben, N. A. (2003). *Martin Buber: cumplicidade e diálogo*. Bauru: EDUSC.

- Watzlawick, P., Beavin, J. H., & Jackson, D. J. (1967). *Pragmática da comunicação Humana*. São Paulo: Cultrix.
- Wheelock, J., & Oughton, E. (1996). The household as a focus for research. *Journal of Economic Issues*, vol.30, pp. 143-59.
- Whitaker, A. (1990). *Dançando com a família*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- White J. M., & Klein, D. M. (2002). Family theories. 2. ed. London: Library of Congress Cataloging-in-publication Data. 271 p.
- Zordan, E. P., Falcke, D., & Wagner, A. (2005) Copiar ou (re)criar? Perspectivas histórico-contextuais do casamento. In A. Wagner (Org.). *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares*. pp. 47-65. Porto Alegre: Edipucrs.

## **Apêndice 1: transcrição sequencial**

1 "(...)Porque se a gente se divorciou para se ver livre de um relacionamento que já não estava  
2 bom, pra gente ter paz e não passar por isso. Porque essa comunicação está muito ruim.  
3 Então no meu ponto de vista ela nos mandou pra cá foi numa tentativa de abrir uma brecha de  
4 comunicação "(Cláudia).

5 "Tem pontos muito importante pra gente falar: comunicação sobre a situação das crianças parece  
6 que tem alguns pontos se encontrando. Aí é uma comunicação que pai e filha não conseguem  
7 se entender. E isso, Joice? " (Fernanda- Educadora) .

8 "É...inclusive a conciliadora até falou que não tinha muito o que falar pra gente, já que era um  
9 problema de comunicação entre pai e filha e que encaminhar para o projeto como uma tentativa  
10 de melhorar o diálogo entre os dois. Porque eu não posso obrigar ela frequentar a casa do pai  
11 se ela não quiser, não tem jeito! Ela tem 16 anos" (Joice).

12 "Como você acha que você pode contribuir com esse processo de comunicação entre  
13 eles?" (Fernanda- Educadora) .

14 "Eu? ficando de longe, risos..Porque a nossa comunicação também não é muito boa. Tanto é  
15 que a gente se comunica muito pouco porque como vocês sabem eu fui traída e eu pedi para ele  
16 sair de casa e ele ficou com raiva, começou a aprontar umas coisas, coisas que a gente tinha e  
17 ficou só pra ele...e ficou aquela coisa esquisita, né entre a gente. Eu larguei pra lá mas ele não  
18 conformou, foi aí que a gente começou a brigar porque ele não quis dá nada, não pagar  
19 pensão,ela precisava das coisas e as vezes eu não tinha condição e foi aí que os dois começou  
20 a entrar em atrito. Eu acho, no meu ponto de vista que ficando mais afastada é melhor, pelo  
21 menos por enquanto. Os dois entendem, ela é quase adulta, já é jovem, adolescente, não  
22 é?" (Joice)

23 "É assim? Vocês se entendem, Patrícia?" (Fernanda- Educadora) ”.

24 "Não. Porque é difícil demais, tipo...tudo pra ele, e ele não pensa em mim, sabe?. Eu ligo por  
25 que ele não paga pensão e nada, aí ele fala: você só liga pra pedir dinheiro, aí a gente briga  
26 muito por conta dessas coisas, aí eu parei de ligar, parei de cobrar e aí quando eu cobro por 27 que  
eu preciso de dinheiro, aí ele fica achando ruim. Aí um dia eu fui na loja dele e a gente  
28 brigou e a gente não conversamos mais. Depois teve a audiência e depois da audiência segurei  
29 mais a onda. Ele que entrou na justiça pra pedir para eu ir pra casa dele, mas ele não liga,  
30 me ligou uma vez que foi no dia do meu aniversário (Patrícia).

31 (a mãe interrompeu e disse) “depois da audiência várias vezes era pra ele ligar para convidar  
32 para almoçar e lanche e ele nunca foi. (Joice).

33 “Era pra ele me buscar 15 em 15 dias, ele não me ligou nenhuma vez, me ligou no dia do meu 34  
aniversário e só” (Patrícia).

35 “O que você acha que está acontecendo aí, Patrícia? ( Raquel - educadora).

36 “Eu sinceramente acho que grande parte disso é por conta da nova mulher dele.” (Patrícia)

37 “O que te faz pensar isso?” (Raquel - educadora).

38 “Por várias coisas, não sei...” (Patrícia)

39 (mãe interpele a fala novamente) (...) porque ela te maltratou na casa dele, fala logo e  
40 pronto.” (Joice).

41 “(...)ah é, ela não gosta de mim, e também é claro que ela não quer que ele me dê dinheiro. 42  
(Patrícia).

43 “(...) é sua opinião minha filha, não é isso não! Vou dá a minha então: é porque a separação 44 foi  
meio assim...ele pegou nossas coisas, a palavra certa é ele roubou, e como eu não liguei,  
45 eu trabalho eu não preciso dele e nunca precisei, eu não liguei e ele ficou ofendido com isso,  
46 ele queria que eu brigasse, ele queria voltar pra casa, foi um jeito dele forçar voltar, eu não aceitei,  
47 então, foi motivo de retaliação que ele fez, ele não pagava nada, ficou usufruindo do meu plano  
48 de saúde por um tempo falando que ia pagar, ficou tentando me forçar a aceitar ele de volta, 49  
como eu não aceitei de jeito nenhum e ele fez a retaliação, aí ele arrumou essa nova  
50 esposa, porque tem 4 anos que a gente separou, tanto que demorou entrar na justiça porque eu  
51 não quis entrar, aí ela (Patrícia) foi lá um dia depor na audiência que eu fiquei sabendo, ela 52 não  
tinha me contado isso, ela contou na frente da juíza que a mulher maltratou ela por isso  
53 que ela não queria ir pra casa dele, que ela não sentia bem estando lá, aí ela não queria ir  
54 mas não me falava o que que era, só falava que não queria ir, e ele querendo obrigar ela a ir na  
casa  
55 dele por motivo de retaliação comigo.” (Joice)

56 “(...) foi quando eu parei de ir e ele parou de pagar a pensão, ele já não pagava direito, aí eu 57  
parei de ir, aí que ele parou de pagar de vez.” (Patrícia)

58 “É... não buscava ela na escola, deixava ela lá. Porque eu trabalho sem almoço pra sair mais  
59 cedo, eu saio já de tarde por causa dela, aí ele não buscava ela na escola, deixava ela com fome,  
60 essa história, não quis buscar ela mais na escola, foi aquela confusão. Ele entrou na justiça  
61 pedindo a guarda e a juíza até achou estranho demais uma moça de 16 anos o pai brigar por 62  
guarda”, a juíza achou estranhíssimo .rsrs...” (Joice).

63 “E vocês? o que vocês acham? porque que ele entrou na justiça?” (Fabiana- educadora).

64 “Porque ela não quis ir pra casa dele mais e o processo está lá.” (Joice).

65 “Mas isso significa o que? Ele quer vê-la?” (Fabiana- educadora).

66 “(a Patrícia tenta responder mas a mãe não permite)” Eh no processo ele fala isso...mas lá  
67 no dia da audiência a juíza marcou lá que ele tem direito a visitas semanais, se ela quiser,  
68 está escrito isso, e que era pra ele pelo menos uma vez por semana buscá-la para eles almoçar e ou  
69 lanchar, ele não foi. Marcou o dia da primeira visita e ele nunca e nem ligou”

70 “Pois é , mais o que ele está buscando com isso?

71 “Uai eu não sei!!” (Joice).

72 "O que vocês acham?" (Fabiana- educadora).

73 "Pra mim é só retaliação!" (Joice).

74 "É.. porque se ele realmente me quisesse ele iria ligar, iria me procurar e ele não fez  
75 isso." (Patrícia)

76 "Sabe o que eu estou achando interessante essas perguntas, porque me parece meio  
77 contraditório." (Fernanda- Educadora).

78 "Por isso que eu acho que eu acho que é retaliação!" (Joice)

79 "Mas que retaliação é essa? O que vocês acham disso gente? Cláudia, André, então é isso a 80  
história, o que será isso sabe um pai querendo a guarda da filha de 16 anos, que já tem opinião,  
81 aliás uma criança bem pequena já consegue emitir opinião." (Fernanda- Educadora).

82 "Eu analisando a situação assim de fora eu não tenho condições de saber do sofrimento, mas 83  
olhando a situação assim de fora senti é da pena por essa relação de vocês pai e filha se basear  
84 só na questão financeira, sendo que isto teria que ser coisa dos adultos. Quero dizer que seria 85  
interessante você estabelecer com ele um vínculo afetivo independente se ele paga pensão ou 86 não.  
Pai e mãe que tinha que conversar sobre isso, mas eu entendo também você está ficando 87 adulta  
suas necessidades são essas. Mas eu achei isso muito vinculado a pensão, e se de repente  
88 tivesse uma forma de você descobrir o que ele tem de bom independente da coisa da pensão. Eu  
89 sei que isso precisa resolver, eu sei disso, mas não adianta conversar de pensão..." (Cláudia).

100 "Eu já tentei, mas só que com ele não tem jeito!" (Patrícia).

101 "Ele está magoado?" (Cláudia)

102 "Não sei." (Patrícia).

103 "Uma das coisas que eu fico vendo também das circunstâncias que eu vivo e o que vocês tem 104  
passado é que eu quero ter mais contato com os meus filhos e infelizmente eu não estou tendo  
105 esta oportunidade. Está sendo cerceada essa oportunidade. Então é, talvez seja interessante  
106 você dá mais uma chance para o seu pai talvez..." (André).

107 "Mas eu já tentei! E não adianta só eu tentar e ..." (Patrícia).

108 (A mãe interrompeu) "o que ela está falando é assim: Ele marca muitas vezes com ela e não  
109 vai. Quando ela liga pra ele a primeira coisa que ele fala é assim, por isso que eu nem ligo 110  
porque se não a gente discuti, a primeira coisa que ela fala oi pai e ele: já vem me cobrar? 111 você  
está querendo é dinheiro? a primeira coisa que ele fala é isso, ele nem espera ela falar,  
112 o trem ficou tão assim...

113 Eu fico pensando nisso, porque é tão difícil se comunicar com pai, mãe, filhos, porque a tensão  
114 prevalece em uma discussão que deveria ser afeto sobre o vínculo, que a gente não consegue 115  
discutir um assunto, resolver um assunto que na verdade é nosso e que eu estou delegando  
116 ao Estado para resolver? (Fernanda- Educadora).

117 "Emocional eu acho" (Joice).

118 "Muita mágoa" (Cláudia).

119 "Emocional muita mágoa, como é que vamos fazer para resolver  
120 isso?" (Fernanda-Educadora).

121 "Essa possibilidade do André e da Cláudia estarem no mesmo grupo eu acho que isso pode  
122 ser interessante pra eles porque a gente pode escutar e o grupo pode ajudar eles a pensar de  
123 uma forma diferente. A importância do nosso grupo é essa, nós ampliarmos um pouco as  
124 possibilidades" (Fernanda- Educadora).

125 "No nosso caso nós fizemos terapia de casal, eu fui atrás do terapeuta e ela aceitou, e aí  
126 agora nós fomos na perita e já fizemos várias sessões, então nem sempre isso é sinal que vai  
resolver  
127 a situação." (André)

128 "Conta pra gente o que está acontecendo que tanto dificulta essa comunicação? (Fernanda- 129  
Educadora).

130 "Bem ...é, o que aconteceu é que o processo é bem longo e começou com uma série de  
131 circunstâncias e que eu não aceitava, nós morávamos em SP e nós viemos pra cá, eu não  
132 queria vir, eu já tinha avisado que não seria interessante porque a nossa vida profissional já  
133 estava toda lá, e as crianças já estavam adaptadas lá, então eu aceitei, mas ela que quis que  
134 nós viéssemos pra cá e aí enfim aí começou interferências da família dela e eu não aceitava  
135 por conta de que ela queria que a família pagasse as coisas e eu dizia que não, eu sou pai, eu  
136 que tenho que pagar as coisas e não aceito interferências na educação dos meus filhos se  
137 eles quiserem contribuir tudo bem mas ficar falando o que eu devo fazer ou não devo com os  
138 meus filhos eu não aceito. E esse processo se alongou ...então fomos na psicoterapeuta  
139 tentamos acordo por duas vezes e ela não quis, não quis assinar, então fomos pra questão judicial.  
140 E na questão judicial eu estou sendo impedido de ver as crianças de certa maneira porque  
141 no acordo judicial que nós fizemos os feriados seriam alternados, e aí ela interpreta que eu  
142 não posso ficar nos feriados porque o final de semana é dela. Outra coisa o mais novo eles  
143 mudaram ele de escola e nem me informaram, nem participei da escolha, nem do processo,  
144 de nada." (André).

145 "Como é que você se sente André? (Raquel - educadora).

146 "Eu me sinto excluído da educação dos meus filhos, esta é a minha percepção. E eu quero 147  
participar. eu estou sempre com eles e quando a gente morava em SP ela tinha que dá curso 148 em  
vários finais de semana, inclusive e que ficava com os meninos nos finais de semanas  
149 sozinho e eles eram bebês e durante 2 anos eu que cuidava deles sozinho e agora porque  
150 separou eu já não sou um bom pai, eu não posso ficar e coloca impedimentos para que eu 151  
fique com eles. E eles demonstra interesse de ficar comigo, tanto é que o mais novo muitas 152 vezes  
me diz que quer ficar mais. Então enquanto pai eu quero participar, eu vou nas festas  
153 da escola, quando tem aniversário eu faço aniversário na minha casa. E eles tem



154 demonstrado muito é... comportamento muito coagido, assim...quando eles chegam em casa  
155 eles não sabem o que ele respondem. E ela tem viajado nos finais de semana naquele que eles  
estaria com ela,

156 e tem uma clausula no acordo em que no final de semana algum dos pais estiver viajando o 157  
outro preferencialmente ficará com as crianças mas isso não acontece, porque não me  
158 avisam quando ela viaja, então tem vezes que eu falo para as crianças que eu não vou  
159 devolvê-las porque a mãe está viajando, então eles me dizem como você adivinhou porque eu  
160 não falei nada. Essa situação me deixa muito preocupado, as crianças sofrem demais com  
161 isso” (André).

162 "Eu fico pensando se a palavra certa é coação? Você tem dois filhos um de 9 e o outro de 10, 163  
imagina você no lugar dos seus filhos, seus pais se separaram eles não conseguem ter uma  
164 boa comunicação, não tem uma amizade, e aí eu vou visitar o meu pai, será que na casa do  
165 meu pai é possível eu me comunicar normalmente, falar uma coisa com naturalidade na  
166 minha rotina com a minha mãe, sem que isso se torne modificado? sem que soe de uma  
167 forma diferente? tentem só imaginar a situação dos filhos nesse sentido, Será que eu posso  
168 dizer isso para o meu pai? será que eu posso dizer isso para minha mae? Isso é muito sério,  
169 nós estamos falando de crianças, eu gostaria então que vocês pensasse como é isso para as  
170 crianças? Enquanto isso eu gostaria de ouvir da Cláudia, como é escutar tudo isso?”. (Fernanda-  
171Educadora).

172 “Bom ...eu já sei desta versão, nós já passamos por vários processos de tentativas. Eu fiquei 173  
com André por quase 12 anos, a gente morou muito pouco aqui em Goiânia e 6 meses depois 174 ele já  
foi pra Bélgica fazer o mestrado em que ele ficou por 2 anos e quando ele voltou logo 175 eu passei no  
mestrado na Unifesp. Fui para SP, e depois a gente morou em SP e a nossa  
176 grande convivência foi sem ninguém perto, a gente viveu “muito”bem, a gente tinha um  
177 relacionamento excelente, maravilhoso, de companheirismo de parceria, os filhos, nós dois, 178 A  
gente foi para SP para fazer o mestrado, doutorado e voltar, esse foi o nosso trato desde o  
179 começo. E quando o André começou a perceber que já era época de voltar ele começou a  
180 ficar com um comportamento estranho. Ele é descendente de Alemão e são pessoas muito boas  
181 a família dele, mas com uma cultura diferente, a maneira como eles foram criados é diferente,  
182 eu sou de família mineira, muita gente, a gente é mais afetivo e eles são mais independentes  
183 e mais distantes afetivamente. E quando a gente mudou pra Goiânia a gente não tinha onde 184  
morar, eu tinha um apartamento muito pequeno então eu fui morar no apartamento da minha  
185 família até porque era o nosso plano vender o meu apartamento para construir a casa para a  
186 a gente morar...enfim aí começaram as situações de conflito por ter que conviver socialmente,  
187 ele não gostava que a minha família fosse na nossa casa e nem a família dele fosse na minha 188  
casa, então foram vários episódios que foram agravando a situação. Ele sempre me conheceu

189 com a minha família, ela gostava muito da minha família, ela ajudou ele demais, mas ele não 190  
suportou essa coisa de morar aqui. Enfim e aí o casamento foi ficando ruim ,desgastado e tal  
191 e ele já começou a namorar antes da gente terminar, morando na minha casa, eu não  
192 considero isso uma traição porque afetivamente já estávamos distante mas eu considero isso  
193 um desrespeito porque eu pedi pra ele já que você não quer sair, porque eu havia pedido  
194 várias vezes pra ele sair, então que você me respeite enquanto você estiver aqui, e não foi o  
195 que aconteceu. Mas enfim não te julgo por isso de jeito nenhum, eu sei que estávamos  
195 chateados e muito distantes... (Cláudia)

196 “Você não pode falar isso porque isso não é verdade, você está inventando uma história que 197  
não é verdade! (André)

198 “Você me permite falar? ”(Cláudia)

199 “Pode terminar e depois eu vou responder essa questão que você está inventando história...  
200 (André).

201 “Tá...Aí ele saiu de casa, a gente viu um processo de terapia e tentamos fazer um acordo, eu 202  
tentei esboçar um acordo com a terapeuta e os nossos advogados, sempre pensado na forma 203 que  
ficasse bom para o André e acabei sendo muito permissiva, a gente começou a simular 204 esse acordo  
e os meninos sofreram muito, meu filho tinha 3 anos de idade, e eu dei um passo 205 atrás, eu pensei  
isso não vai ficar bom para as criança, eu mandei email para Psicoterapeuta e  
206 disse que não estava funcionando eu quero rever isso, eu tenho o direito de rever isso para o 207  
bem dos meninos. Como não funcionou...depois a gente foi para conciliação, nós discutimos 208 por  
durante 4 horas, eu com o meu advogado, ele com o advogado dele e nos juntos com a 209 conciliadora  
fizemos um divorcio consensual onde foi discutido detalhadamente, dia de visita,  
210 da guarda dos meninos é minha mas as visitas estão muito bem divididas, as crianças, ele  
211 nunca foi impedido de ver as crianças, ele pega as crianças três vezes semanais fora o final  
212 de semana com ele o outro comigo, metade das férias com ele, metade comigo, feriados com  
213 ele feriados comigo.... (Cláudia)

214 “Não é isso que está sendo comprido” (André).

215 “A questão dos feriados do feriado que ele fala é o seguinte, como a gente estava fazendo,  
216 fim de semana comigo e fim de semana com ele, se o feriado cair no final de semana que já é  
217 dele então não conta, se o feriado cai numa quarta feira, tem que vê de quem foi o outro feriado,  
218 então tudo é questão de comunicação, mas ele nunca foi impedido de ver as crianças, pelo 219  
contrário eu tenho testemunha de show que os meus filhos deram no bouganville: eu quero 220 meu  
papai!!!! Eu sentada com eles e disse filho papai não pode ficar com você. Gente eu tive 221 um pai  
que era alcoólatra, e a imagem mais linda que eu tenho é do meu pai amando a gente,  
222 servindo a gente, tudo o eu que vim saber foi depois de adulta porque a minha mãe tinha um 223  
equilíbrio de saber filtrar as coisas, de passar a raiva dela sozinha. E é o que eu tento fazer 224 hoje e  
sinceramente não é por ele é pelo os meus filhos, eu sei que eles precisam de um pai, 225 eles gostam

do pai e o André é um pai amoroso com os meninos, eu nunca falei o contrário, 226 nunca. Tem que ver o pai no dia que é pra ver o pai.

227 E aqueles vídeos lá? que você me acusava e falou que ia me processar na frente das  
228 crianças. Você falou que eu te traí, que eu comecei a sair, espera aí a gente estava em um  
229 processo de separação.. (André)

230 Deixa eu terminar de falar? (Cláudia)

231 "Termina e eu vou responder isso. Porque nós ficamos quase sete meses sem dormir no  
232 mesmo quarto, nós estávamos num processo avançado a muito tempo, primeiro lugar eu não  
233 traí você, eu não namorei você."(André)

234 "Eu não falei isso!" (Cláudia)

235 Você falou isso aqui, você falou que eu comecei a namorar uma pessoa antes de está  
236 separado, mas nós já estávamos separados.

237 "Você estava na minha casa!

238 "Eu não estava na sua casa! não estava na sua casa. Você está supondo, você começa com 239  
suposições sem provas nenhuma, provas infundadas, então assim ...(André)

240 (Cláudia interrompeu)(...) ele vai nas visitas e todos os dias da visita os meninos estão

241 prontos e com clima preparado para ir para casa do pai, eu digo vocês vão aproveitem a

242 casa do vovô e da vovó, os meninos são apaixonados pelo pai do André, o pai do André

243 sofreu um acidente e está acamado, então é importante para os meninos ver ele, é

244 importante para o pai ver eles e eu sempre incentivo isso. A questão dos feriados é questão de falta  
de comunicação mesmo.

245 Mas o que motivou esta ação de Alienação parental foi o seguinte o André não sei porque a 246  
postura de ser vítima de todos os fatos, eu imagino que isso pra ele seja muito ruim, ele deve 247 sofrer  
com isso. Então ele começa a me filmar ,a me gravar, filmar o porteiro, muda até o

248 meu filho mais velho de lugar pra não ver que está filmando a mãe. O meu filho a brincadeira

249 preferida dele na escola é brincar de espião, outro de cinco anos fala: papai vai ver eu vou 250  
crescer, vou ser espião eu vou filmar, ele não sabe o que que aquilo, mas ele sabe que não

251 está certo. Eu não sei da onde que o André tira que eu viajo nos fins de semana, eu só fico

252 com os meninos...( Cláudia).

253 "Eu tenho provas e os meninos ainda falam, você acha que os seus filhos não conversam?

254 Eu nunca perguntei, eles falam isso e eu tenho provas, não é só de suposições não" (André)

255 "Por favor eu deixei você falar". (Cláudia).

256 "Só um minutinho, o que vocês acham disso? "(Perguntou para o grupo)

257 (Fernanda-Educadora) .

258"A velha falta de comunicação. E se colocar um ponto final nisso daí, porque era o que eu 259  
queria. Assim...um ponto final nisso, acabar com isso..." (Joice)

260 "Acabar como?" (André)

261 *“Tudo! O que que ela falou, o que que ela fez, o que que você falou, o que que ela fez, o que* 262  
*aconteceu, o que deixou de acontecer. Começa agora uma história nova, hoje, agora,*  
263 *esquece, pega essa mágoa velha, porque a gente tem mágoa, eu estou falando isso porque eu vivo*  
*uma*  
264 *situação parecida, pega essa mágoa, pega ele agora e põe aqui no meio e taça fogo nela.*  
265 *Sabe por quê? Se não toda a vida você vai ter a sua versão, e ela a versão dela, e cada um*  
266 *dos seus filhos vai ter uma versão diferente, e cada um dos seus parentes, dos seus vizinhos*  
267 *e de quem ouvir a história vai ter a versão dela.”(Joice).*  
268 *Porque versões diferentes?” (Fernanda- Educadora)*  
269 *“Porque ele é o pai, ela é a mãe, eu sou o grupo, tem o pai, tem o avô...acaba com essa*  
270 *versão. Essa é uma opinião minha, eu vim aqui pra isso: pra acabar com essa história e*  
271 *começar uma nova.”(Ivone).*  
272 *“Será como a gente faz? Dá pra por um ponto final? A pergunta é : Será que é possível*  
273 *colocar um ponto final?” (Fernanda- Educadora).*  
274 *“Eles que vão dizer, eu não posso dizer por nenhum dos dois e nem os filhos podem dizer por* 275  
*vocês dois. Não joga isso nos filhos! Eu sei que todo mundo está pensando que eu larguei na* 276 *mão*  
*da Patrícia, eu penso isso, eu larguei esse ano, o final do ano passado pra cá, a partir do*  
277 *dia que ela foi lá cobrar os direitos dela, porque eu acho assim, ela já está adolescente ela*  
278 *pode ir lá cobrar os direitos dela, essa pensão é dela, as despesas é dela, eu nunca usei,*  
279 *porque as despesas dela é o dobro de que ele se dispõe a pagar ou mais. Então...não é*  
280 *Patricia? E ela tem consciência disso, porque as vezes ela me pede as coisas e eu não posso* 281  
*dá. Então eu vim aqui pra por um ponto final que vou chamar de guerra aqui, talvez não é a* 282  
*palavra certa mas eu vou chamar sim porque acaba sendo, você guerreia com os seus*  
283 *sentimentos, a gente remói esse trem é só lembrar da pessoa você tá lá moendo a coisa e sai* 284  
*sangue, sai suor, sai lágrima, sai um monte de trem...então que acabar! Seu filho, nem sua* 285 *filha vai*  
*resolver isso pra você, eles querem amar vocês, querem amar a mãe porque eles*  
286 *vivem com a mãe, eu estou te dando uma opinião de mãe. Eu já falei pra minha filha: você* 287  
*quer morar com o seu pai? Perguntei milhares de vezes, quando surge uma história qualquer* 288 *lá, eu*  
*falo assim: minha filha você quer morar com o seu pai? eu pago uma pensão.*  
289 *Pergunta pra ela se ela quer? A minha filha era apaixonada pelo pai, era doida com esse*  
290 *pai, ela desesperava pelo pai, quando o pai dela foi embora eu pensei que a minha filha fosse*  
*morrer,*  
291 *nos dias que ele foi embora ela ficou com raiva de mim, porque eu pedi ele pra sair, ela ficou* 292  
*magoadada comigo. Ela nunca quis morar com o pai. Porque mãe pode ser o que for, mas é a* 293 *mãe, é*  
*daqui que sai o filho da gente, a gente tem uma ligação que homem nenhum vai*  
294 *entender. Pode ter aquela guerra com mãe, pode tacar fogo na mãe, que a gente já viu isso*  
295 *na televisão, mas é a mãe. Então você como mãe, eu como mãe, eu quero o melhor para a*

296 *minha filha, eu quero o melhor para a minha filha, eu quero que a minha filha ame o pai*  
297 *dela, mas eu não posso dá outro pai pra ela, não tem jeito.”(Ivone).*

298 *“Todo mundo tem uma coisa boa, será que ele não tem nada de bom como pai?” (Cláudia)*  
299 *“Tem Tem se ela tiver bem com o pai dela, ela vai ficar melhor ainda comigo , não te jeito*  
300 *dela está boa com pai dela e ruim comigo , porque ela vai me entender também, ela vai*  
301 *crescendo e vai entendendo.”(Ivone).*

302 *“Agora deixa eu falar uma coisa do que acontece, a questão é o seguinte esses meninos*  
303 *desde cedo eu fiquei com eles, muito tempo, muito tempo, sozinho, sozinho...” (André).*

304 *“Mas é diferente André...(Ivone).*

305 *“Não...não é diferente assim não gente...”(André).*

306 *“Porque sozinho?”*

307 *“Sozinho? final de semana inteiro, eu ficava de sexta ...Eu estou falando, eu estou falando 308*  
*agora, espera aí! Ela viajava, eu não estou exagerando não, eu fiz a contabilidade, metade*  
309 *dos finais de semana durante um ano, são 56 finais de semana, ela ficava 26 fora de casa, eu*  
310 *cuidando das crianças, 26, isso foi durante 2, 3 anos, eu ficava com as crianças, ela viajava 311*  
*sexta a tarde, ao ponto dela deixar leite do seio na geladeira e eu dava para as crianças, para*  
312 *os meninos e ela voltava domingo a noite, isso foi assim...foram metade dos finais de semana.*  
313 *O que acontece é que nos finais de semana eu tive que trocar fralda, eles são acostumados de*  
314 *ficar comigo, eles gostam de ficar comigo, inclusive o mais novo fala que quer dormir em casa*  
315 *e ela não aceita porque diz que o menor tem prisão de ventre na minha casa, a conciliadora 316*  
*começou até a rir, por isso ele não pode dormir na minha casa. Aí outra questão, a senhora 317 estava*  
*falando ai, eu quero está com os meus filhos, eu sempre estive junto com eles, só que*  
318 *eu estou sendo impedido, não é questão simplesmente vamos esquecer, como ela colocou pra*  
319 *eu pegar na casa dela então ela determina, ahh, hoje eu não vou entregar, hoje não é o seu*  
320 *final de semana, eu interpretei assim, enato é a minha interpretação então eu não entrego. E*  
321 *cada vez mais ela quer tirar o meu tempo com as crianças, de que forma? ela põe o mais*  
322 *novo de 5anos de idade para ficar o período integral de 6:30h até 6h da tarde, então eu não*  
323 *posso passar a tarde com eles. Eu sou motorista, a verdade é essa, eu sou motorista dos*  
324 *meninos porque? eu pego na escola, nos dois dias que passo com eles, só são dois, segunda e*  
325 *quarta, eu pego na escola busco e levo pra casa dela e mesmo assim ela fica com me*  
326 *enchendo o saco: você chegou 10min atrasado, 5min atrasado, os meninos fica me falando que a*  
*mãe reclama*  
327 *que está chegando atrasado, levar do bouganville até no portal do sol. Então cada vez mais 328*  
*você está me impedindo a ficar com as crianças, infelizmente.”(André).*

329 *“Posso falar? A questão dos finais de semana, eu sou professora de educação física, trabalho*  
330 *na área acadêmica, nós fomos pra SP eu era estudante de novo, o André ganhava R\$ 1.000,00,*

331 eu tinha que sustentar a família inteira, dando aula das 8h as 18h, acordar 4h da manhã e 332  
dormir meia noite porque eu não tinha empregada, grávida de 8 as 18h, e quando ele falava 333 que  
cuidava dos meninos, ele cuidava e cuidava bem, eu deixava tudo pronto, as roupas  
334 prontas, eu não estou dizendo que você não consegue cuidar dos meninos, tanto que você  
335 passa o final de semana com eles e cuida, não é isso! Agora do jeito que você fala parece que  
336 eu sou a mãe que inadvertidamente eu ia sustentar a gente numa parceria que nós vivíamos, 337  
meu peito vazando leite, o meu pé desse tamanho, eu deixava dezoito mamadeiras prontas, 338  
acordava de madrugada, meu peito estourou para deixar sustento para os meninos e buscar 339  
sustento para nós, mas foi de muito bom grado que eu fiz isso por nós. Agora a questão da 340 escola  
quando nós chegamos em Goiânia nós dois procuramos a melhor escola e no nosso 341 entendimento  
que foi a Internacional, botamos nós dois o filho mais velho e com 6 anos ele 342 começou a fazer  
integral, hoje o mais novo fez a mesma coisa que o mais velho, enato não foi 343 inadvertidamente, foi  
a escola que você escolheu e como você perdeu as tardes eu também 344 perdi, os meninos dormem  
sete e meia da noite e oito horas porque a gente acorda cinco e 345 cinquenta e aí no dia que diz  
Cláudia eu vou atrasar, você tem no whatsapp ok, o que eu não 346 concordo é que eles sabem que eu  
tenho meia hora para dar banho, por comida na boca e  
347 por para dormir, aí eles dizem: mamãe o papai ficou enrolando ali no Alfamol pra não  
348 entregar a gente, isso não dá, isso é imaturidade, pra me punir, faz esse tipo de coisa e os  
349 meninos sofrem, por isso que eu procurei a justiça, mas eu sei também que a justiça também  
350 não vai resolver isso não. Gente me liga e fala assim: Cláudia estou atrasado, o transito está  
351 ruim, como você a três semanas atrás... (Cláudia).  
352 “Vem cá você se lembra quando meu pai teve acidente, meu pai teve acidente vascular hoje  
353 e amanhã eu fui entregar as crianças e choveu, fui entregar e ela ficou batendo boca, ah  
354 porque atrasou 10min, você está entregando 10min, você bate boca, você reclama, tenho  
355 email, não adianta você querer mentir aqui não, isso é uma vergonha você querer mentir  
356 aqui, vem contar história, pelo amor de Deus, não tem dignidade de assumir.” (André).  
357 “Você só quer me acusar e não quer resolver o problema, com essa postura nós não vamos 358  
chegar a lugar nenhum. (Cláudia).

## TERMO DE COMPROMISSO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Vannúzia Leal Andrade Peres. Sou professora e pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). A minha linha de pesquisa é “Família, Subjetividade e Desenvolvimento Humano”.

Convido você a colaborar com a minha pesquisa intitulada “**Produções Subjetivas de famílias em litígio pela guarda dos filhos: implicações para o seu desenvolvimento social**”, aprovada pelo Comitê de Ética da PUC-GOIÁS e desenvolvida ao longo dos últimos quatro anos.

A sua colaboração não lhe trará nenhum benefício financeiro, mas o benefício da oportunidade de contribuir com a construção de um novo modelo de compreensão e de intervenção no cenário do litígio da família pela guarda dos filhos.

O aprofundamento do conhecimento sobre o tema exige que eu integre todas as minhas experiências empíricas, entre elas, a Perícia Psicológica que venho realizando por designação de juízes das Varas de Família e que tem me ajudado a desenvolver um novo modelo teórico para a compreensão do litígio. Assim, pretendo que este trabalho científico seja uma forma de avançar na produção do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem ou viveram a situação do litígio.

Mediante esta tarefa solicito a sua colaboração assinando este Termo de Compromisso Livre e Esclarecido, o qual me permitirá utilizar as informações construídas com você na perícia psicológica para o desenvolvimento do conhecimento que tenho produzido

sobre o tema e na divulgação desse conhecimento em Revistas e Livros científicos, palestras e debates.

Devo assegurar que atendo integralmente à **Resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas com humanos**, de forma que sempre mantenho em sigilo as informações de caráter privado ou aquelas que possam identificar os participantes ou causar qualquer tipo de prejuízo a eles. Assim, afirmo que o respeito ao seu direito de privacidade, bem como dos outros membros de sua família que participaram da perícia psicológica serão devidamente assegurados por mim.

Caso aceite colaborar, peço que assine duas vias do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

Caso você necessite de maiores informações sobre a pesquisa, você pode ligar no Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, telefone 39461097 e falar comigo - Professora Dr<sup>a</sup> Vannúzia Leal Andrade Peres, CRP 09/025. Estarei à sua inteira disposição para os esclarecimentos que considerar necessários.

Agradeço antecipadamente

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Vannúzia Leal Andrade Peres